



2017
Relatório e
Contas Anuais



CAIXA DE CRÉDITO DE LEIRIA



CONVOCATÓRIA DA ASSEMBLEIA GERAL

Usando da competência do número 2 do Artigo 18º e nos termos do Artigo 20º dos Estatutos, convoco os associados da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, C.R.L., com sede em Leiria, no Largo Cândido dos Reis nº19 a 25, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Leiria sob o número único de matrícula e identificação fiscal 500 978 921, para participar na Assembleia Geral a realizar no dia 28 de março do ano em curso (quarta-feira), pelas 16,30 horas, na sede da Caixa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um – Apreciação e deliberação sobre os documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017;

Ponto dois – Apreciação e deliberação sobre a proposta de aplicação de resultados;

Ponto três – Apreciação e deliberação sobre a proposta de distribuição de excedentes pelos associados;

Ponto quatro – Apresentação e apreciação do relatório com os resultados da avaliação anual das políticas de remuneração;

Ponto cinco – Apreciação geral sobre a administração e fiscalização da CCAML;

Ponto seis – Próximo ato eleitoral.

Se à hora marcada para a reunião não se verificar número de presenças suficiente para a Assembleia funcionar, esta reunirá, com qualquer número de associados presentes, uma hora depois, nos termos do N.º2 do Artigo 21º dos Estatutos.

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, 2 de março de 2018

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

(Guilherme Alves da Silva)



ÍNDICE

Relatório e Contas Anuais 2017

SÍNTESE DE INDICADORES DA CCAML	4
CAPÍTULO I – RELATÓRIO DE GESTÃO	5
1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	5
1.1 - Evolução da economia	5
1.2 - Visão global económica de Portugal	7
1.3 – A CCAML no contexto económico e financeiro	11
2. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	12
3. EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DO BALANÇO	14
3.1 – Estrutura do Ativo Líquido	14
3.2 – Passivo e Capitais Próprios	15
4. VOLUME DE NEGÓCIOS	16
5. ATIVIDADE COMERCIAL	17
5.1 – Recursos alheios	17
5.2 – Qualidade da carteira de crédito	18
5.2.1 – Crédito vincendo/vivo	18
5.2.2 – Crédito vencido	19
5.2.3 – Garantias	21
5.3 – Atividade seguradora	22
6. ATIVIDADES FINANCEIRAS E DE INVESTIMENTO	24
7. GESTÃO DE RISCOS	25
8. DIMENSÃO E ÁREA DE MEIOS	30
8.1 – Dimensão	30
8.2 – Recursos humanos	30
8.2.1 – Quadro de pessoal	30
8.2.2 – Formação	31
8.3 – Recursos tecnológicos e informáticos	33
8.4 – Meios de pagamento	34
9. RESULTADOS, EFICIÊNCIA E RENDIBILIDADE	35
9.1 – Análise e decomposição dos resultados	35
9.2 – Produto bancário	39
9.3 – Eficiência	41
9.4 – Rendibilidade	43
10. INDICADORES PRUDENCIAIS	44
11. ÁREA SOCIAL	45
12. RELAÇÃO COM CLIENTES – GESTÃO DE RECLAMAÇÕES	46
CAPÍTULO II - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	47
CAPÍTULO III – ESTRUTURA DE GOVERNAÇÃO	48
1. ASSEMBLEIA GERAL	48
2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	48
3. CONSELHO FISCAL	49
4. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO	50
4.1 - Política de remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização	50
4.2 - Análise sobre a Política de Remuneração	50
4.3 - Informação sobre a remuneração dos membros dos órgãos sociais	50
5. ORGANOGRAMA	51
6. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO	52
7. REVISOR OFICIAL DE CONTAS E AUDITORIA EXTERNA	52
ANEXO I - POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA CCAML	53
ANEXO II - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO À POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DE 2017	58
CAPÍTULO IV – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	61
ANEXO I – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	67
ANEXO II – MENSURAÇÃO DA IMPARIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO E RESPECTIVAS DIVULGAÇÕES	99
CAPÍTULO V – PARECER DO CONSELHO FISCAL	116
CAPÍTULO VI – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	118

SÍNTESE DE INDICADORES DA CCAML

(milhares de euros)

INDICADORES	2015	2016	2017
DIMENSÃO E RESULTADOS			
Ativo líquido do balanço	470.116	503.615	565.597
Crédito a clientes bruto	138.795	132.575	131.643
Recursos de clientes totais de balanço	380.611	413.527	459.830
Recursos de clientes à ordem	103.126	124.723	146.227
Recursos de clientes a prazo	277.432	288.753	313.559
Margem financeira	11.857	12.952	12.400
Comissões líquidas	1.011	913	860
Produto bancário exploração	14.577	15.924	13.500
Resultado líquido do exercício	5.741	5.838	3.023
QUALIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO			
Rácio de crédito e juros vencidos totais / crédito total concedido	11,28%	12,94%	9,91%
Rácio de crédito com incumprimento > 90 dias	-	12,86%	9,77%
Rácio de crédito com incumprimento líquido	-	5,20%	5,15%
Rácio de cobertura por imparidades do crédito com incumprimento > 90 dias	-	63,55%	79,25%
Rácio de crédito em risco	13,88%	13,43%	12,66%
Rácio de crédito em risco líquido	3,99%	5,73%	5,33%
Rácio de crédito reestruturado	7,12%	6,21%	6,21%
Rácio de crédito reestruturado não incluído no crédito em risco	3,35%	2,59%	2,03%
EFICIÊNCIA/PRODUTIVIDADE			
Rácio <i>Cost-to-income</i>	48,79%	42,88%	51,94%
Rácio ativo líquido / n.º trabalhadores	4.609	4.937	5.771
Rácio depósitos / n.º trabalhadores	3.731	4.054	4.692
Rácio gastos com pessoal / recursos alheios	1,24%	1,10%	1,00%
Rácio volume de negócios / n.º trabalhadores	8.288	8.893	10.388
RENDIBILIDADE			
Rácio da margem de lucro (ml)	29,22%	29,64%	12,77%
Rácio da rentabilidade do ativo líquido (<i>ROA</i>)	1,25%	1,19%	0,56%
Rácio da rentabilidade dos capitais próprios (<i>ROE</i>)	7,69%	7,91%	3,38%
Rácio do produto bancário / ativo líquido médio	3,17%	3,25%	2,48%
Rácio do resultado antes de impostos / ativo líquido médio	1,63%	1,72%	1,06%
Rácio do resultado antes de impostos / capitais próprios médios	10,02%	11,40%	6,47%
Rácio dos gastos com pessoal / produto bancário	32,46%	28,45%	34,09%
PRUDENCIAIS E LIQUIDEZ			
Rácio de crédito a clientes total líquido / Depósitos	32,72%	29,44%	26,41%
Rácio da adequação dos fundos próprios principais nível 1	32,40%	39,06%	38,80%
Rácio da adequação dos fundos próprios nível 1	32,40%	39,06%	38,80%
Rácio da adequação dos fundos próprios totais	32,62%	39,39%	38,80%
Rácio de alavancagem utilizando definição total/ implementada dos FP Tier1	14,48%	12,53%	14,65%
Rácio de alavancagem utilizando uma definição de transição dos FP Tier1	14,11%	13,12%	14,69%
Rácio de cobertura de liquidez de curto prazo	3.888%	4.210%	4.455%

NOTA: A prestação de informação relativa ao ano de 2016, devido à alteração de referencial contabilístico (revogação do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal) e à aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na UE, foi reexpressa em algumas rubricas das demonstrações financeiras para efeitos de comparabilidade, conforme explicação com mais detalhe nos Anexos I e II do Capítulo IV – Demonstrações Financeiras.



CAPÍTULO I – RELATÓRIO DE GESTÃO

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O ano de 2017 ficou marcado por vários acontecimentos políticos, originando alguma volatilidade nos mercados, dos quais destacamos designadamente as eleições em França e Alemanha, a crise na Catalunha, a tensão entre os EUA e a Coreia do Norte e as decisões políticas do presidente dos EUA. Ainda assim, a economia portuguesa mostrou sinais de grande dinamismo e convergência com a Europa, apresentando um crescimento económico bastante favorável.

Em meados do ano, mais propriamente em junho, ocorreu a compra inesperada do Banco Popular pelo espanhol Banco Santander Totta, surpreendendo toda a Península Ibérica nos demais domínios, nomeadamente no social e no económico-financeiro. Depois de uma avaliação pelo Banco Central Europeu (BCE) à situação de liquidez do Banco Popular (que estaria perto de uma falência), o regulador considerou inadiável uma intervenção, sendo acionada pela primeira vez, desde que foi criada, a nova estrutura do mecanismo de resolução bancária.

Com as aquisições do BANIF (em Portugal) e do Banco Popular (Portugal e Espanha), o Banco Santander Totta reforçou a sua posição com a maior participação privada do setor bancário da Península Ibérica.

O processo de aquisição do Novo Banco, pelo *Fundo Norte-Americano Lone Star*, foi concluído em outubro de 2017, três anos depois da resolução do Banco Espírito Santo, sendo considerado um marco importante para o sistema financeiro português.

1.1 - Evolução da economia

EUA

O ano de 2017 iniciou-se revestido de alguma incerteza devido à recente tomada de posse do presidente *Donald Trump*, gerando algum receio, nos investidores, no que diz respeito às medidas anunciadas durante a campanha eleitoral. Medidas essas que foram sofrendo algum abrandamento no seguimento da forte oposição do senado.

No primeiro trimestre do ano, o Produto Interno Bruto (PIB) registou um crescimento moderado e uma aceleração no quarto trimestre, com uma variação homóloga de 2,2 para 2,5 por cento. Em termos globais, em 2017, o PIB dos EUA aumentou 2,3 por cento em volume, quando em 2016 tinha ficado pelos 1,5 por cento. Esta evolução refletiu sobretudo a aceleração das exportações no 4º trimestre.

Ao longo de 2017, a criação de emprego tem sido uma consequência da forte recuperação económica, com um mercado de trabalho aproximado ao pleno emprego, registando uma queda da taxa de desemprego para os 4,1 por cento.

O preço do petróleo (*Brent*), em euros, apresentou uma variação homóloga de 14,5 por cento em dezembro. O preço médio do barril de petróleo situou-se nos 52,2 euros no 4º trimestre (face aos 44,30 euros do 3º trimestre).

	1º Trim/17	2º Trim/17	3º Trim/17	4º Trim/17
Preço do petróleo (<i>Brent</i>) - Unidade: Euro	50,4	45,2	44,3	52,2
Preço do petróleo (<i>Brent</i>) - Vh/mm3m/%	64,9	12,1	8,1	14,5

Fonte: INE (19/02/2018)

Reino Unido

O PIB em volume fixou-se, no 1º trimestre, nos 2,1 por cento, verificando-se uma desaceleração da economia, atingindo no 4º trimestre 1,5 por cento, provocado em grande parte pela incerteza do *Brexit*, ao que foi acompanhado pela desvalorização da libra esterlina. A taxa de desemprego caiu ao longo do ano, de 4,7 para os 4,3 por cento.



Zona Euro

Com base na informação das contas nacionais, divulgada pelo INE, o PIB da Área Euro cresceu 2,7 por cento no conjunto do ano passado, alcançando o ritmo mais elevado desde 2000.

Na Área Euro (AE), no quarto trimestre a variação homóloga do PIB, em volume, situou-se em 2,7 por cento, enquanto na União Europeia (UE) se fixou em 2,6 por cento, o que representou face ao trimestre anterior quedas na AE de 0,1 e na UE de 0,2 pontos percentuais.

Entre as principais economias da UE, verificou-se uma ligeira aceleração do PIB na Alemanha e em França, com variações homólogas de 2,9 e 2,4 por cento, respectivamente (face aos 2,7 e 2,3 por cento registados no 3º trimestre).

Em Espanha o crescimento homólogo do PIB manteve-se em 3,1 por cento. Enquanto que, no Reino Unido e em Itália, o PIB desacelerou para uma variação homóloga de 1,5 e 1,6 por cento, comparando com 1,7 por cento em ambos os países no 3º trimestre.

Realçamos ainda o crescimento verificado no PIB da Finlândia apresentando o maior acréscimo, face ao terceiro trimestre, de 0,8 pontos percentuais, fixando-se em 3,9 por cento.

	PIB em volume (vh)			
	1º Trim.17	2º Trim.17	3º Trim.17	4º Trim.17
AE	2,1	2,4	2,8	2,7
UE	2,2	2,5	2,8	2,6
Alemanha	2,1	2,3	2,7	2,9
Áustria	2,5	2,9	3,5	3,6
Bélgica	1,8	1,5	1,6	1,9
Espanha	3,0	3,1	3,1	3,1
Finlândia	2,8	3,6	3,1	3,9
França	1,2	1,9	2,3	2,4
Grécia	0,4	1,6	1,3	-
Irlanda	5,6	6,6	10,4	-
Itália	1,3	1,5	1,7	1,6
Luxemburgo	3,8	1,9	3,2	-
Países Baixos	2,7	3,8	3,2	3,1
Portugal	2,8	3,0	2,5	2,4
Reino Unido	2,1	1,9	1,7	1,5
EUA	2,0	2,2	2,3	2,5

Fonte: Eurostat (14/02/2018)

O Índice de produção industrial na Área Euro aumentou no final do ano, com uma variação homóloga de 4,3 por cento quando em novembro era de 3,7 por cento. Segundo empresários da indústria transformadora dos principais clientes da economia portuguesa, sobre a evolução da sua carteira de encomendas, esta tem seguido uma linha ascendente desde setembro de 2016.

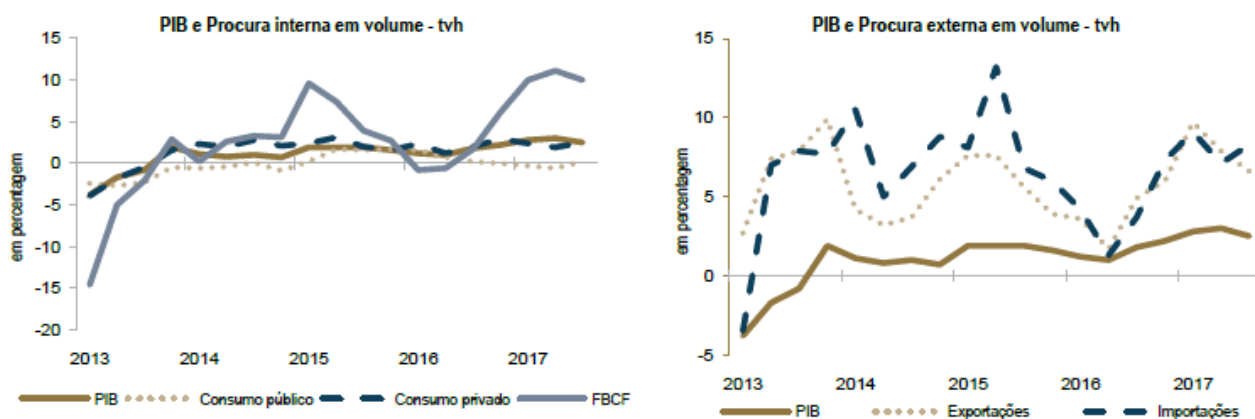
No ano de 2017, a moeda euro, inverteu a tendência do ano anterior, apresentando-se como uma moeda mais forte relativamente ao dólar, tendo-se verificado uma apreciação, em termos homólogos, de 12,3 por cento em dezembro. Ainda em dezembro, os indicadores de confiança dos consumidores e de sentimento económico aumentaram na AE e na UE.

A taxa de desemprego ajustada aos efeitos sazonais estabilizou-se em novembro e dezembro, situando-se em 8,7 por cento na AE e em 7,3 por cento na UE.



1.2 - Visão global económica de Portugal

Em Portugal, o PIB aumentou em termos homólogos 2,4 por cento em volume no 4º trimestre de 2017 (2,5 por cento no trimestre anterior). O contributo positivo da procura interna para a variação homóloga do PIB diminuiu, em resultado do abrandamento do Investimento e do consumo privado. Em sentido oposto, o contributo da procura externa líquida foi positivo, refletindo a aceleração em volume das Exportações de Bens e Serviços e a desaceleração das Importações de Bens e Serviços.



Fonte: Banco de Portugal

No ano em apreço, as exportações aumentaram homologamente 10,1 por cento, o que representou uma significativa aceleração face ao acréscimo de 0,8 por cento verificado em 2016.

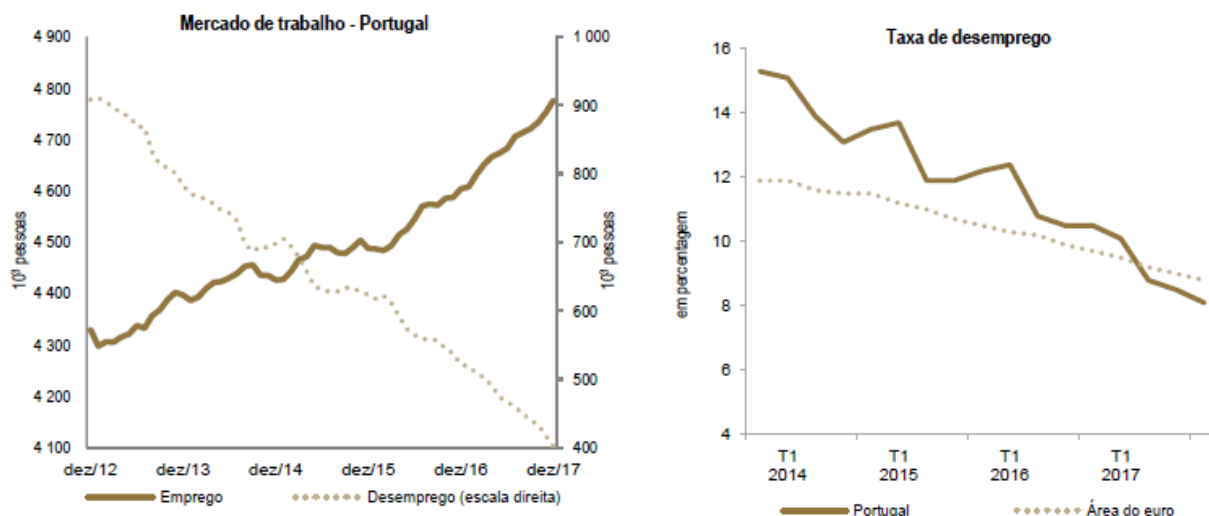
Em Portugal, o indicador de atividade económica aumentou, enquanto o indicador de clima económico diminuiu. O indicador quantitativo do consumo privado estabilizou em novembro, refletindo um contributo positivo mais expressivo da componente de consumo corrente e um contributo positivo menos significativo da componente de consumo duradouro.

Mercado Laboral

A taxa de desemprego no 4º trimestre de 2017 foi de 8,1 por cento. Este valor foi inferior ao do trimestre anterior em 0,4 pontos percentuais e ao do trimestre homólogo de 2016 em 2,4 pontos percentuais.

No quarto trimestre de 2017, a população desempregada, estimada em 422 mil pessoas, registou uma diminuição trimestral de 4,9 por cento (menos 22 mil desempregados), prosseguindo as diminuições trimestrais observadas desde o 2º trimestre de 2016.

Em termos de média anual, a taxa de desemprego foi de 8,9 por cento em 2017, o que representou uma diminuição de 2,2 pontos percentuais em relação a 2016 e a taxa de desemprego da classe dos jovens fixou-se em 23,9 por cento, menos 4,1 pontos percentuais do que no ano anterior.



Fonte: Banco de Portugal

Na zona centro, a taxa de desemprego fixou-se abaixo da média nacional, cifrando-se em 2017 em 6,9 por cento, face aos 8,9 por cento do País, representando um decréscimo em relação ao ano de 2016 de 1,5 pontos percentuais.

Taxa de desemprego por região

	4ºTrim.2016	3ºTrim.2017	4ºTrim.2017	Unidade: %	
				2016	2017
Portugal	10,5	8,5	8,1	11,1	8,9
Norte	11,5	9,3	9,3	12,0	9,8
Centro	7,9	6,8	5,9	8,4	6,9
A. M. Lisboa	11,4	9,4	8,2	11,9	9,5
Alentejo	11,0	7,4	8,4	12,1	8,4
Algarve	9,4	5,2	7,3	9,2	7,7
R. A. Açores	10,4	8,2	8,3	11,1	9,0
R. A. Madeira	11,0	9,3	8,9	12,9	10,4

Fonte: INE.

Preços

Em 2017, o Índice Harmonizado de Preços do Consumidor (IHPC) português registou uma taxa de variação média de 1,6 por cento (face aos 0,6 por cento do ano anterior). A taxa de variação homóloga situou-se em 1,6 por cento em dezembro, inferior em 0,2 pontos percentuais à observada em novembro de 2017.

A taxa média anual do IHPC em Portugal foi superior em 0,1 pontos percentuais à registada para a AE (tendo-se observado que em 2016 aquele diferencial se situou em 0,4 pontos percentuais).

Analisando a evolução dos preços ao longo de 2017 a taxa de variação homóloga do Índice de Preços no consumidor (IPC), evidenciou um movimento marcadamente ascendente nos primeiros quatro meses de 2017 atingindo o máximo em abril, registando taxas de variação homóloga abaixo do valor médio anual nos quatro meses seguintes.



Ao nível das classes de despesa salienta-se o comportamento da classe dos Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, onde ocorreram variações mensais mais intensas em 2017, face a 2016, especialmente notórias no primeiro e no último trimestre de 2017. Nos meses de verão de 2017 houve uma desaceleração dos preços em termos homólogos após uma forte aceleração registada no mesmo período do ano anterior. Em termos médios anuais, os preços desta classe aceleraram entre 2016 e 2017.

Relativamente à classe dos Transportes foi possível constatar uma consolidação das variações homólogas positivas a partir de outubro de 2016, sendo que no ano de 2017, apesar de se verificarem fortes oscilações mensais, todos os meses registaram variações positivas. Em termos médios anuais, os preços desta classe subiram, tendo assim um contributo positivo para o comportamento do IPC total.

A classe dos Restaurantes e Hotéis ficou marcada por oscilações acentuadas, observando-se os maiores valores da taxa de variação homóloga em abril e outubro de 2017. No último trimestre de cada ano, é visível uma redução desta taxa, sendo mais expressiva em 2017 do que no ano anterior.

O indicador de inflação subjacente apresentou uma taxa de variação homóloga de 1,2 por cento, valor ligeiramente superior ao registado em novembro (1,1 por cento).

A um nível mais desagregado, por classes de despesa, destacaram-se os aumentos das taxas de variação homóloga da classe dos Transportes e da classe do Vestuário e Calçado, enquanto que, em sentido oposto, destacou-se a diminuição da taxa de variação homóloga das classes das Comunicações, dos Restaurantes e dos Hotéis.

O indicador de confiança dos Consumidores estabilizou em dezembro de 2017, após ter aumentado nos dois meses anteriores, mantendo-se num valor próximo do máximo da série atingido em julho do mesmo ano.

Ainda referente ao mês de dezembro, o comportamento do indicador de confiança dos consumidores resultou do contributo positivo das expectativas relativas à evolução do desemprego e da poupança, que foi compensado pelo contributo negativo das perspetivas relativas à evolução da situação económica do país, tendo o contributo das perspetivas sobre a evolução da situação financeira do agregado familiar sido nulo.

Atividade bancária

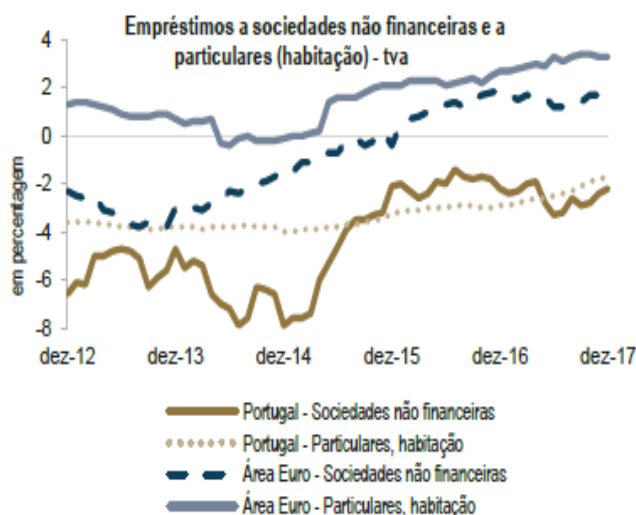
Em 2017 verificou-se um ligeiro aumento da concessão de empréstimos pelos bancos a sociedades não financeiras e a particulares, especialmente no crédito à habitação. Em novembro e dezembro, as taxas de variação anual (tva) do crédito à habitação situaram-se em valores como -1,8 por cento e -1,7 por cento respetivamente, quando os valores dos meses homólogos do ano anterior se situavam nos -3,0 por cento e -2,9 por cento, respetivamente.

	Portugal				Área do Euro			
	Nov-16	Dez-16	Nov-17	Dez-17	Nov-16	Dez-16	Nov-17	Dez-17
(Taxa de variação anual - tva - em percentagem)								
Empréstimos:								
Empréstimos a sociedades não financeiras (SNF)	-1,8	-2,2	-2,4	-2,2	1,8	1,9	1,7	1,8
Empréstimos a particulares	-2,1	-1,9	-0,9	-0,7	2,1	2,3	3,1	3,2
Habitação	-3,0	-2,9	-1,8	-1,7	2,5	2,7	3,3	3,3
Consumo	8,0	8,8	8,2	8,9	3,6	4,0	7,1	6,9
Outros fins	-3,7	-3,9	-3,0	-3,0	-1,2	-1,2	-0,8	-0,7
Empréstimos a sociedades não financeiras e particulares	-2,0	-2,0	-1,4	-1,2	2,0	2,1	2,5	2,6
Depósitos:								
Depósitos de sociedades não financeiras	8,3	8,3	11,6	15,9	6,0	6,2	7,7	7,5
Depósitos de particulares	1,3	1,0	0,8	0,2	3,8	4,1	3,6	3,4
Dos quais: Depósitos à vista	18,9	17,6	13,0	10,9	10,8	11,2	9,5	9,1
Depósitos com prazo acordado	1,3	0,9	0,7	0,1	-5,2	-5,1	-7,3	-7,4
Sociedades não financeiras	8,3	8,4	11,8	16,0				
Particulares	1,3	1,0	0,1	0,2				

Fonte: Banco de Portugal



Portugal acompanhou, de uma forma mais moderada, o crescimento da Área Euro onde se verificou uma subida acentuada na concessão de crédito pela banca, destacando-se o crescimento do crédito ao consumo, com valores de tva em novembro de 7,1 por cento e em dezembro de 6,9 por cento, o que comparado com período homólogo do ano anterior, representou crescimentos na ordem dos 3,6 e 4,0 por cento, respetivamente.

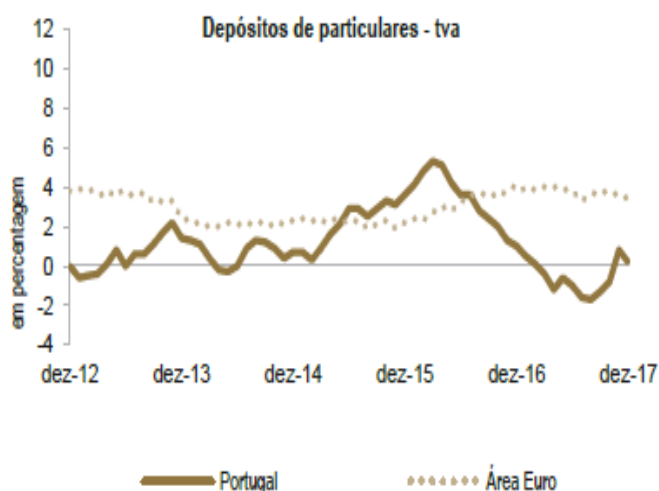


Fonte: Banco de Portugal

Comparativamente à Área Euro, os depósitos de sociedades não financeiras cresceram em maior proporção em Portugal, contrariando o observado em relação aos depósitos de particulares que cresceram menos (0,2 e 0,8 por cento) em novembro e dezembro de 2017, respetivamente.

Por outro lado, os Depósitos com prazos acordados continuaram a crescer em Portugal quando na Área do Euro registaram quebras significativas.

Num contexto em que as taxas de remuneração dos depósitos se encontram em mínimos históricos e os níveis de confiança dos consumidores em valores máximos, os desenvolvimentos observados poderão refletir uma redução da aversão ao risco dos aforradores e um aumento da procura de ativos de maior rentabilidade/risco. Também se verifica, por parte dos investidores, uma maior procura em ativos imobiliários, refletindo-se nos preços dos imóveis para habitação, nas perspetivas de evolução futura e nas oportunidades associadas ao incremento do turismo.



Fonte: Banco de Portugal



1.3 – A CCAML no contexto económico e financeiro

No ano de 2017, o setor financeiro, mais propriamente o bancário, ficou marcado pelas aquisições do BANIF (em Portugal) e do Banco Popular (em Portugal e Espanha) pelo Banco Santander Totta, reforçando assim a sua posição como a maior participação privada do setor bancário da Península Ibérica, bem como pela compra do Novo Banco pela *Lone Star*.

No exercício em apreço as taxas de juro de remuneração dos depósitos continuaram baixas, muito próximas ou iguais a zero, mantendo-se em níveis mínimos históricos, originando a nível nacional e da Europa, uma descida generalizada nos depósitos de clientes (Recursos de clientes). Contrariamente a esta tendência, em 2017 a CCAML viu reforçada a sua posição nesta rubrica do Balanço, atingindo níveis nunca antes alcançados, conforme se pode visualizar mais à frente no corpo do relatório.

A reputação e uma boa imagem, por parte dos bancos, ajudam a conquistar a confiança do mercado e a criar relacionamentos duradouros com o público-alvo. Nesta linha, a CCAML viu reforçado o sentimento de confiança dos seus clientes na Instituição, assumindo-se como um ponto importante e de distinção, revelador da reputação que sempre norteou a maneira de operar da Instituição no mercado.

Num contexto em que as taxas de remuneração dos depósitos se fixaram em mínimos históricos e os níveis de confiança dos consumidores em valores máximos, os desenvolvimentos observados refletiram uma redução da aversão ao risco dos aforradores e um aumento da procura de ativos de maior rentabilidade / risco. Verificou-se também, por parte dos investidores, uma maior procura em ativos imobiliários, refletindo-se nos preços dos imóveis para habitação, nas perspetivas de evolução futura e nas oportunidades associadas ao incremento do turismo.

Em 2017, na Área Euro, verificou-se um ligeiro aumento da concessão de empréstimos pelos bancos a sociedades não financeiras e a particulares, especialmente no crédito à habitação. Em Portugal, em novembro e dezembro, as taxas de variação anual (tva) do crédito à habitação situaram-se em valores como -1,8 por cento e -1,7 por cento respetivamente, quando os valores dos meses homólogos do ano anterior se situavam em -3,0 por cento e -2,9 por cento.

Tal como em Portugal, na CCAML os empréstimos concedidos totais brutos registaram uma quebra de 0,7 por cento. Já o Crédito habitação registou um crescimento de cerca de 1,2 por cento.

No exercício em apreço, seguindo a tendência verificada em 2016, a CCAML procurou contribuir para a alavancagem da economia local, embora, não obstante a intenção demonstrada e a disponibilidade para tal, observou-se um ligeiro decréscimo do total do crédito concedido, inferior a 1 por cento, face ao ano homólogo. Contudo, apesar desta variação negativa verificou-se que o crédito vincendo cresceu na ordem dos 2,7 por cento e o vencido decresceu cerca de 24 por cento.



2. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

A CCAML é uma instituição de crédito com um regime regulamentar próprio. Opera como uma instituição bancária de retalho de âmbito regional, tendo como área de atuação os concelhos de Leiria, Marinha Grande e Ourém. Tem como principais linhas de negócio a captação de recursos, em especial de pequenas e médias poupanças, a sua rendibilização através de empréstimos a particulares e pequenas empresas e a aplicação dos excedentes em títulos de dívida pública e em depósitos em instituições de crédito.

Propõe-se ser uma instituição de crédito com uma oferta de serviços financeiros diversificada, orientada para a satisfação das necessidades dos seus associados, clientes e comunidades locais, pautando-se por uma atuação social e economicamente responsável, baseada em valores como rigor, confiança, mutualismo e espírito comunitário, procurando, simultaneamente, a racionalização dos custos e a maximização da rendibilidade dos recursos, com uma gestão cuidadosa face aos riscos, através de um crescimento prudente e sustentado dos seus negócios. A persecução destas metas tem subjacente a preservação e reforço de níveis de solvabilidade e liquidez elevados e o compromisso de criar valor para o associado e solidez para a instituição.

Sabendo as responsabilidades que lhe cabem e o papel que desempenha na economia dos concelhos da sua área de intervenção, continuará a dar grande relevância estratégica ao desenvolvimento de uma política de responsabilidade social, que se manifesta pelo apoio a projetos de educação, voluntariado, solidariedade social e cultural, através da Fundação Caixa Agrícola de Leiria, integralmente financiada pela CCAML. Assim como, pelo exercício da sua atividade de intermediação financeira, pautada pelos valores que sempre a nortearam:

"Servir os clientes sem nunca descurar a solidez da instituição, gerindo com diligência e segurança os capitais que lhe são confiados".

No decurso das contingências que a atual situação impõe, as necessidades de procurar mitigar os impactos da crise e de aumentar a eficiência interna, como forma de preservar a sustentabilidade da atividade, determinam a orientação a prosseguir. O próprio enquadramento regulamentar onde está inserida e as crescentes exigências inerentes à atividade estabelecem a necessidade de responder, cada vez mais, a novos e mais complexos desafios operacionais.

Neste quadro em que os fatores externos ameaçam e condicionam significativamente a atividade, foram definidas oito grandes orientações, tendo em vista o alinhamento estratégico em torno dos objetivos de um desempenho eficiente e rendível da atividade, visando a defesa de um desenvolvimento sustentável a longo prazo.

Linhas de orientação estratégica para o triénio 2016 - 2018

- **Preservar elevados níveis de solvabilidade e liquidez** – No sentido de defender a solidez e preservar a sustentabilidade do negócio numa perspetiva de longo prazo;
- **Racionalizar os serviços e reduzir a despesa** – Por via da melhoria da eficiência dos serviços, da contenção na despesa e da redução de custos operacionais;
- **Otimizar os processos de acompanhamento de crédito e recuperação de crédito vencido** – No quadro do processo de gestão do acompanhamento, nomeadamente através dos planos de ação de procedimentos extrajudiciais, conferindo maior dinamismo na prevenção do risco de crédito e na regularização das situações de incumprimento;
- **Prosseguir com a estratégia de melhoria das competências** – No sentido da valorização profissional e pessoal dos colaboradores, em consonância com uma estratégia de melhoria do desempenho individual e de eficiência dos serviços, perante novas e mais complexas exigências operacionais;
- **Ajustar os processos às exigências operativas e regulamentares, procurando aumentar a eficiência** – Procurando melhorar o desempenho das operações, num quadro de uma colocação contínua de novos e mais complexos desafios operativos;



- **Prosseguir com a estratégia de rigor na concessão de crédito, reforçando a seletividade e a diligência na análise das propostas e melhorando a automatização dos modelos de avaliação internos** - Procurando aumentar a exposição em clientes com uma capacidade financeira sustentada e adequada cobertura por garantias;
- **Aprofundar a relação com associados e clientes, aumentando a prestação de serviços** – Seguindo uma estratégia de proximidade junto dos associados e clientes, procurando aumentar o envolvimento comercial nos diversos serviços financeiros disponibilizados;
- **Prosseguir com a estratégia de promoção da imagem Institucional** – Dinamizando os canais de comunicação utilizados pela Instituição, valorizando o centésimo aniversário da Instituição, associando os valores da solidez e confiança, aos do dinamismo e da modernidade.

Em 2016, iniciou-se um novo mandato tendo em vista o triénio de 2016 a 2018, onde foram estabelecidas novas prioridades e onde foram revistas as linhas de orientação estratégica. Em linha com a estratégia anteriormente definida, as novas prioridades prosseguem com as orientações existentes, revitalizando, entre outros, a atenção nos objetivos relacionados com o controlo dos riscos e na racionalização dos serviços e redução da despesa, para fazer face às adversidades que o atual ambiente económico e financeiro impõe.

3. EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DO BALANÇO

3.1 – Estrutura do Ativo Líquido

Em 2017 o Ativo Líquido da CCAML apresentou um crescimento de cerca de 62 milhões de euros face a 2016 (+ 12,3 por cento) e de 95,5 milhões de euros face a 2015 (+ 20,3 por cento), fixando-se em cerca de 565,6 milhões de euros.

Comparativamente ao exercício anterior, em 2017 definiram-se políticas internas de redução da exposição da CCAML em Ativos financeiros disponíveis para venda reforçando o investimento, em grande parte, na rubrica Investimentos detidos até à maturidade e ainda em Aplicações em IC. Com a adoção desta política, a CCAML procurou a melhor rentabilidade dos recursos captados tendo sempre em vista a garantia e a segurança dos ativos e a redução da exposição ao risco de taxa de juro.

Desta ação resultou uma diminuição dos Ativos financeiros disponíveis para venda em cerca de 26,6 por cento (- 46,7 milhões de euros face a 2016) por contrapartida do aumento da rubrica Investimentos detidos até à maturidade em 99,7 por cento (+ 90,6 milhões de euros face a 2016) e da rubrica de Aplicações em IC em cerca de 36 por cento (+ 17,3 milhões de euros).

Para o acréscimo registado na Estrutura do Ativo Líquido foi determinante o incremento da carteira de títulos (Investimentos detidos até à maturidade) em 99,8 por cento, passando a ser o agregado mais representativo da totalidade da Estrutura do Ativo Líquido com 33 por cento (18 em 2016 e 21 em 2015), seguindo-se as rubricas de Ativos financeiros disponíveis para venda com um peso de 23,6 por cento, do Crédito concedido líquido de imparidades com um peso de 22,2 por cento e dos Ativos de Liquidez com um peso de 21 por cento.

Em relação à rubrica Crédito Concedido, líquido de provisões, em 2017 a CCAML acompanhou o registo contracionista do ano anterior, porém, registando apenas uma ligeira contração de 0,24 por cento (- 296 milhares de euros).

Em 2017, a carteira de títulos da CCAML (Investimentos detidos até à maturidade e Ativos financeiros disponíveis para venda), representou globalmente um peso de 56,7 por cento na estrutura total do ativo líquido, o que, comparativamente ao ano anterior, resultou num acréscimo no peso da estrutura do ativo de cerca de 16,5 por cento (+43,9 milhões de euros).

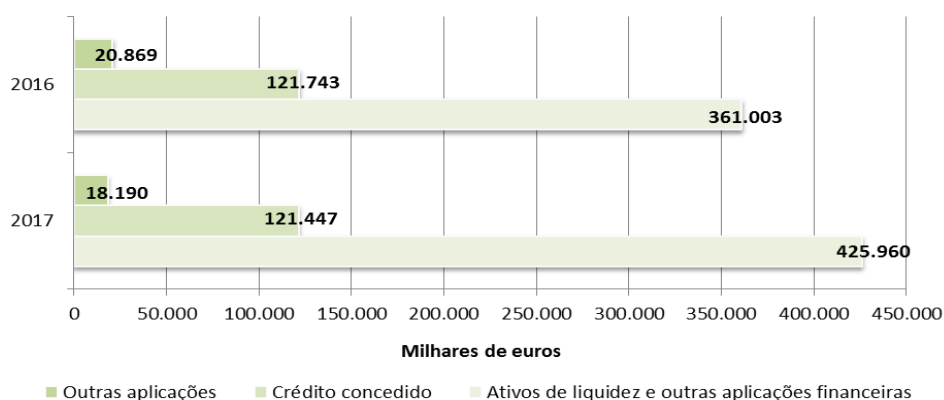
ESTRUTURA DO ATIVO LÍQUIDO

(milhares de euros)

Rubricas	2017		2016		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	547.407	96,78	482.746	95,86	64.661	13,39
Ativos de Liquidez	115.484	21,09	94.390	18,74	21.094	22,34
Caixa e disponibilidades em Bancos	50.599	9,24	46.799	9,29	3.800	8,11
Aplicações em I. C.	64.885	11,85	47.591	9,44	17.294	36,33
Crédito Concedido (líquido de imparidades)	121.447	22,19	121.743	24,17	-296	-0,24
Ativos financeiros disponíveis para venda	129.088	23,58	175.804	34,90	-46.716	-26,57
Investimentos detidos até à maturidade	181.388	33,14	90.809	18,03	90.579	99,74
OUTRAS APLICAÇÕES	18.190	3,22	20.869	4,14	-2.679	-12,83
Ativos não correntes detidos para venda	5.178	0,92	5.162	1,02	16	0,30
Outras	13.012	2,30	15.707	3,11	-2.695	-17,15
TOTAL DO ATIVO LÍQUIDO	565.597	100,00	503.615	100,00	61.982	12,30



ESTRUTURA DO ATIVO LÍQUIDO



3.2 – Passivo e Capitais Próprios

Em 2017, tal como no ano de 2016 e anteriores, apesar do sistema financeiro português estar bastante exposto ao risco de reputação, perante uma opinião pública bastante fragilizada, resultante em larga medida das notícias negativas em relação ao setor publicitadas pelos *Mass Media* portugueses, a CCAML viu reforçado uma vez mais o sentimento de confiança dos seus clientes, atingindo no final do exercício em estudo o agregado da rubrica Passivo, cerca de 472,8 milhões de euros, o que, comparando com os cerca de 426 milhões de euros de 2016, representou um crescimento de 46,8 milhões de euros (+ 11 por cento).

Tal como em 2016, para a formação deste agregado contribuiu, determinantemente, o crescimento dos Recursos de clientes que, num contexto de revisão em baixa das respetivas taxas de remuneração dos depósitos, registaram ainda assim um aumento de 46.3 milhares de euros (+ 11,2 por cento), situando-se no final de 2017 em 459.8 milhares de euros.

Tal como em anos anteriores, a adoção da orientação estratégica “Aprofundar a relação com associados e clientes, aumentando a prestação de serviços”, procurando uma relação de proximidade junto dos associados e clientes, aumentando o envolvimento comercial nos diversos serviços financeiros disponibilizados, permitiu que os recursos captados mantivessem ao longo do período em análise uma evolução bastante positiva, não obstante a política de redução de taxas dos depósitos efetuada e, não menos importante, a oferta de produtos de poupança alternativa oferecidos por outras Instituições Financeiras concorrentes.

O agregado da rubrica Capital, face ao ano anterior, cresceu cerca de 19,5 por cento, atingindo cerca de 92,8 milhões de euros. Este acréscimo justificou-se fundamentalmente pela valorização das Obrigações do Tesouro, contabilizadas ao “justo valor” e refletidas nas Reservas de Reavaliação. A rubrica agregada “Capital + Provisões” viu assim o seu peso ser acrescido em cerca de 1 ponto percentual, fixando-se em cerca de 16,5 pontos de percentagem (face aos cerca de 15,5 pontos de percentagem registados em 2016).

PASSIVO E CAPITALS PRÓPRIOS

Rubricas	(milhares de euros)					
	2017		2016		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Depósitos de clientes e Instituições Crédito	459.830	81,30	413.527	82,11	46.303	11,20
Instrumentos representativos de capital	3.386	0,60	3.696	0,73	-310	-8,38
Outros passivos	9.361	1,66	8.506	1,69	855	10,05
Capital + Provisões	93.020	16,44	77.886	15,47	15.134	19,43
TOTAL PASSIVO + CAPITAL PRÓPRIO	565.597	100,00	503.615	100,00	61.982	12,30



4. VOLUME DE NEGÓCIOS

No ano de 2017, o volume de negócios da CCAML apresentou um crescimento de 13,1 por cento face ao ano transato (+ 64,7 milhões de euros), fixando-se em cerca de 558 milhões de euros.

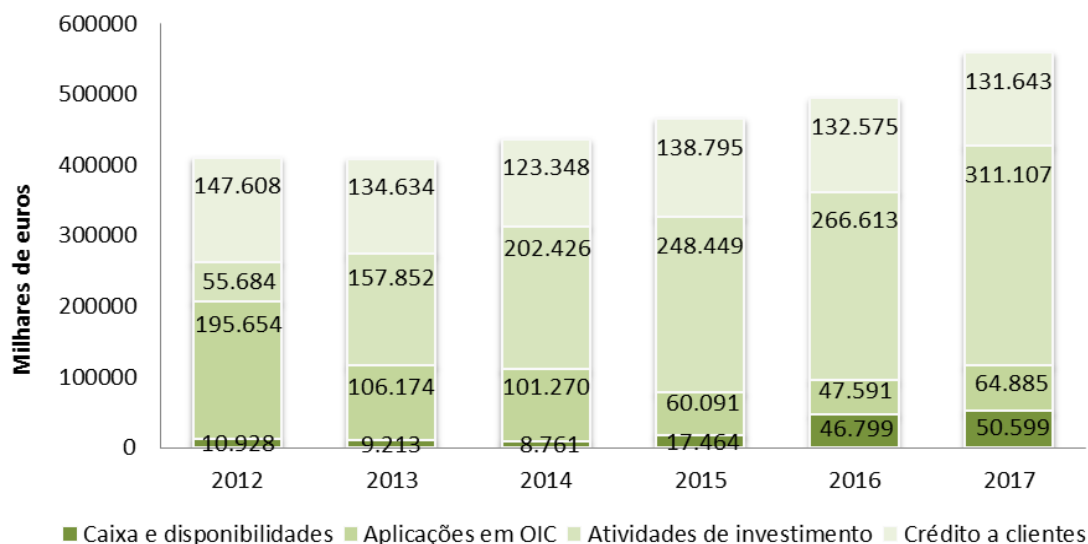
No exercício em análise, a rubrica que mais cresceu em valor foram as Atividades de Investimento (com cerca de 44.5 milhares de euros), continuando a ser a parcela mais representativa na formação do volume de negócios com cerca de 55,7 por cento, seguindo-se o Crédito concedido a clientes, as Aplicações em O/C e a rubrica Caixa e disponibilidades com cerca de 23,6; 11,6; e 9,1 pontos de percentagem, respetivamente.

FORMAÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS

(milhares de euros)

Rubricas	2017		2016		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Caixa e disponibilidades	50.599	9,06	46.799	9,48	3.800	8,12
Aplicações em OIC	64.885	11,62	47.591	9,64	17.295	36,34
Atividades de investimento	311.107	55,74	266.613	54,02	44.494	16,69
Crédito a clientes	131.643	23,58	132.575	26,86	-932	-0,70
VOLUME DE NEGÓCIOS	558.234	100,00	493.578	100,00	64.656	13,10

VOLUME DE NEGÓCIOS



5. ATIVIDADE COMERCIAL

5.1 – Recursos alheios

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da rubrica que agrega os recursos alheios era constituído, à semelhança dos anos anteriores, quase exclusivamente pelos recursos de clientes, representando 99,99 por cento do total do agregado e registando uma evolução positiva traduzida por um crescimento de 11 por cento face a 2016 (cerca de 46 milhões de euros).

FORMAÇÃO DOS RECURSOS ALHEIOS

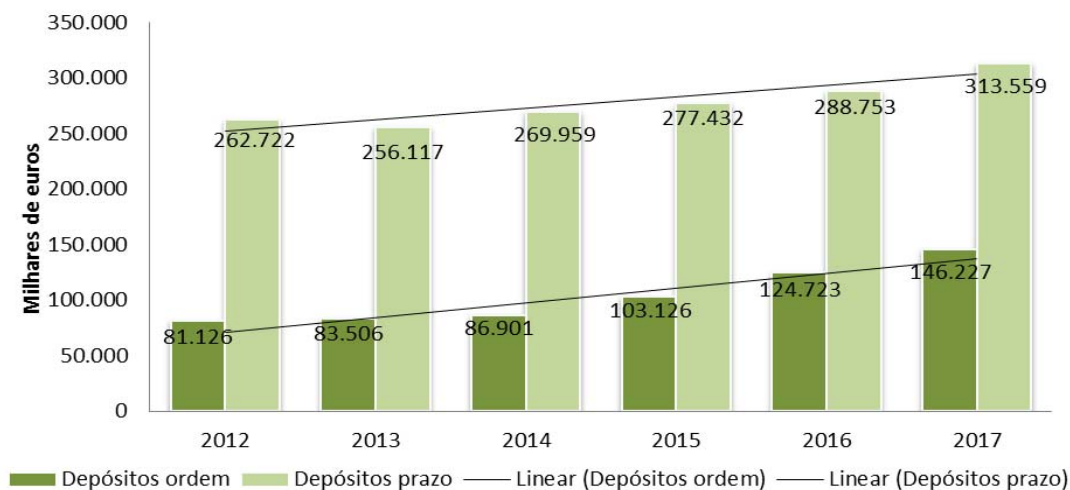
(milhares de euros)

Rubricas	2017		2016		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Depósitos à ordem	146.227	31,80	124.723	30,16	21.504	17,24
Depósitos a prazo	313.559	68,19	288.753	69,83	24.806	8,59
Total de recursos clientes e outros empréstimos	459.786	99,99	413.476	99,99	46.310	11,20
Recursos de outras Instituições de Crédito	44	0,01	51	0,01	-7	-13,73
TOTAL RECURSOS ALHEIOS	459.830	100,00	413.527	100,00	46.303	11,20

A rubrica do Passivo, Recursos de clientes e outros empréstimos apresentou, face ao ano de 2016, crescimentos dos depósitos à ordem que totalizaram 21,5 milhões de euros (+ 17,2 por cento) e dos depósitos a prazo que ascenderam a 24,8 milhões de euros (+ 8,59 por cento).

No exercício em análise, a CCAML manteve o ascendente apreciável de retenção e captação de poupanças, registando uma forte consolidação dos recursos de clientes, revelando-se os melhores da última década, quer os aplicados à ordem fixando-se nos cerca de 146 milhões de euros, correspondentes a cerca de 32 por cento do total do agregado, quer os aplicados a prazo fixando-se em cerca de 313 milhões de euros, correspondentes a cerca de 68 por cento do total dos recursos de clientes.

EVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS



5.2 – Qualidade da carteira de crédito

A CCAML no ano de 2017, tal como no ano anterior, apresentou uma variação desfavorável deste agregado, contraindo-se em 0,7 por cento (face à contração de cerca de 4,5 por cento verificada em 2016). O seu crédito concedido total registou um decréscimo de 932 milhares de euros, fixando-se nos cerca de 132 milhões de euros.

CRÉDITO CONCEDIDO

(milhares de euros)

Rubricas	2017		2016		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Crédito vincendo/vivo	118.596	90,09	115.413	87,06	3.183	2,75
Crédito vencido	13.047	9,91	17.162	12,94	-4.115	-23,97
TOTAL	131.643	100,00	132.575	100,00	-932	-0,70

5.2.1 – Crédito vincendo/vivo

O crédito vivo da CCAML registou em 2017, contrariamente ao ano de 2016, uma evolução expansionista de 2,75 por cento (+ 3.183 milhares de euros).

Contrariamente ao ano de 2016, o exercício em apreço ficou marcado pelo registo de expansão em todas as variantes de crédito vivo como resultado de uma melhoria dos índices de confiança dos consumidores e de um ligeiro aumento da procura de crédito, associada a uma manutenção de um grau de seletividade considerado como suficiente para dirimir ou minimizar o risco a correr.

A rubrica “Empréstimos + conta corrente” continua a ser a parcela mais representativa e que mais contribuiu para a formação do agregado do crédito vivo total. Esta rubrica aumentou 2.6 milhares de euros (+3,55 por cento) e passou a representar cerca de 65 por cento do total do agregado, a que correspondeu uma verba de 77 milhares de euros, seguindo-se a rubrica “Crédito habitação” com cerca de 35 por cento, a que correspondeu a verba de 41 milhares de euros.

No ano em análise, realça-se o ligeiro aumento, em cerca de 23 por cento, do desconto de letras, contrariando a tendência contracionista do último ano, passando a representar apenas 0,25 por cento do total do agregado.

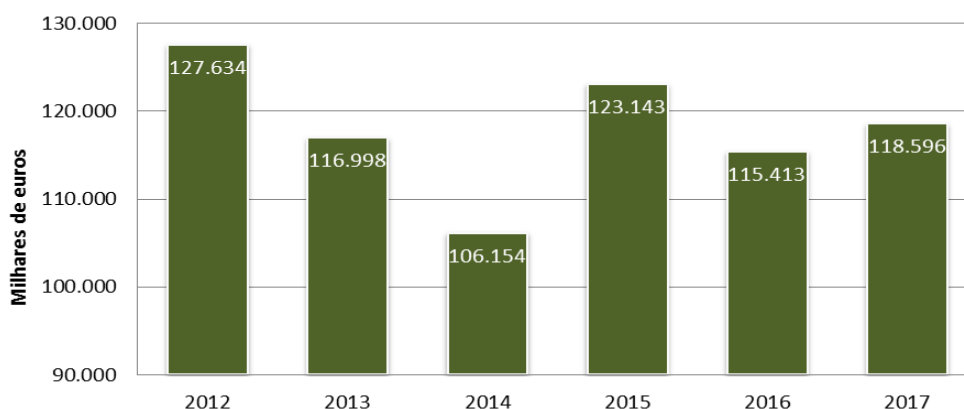
DISCRIMINAÇÃO DO CRÉDITO VINCENDO/VIVO

(milhares de euros)

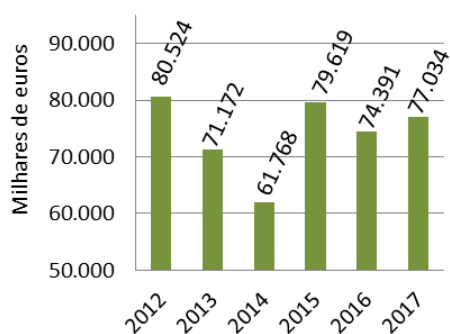
Rubricas	2017		2016		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Empréstimos + Conta Corrente	77.034	64,96	74.391	64,46	2.643	3,55
Crédito habitação	41.039	34,60	40.569	35,15	470	1,15
Desconto	302	0,25	245	0,21	57	23,26
Juros de crédito a clientes + Comissões associadas ao custo amortizado	221	0,19	209	0,18	12	5,74
TOTAL	118.596	100,00	115.413	100,37	3.183	2,75



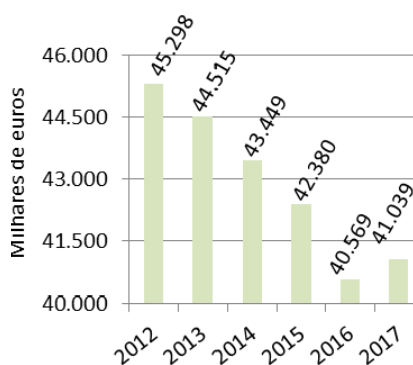
EVOLUÇÃO DO CRÉDITO VINCENDO / VIVO



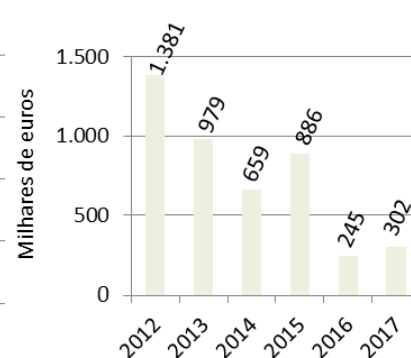
EMPRÉSTIMOS + C/C + DESCOB. D.O.



HABITAÇÃO



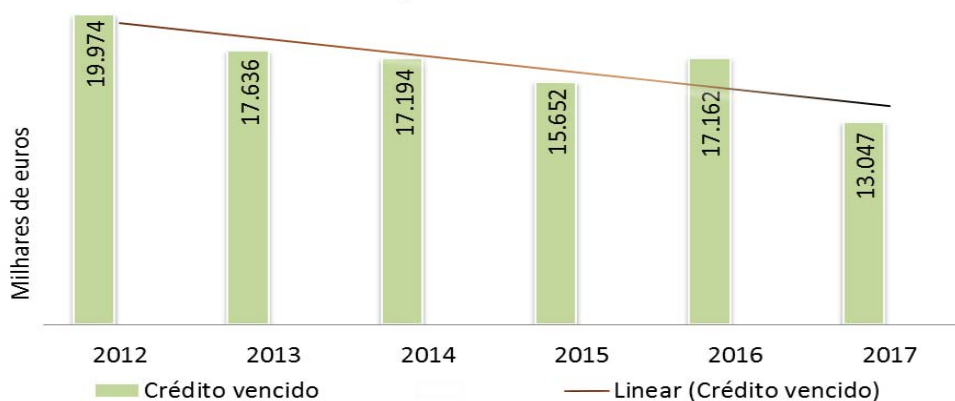
DESCONTO



5.2.2 – Crédito vencido

O exercício em análise ficou marcado pela inversão da expansão registada em 2016 na rubrica de Crédito vencido, registando em 2017 um decréscimo de 4.1 milhares de euros (- 24 por cento), fixando-se nos cerca de 13 milhões de euros.

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO VENCIDO





Da análise à qualidade da carteira de crédito foi possível verificar que o crédito vencido superior a 90 dias diminuiu cerca de 4 milhões de euros (- 24 por cento). Para esta redução contribuiu fundamentalmente a reestruturação e a liquidação de créditos que se encontravam em contencioso há vários anos.

O rácio de crédito com incumprimento superior a 90 dias, face ao crédito concedido total decresceu cerca de 3 pontos percentuais, fixando-se em cerca de 9,8 por cento e o rácio com incumprimento líquido fixou-se em cerca de 5 por cento.

O rácio de crédito em risco, calculado nos termos da Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal, que inclui o valor total em dívida do crédito vencido maior ou igual a 90 dias e o crédito reestruturado igualmente vencido por igual período sem que tenham sido observados o pagamento integral de juros e encargos e o reforço integral de garantias, apresentou, face ao ano anterior, uma variação negativa de 0,77 pontos percentuais, fixando-se nos 12,66 por cento e, em termos líquidos, de 5,33 por cento (- 0,40 pontos percentuais).

O rácio de crédito reestruturado total, calculado nos termos da Instrução n.º 32/2013 do Banco de Portugal, atingiu os 6,2 por cento (mantendo o mesmo nível do ano anterior) e o crédito reestruturado não incluído no crédito em risco fixou-se nos 2 por cento (face aos 2,59 por cento de 2016).

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DA QUALIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO

(milhares de euros)

Rubricas	2017	2016	Variação	
			Valor	%
Crédito concedido total	131.643	132.575	-932	-0,70
Crédito vencido total:	13.047	17.162	-4.115	-23,97
Crédito vencido < 90 dias	181	119	62	52,10
Crédito vencido > 90 dias	12.865	17.043	-4.178	-24,51
Crédito em risco	16.666	17.811	-1.145	-6,42
Crédito reestruturado total	8.171	8.227	-56	-0,68
Crédito reestruturado não incluído no crédito em risco	2.667	3.429	-762	-22,22
Crédito a clientes em cumprimento (bruto)	115.194	115.410	-216	-0,18
Crédito a clientes com incumprimento (bruto):	16.449	17.165	-716	-4,17
Crédito com incumprimento < 90 dias	3.584	121	3.463	2861,98
Crédito com incumprimento > 90 dias	12.865	17.044	-4.179	-24,51
Rácios de Crédito com incumprimento em relação ao Crédito vencido total				
Crédito com incumprimento < 90 dias em relação ao crédito vencido total (%)	27,47%	0,71%	26,76	p.p. 3769,01
Crédito com incumprimento > 90 dias em relação ao crédito vencido total (%)	98,61%	99,31%	-0,70	p.p. -0,70
Imparidades acumuladas para crédito				
Imparidades acumuladas para crédito	10.196	10.832	-636	-5,87
Rácios de Crédito vencido em relação ao Crédito concedido total				
Crédito e juros vencidos totais / Crédito total concedido	9,91%	12,94%	-3,03	p.p. -23,41
Crédito com incumprimento > 90 dias / Crédito concedido total	9,77%	12,86%	-3,09	p.p. -24,02
Rácio ajustado (Crédito com incumprimento líquido / Crédito concedido total líquido)	5,15%	5,20%	-0,05	p.p. -0,96
Rácios de Crédito em Risco				
Crédito em risco / Crédito concedido total (1)	12,66%	13,43%	-0,77	p.p. -5,73
Crédito em risco, líquido / Crédito concedido total, líquido (1)	5,33%	5,73%	-0,40	p.p. -6,98
Crédito reestruturado total / Crédito concedido total (2)	6,21%	6,21%	0,00	p.p. 0,00
Crédito reestruturado não incluído no crédito em risco / Crédito concedido total (2)	2,03%	2,59%	-0,56	p.p. -21,62
Imparidades acumuladas para crédito / Crédito em risco	61,18%	60,82%	0,36	p.p. 0,59
Imparidades acumuladas para crédito / Crédito com incumprimento > 90 dias	79,25%	63,55%	15,70	p.p. 24,70

(1) De acordo com a definição constante da Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal.

(2) De acordo com a definição constante da Instrução n.º 32/2013 do Banco de Portugal.



No exercício salientamos ainda a taxa de cobertura por imparidades acumuladas para crédito que cresceram, face ao ano de 2016, cerca de 16 pontos percentuais, atingindo cerca de 79 por cento do crédito com incumprimento superior a 90 dias. As taxas de cobertura por imparidades acumuladas para crédito face ao crédito em risco atingiram o índice de cerca de 61,2 por cento (+ 0,4 pontos percentuais).

5.2.3 – Garantias

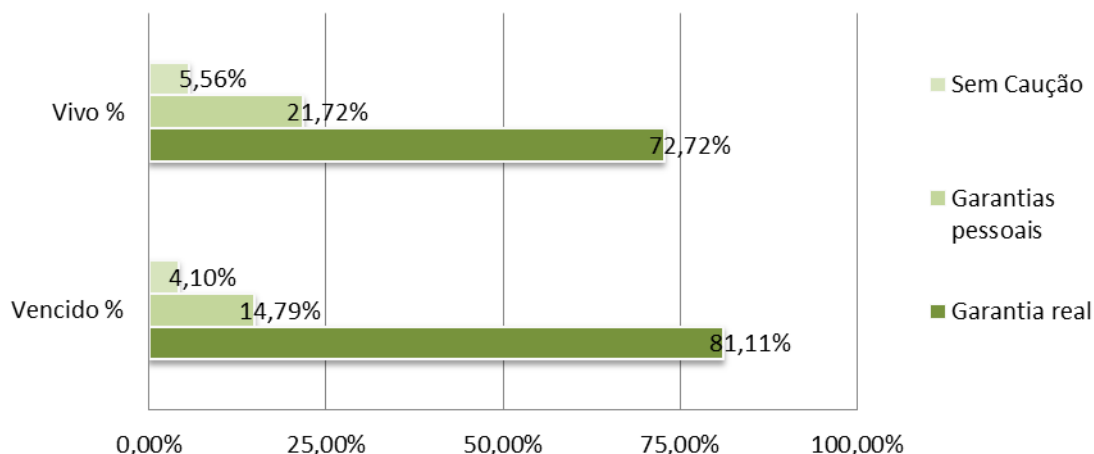
a) Crédito vincendo/vivo

O crédito vivo total em 2017 fixou-se em 118.596 milhares de euros, dos quais 72,7 por cento encontram-se caucionados por garantias reais (- 0,06 pontos percentuais), 21,7 por cento beneficiaram de garantias pessoais (- 1,06 pontos percentuais) e 5,6 por cento não estavam suportados por garantias adicionais - sem caução (+ 1,12 pontos percentuais), face ao ano de 2016.

b) Crédito vencido

O total de crédito vencido e não pago, em 2017, face ao período homólogo, fixou-se em 13.047 milhares de euros, encontrando-se caucionados por garantias reais em 81,1 por cento (- 3,49 pontos percentuais), 14,8 por cento beneficiaram de garantias pessoais (+ 2,73 pontos percentuais) e 4,1 por cento não têm garantia adicional (+ 0,76 pontos percentuais).

CRÉDITO VIVO E VENCIDO POR TIPO DE GARANTIA





5.3 – Atividade seguradora

Portugal

Em termos nacionais, segundo a ASF, a produção de seguro direto¹, relativa à atividade das empresas de seguros sob a supervisão prudencial da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), apresentou um crescimento, face ao ano transato, de cerca de 6,5 por cento, posicionando-se em cerca de 11,5 mil milhões de euros (+ 0,7 mil milhões de euros do que em 2016).

Analisando o mercado segurador por ramos concluiu-se que, para esta expansão, foram determinantes os crescimentos verificados quer no ramo Vida (+ 5,8 por cento, invertendo a tendência de decrescimento verificada no ano anterior) quer no Não Vida (+ 7,1 por cento).

Para o resultado alcançado no ramo Vida contribuiu fundamentalmente o crescimento registado na ordem dos 30 por cento na subscrição de Planos de Poupança Reforma (PPR) e no ramo Não Vida, registou-se pelo quarto ano consecutivo uma evolução positiva que se traduziu num aumento do volume de produção atingindo 4,49 mil milhões de euros.

CCAML

A CCAM de Leiria está inscrita no Instituto de Seguros de Portugal, com o estatuto de Mediador de Seguros ligado, de acordo com o artigo 8º, alínea a), subalínea i), do Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho, desenvolvendo a atividade de intermediação em exclusividade com a Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A. (CA Seguros), relativamente ao exercício da atividade de seguros para todos os Ramos Não Vida, e autorizada, relativamente ao exercício da atividade de seguros para o Ramo Vida, com as seguradoras *Mellife Europe Limited*, e Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, S.A..

No âmbito dos serviços de mediação de seguros, a CCAM efetua a venda de contratos de seguros, presta apoio pós-venda aos segurados e participa no encaminhamento das participações de sinistros que sejam entregues nos Balcões da CCAML.

Em 2017, a atividade de seguros da CCAML apresentou desempenhos globais da carteira positivos, com um crescimento, face ao ano anterior, de 1.083 apólices (+ 12,5 por cento), no entanto, ainda inferior ao número de apólices registadas em 2015.

Por ramos, apresentou variações positivas, quer no ramo Vida, quer no ramo Não Vida, crescendo em número 592 e 491 apólices, respetivamente.

SEGUROS - N.º APÓLICES

Ramos	2017		2016		Variação	
	Nº apólices	%	Nº apólices	%	Nº apólices	%
Não vida	5.984	61,27	5.493	63,26	491	8,94
Vida	3.782	38,73	3.190	36,74	592	18,56
Total	9.766	100,00	8.683	100,00	1.083	12,47

¹ *Seguro direto é o conceito utilizado no setor segurador para significar a receita global das empresas de seguros, proveniente da sua atividade comercial - o termo seguro direto surge por oposição ao resseguro, dito seguro indireto.*

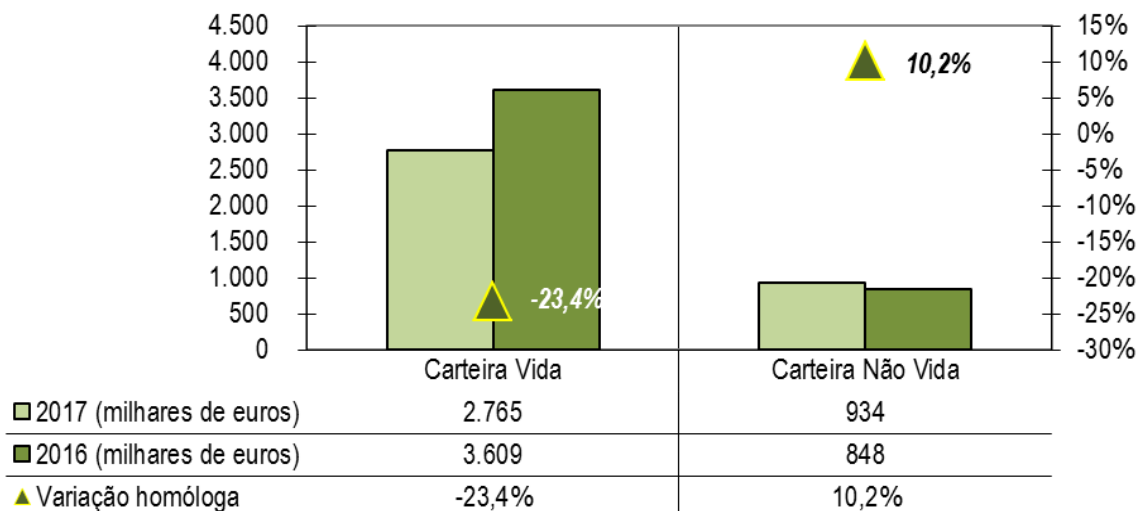


N.º DE CONTRATOS POR TIPO DE PRODUTO

Produtos	2017		2016		Variação	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Totais ramo Vida:	3.782	38,73	3.190	36,74	592	18,56
Risco / CH	865	22,87	819	25,67	46	5,62
PPR	1.808	47,81	1.810	56,74	-2	-0,11
Risco / CH / Proteção Crédito	1.109	29,32	561	17,59	548	97,68
Totais ramo Não Vida:	5.984	61,27	5.493	63,26	491	8,94
Acidentes Pessoais	927	15,49	702	12,78	225	32,05
Acidentes Trabalho	232	3,88	213	3,88	19	8,92
Automóvel	1.582	26,44	1.450	26,40	132	9,10
CA Ciclista	34	0,57	30	0,55	4	13,33
CA Saúde	49	0,82	42	0,76	7	16,67
Caçadores	92	1,54	96	1,75	-4	-4,17
<i>CliniCard</i>	630	10,53	636	11,58	-6	-0,94
Embarcações Recreio	1	0,02	1	0,02	0	0,00
Energias Renováveis	6	0,10	6	0,11	0	0,00
Equipamento Eletrónico	0	0,00	1	0,02	-1	-100,00
Estufas	7	0,12	6	0,11	1	16,67
Frota	2	0,03	2	0,04	0	0,00
Habitação	1.687	28,19	1.616	29,42	71	4,39
Máquinas Industriais Móveis	4	0,07	4	0,07	0	0,00
Máquinas Agrícolas	183	3,06	178	3,24	5	2,81
Multiriscos Empresa	275	4,60	254	4,62	21	8,27
Proteção Financeira	5	0,08	4	0,07	1	25,00
R. I. - Médias e Grandes Empresas	5	0,08	5	0,09	0	0,00
Responsabilidade Civil	258	4,30	240	4,37	18	7,50
Riscos Industriais	5	0,08	7	0,12	-2	-28,57
Total geral	9.766	100,00	8.683	100,00	1.083	12,47

Em termos de prémios, face ao período homólogo, em 2017 registou-se uma variação negativa no ramo Vida (- 23,4 por cento) e positiva no ramo Não Vida (+ 10,2 por cento), conforme ilustração do gráfico seguinte.

VARIAÇÃO EM PRÉMIOS DE APÓLICES SUBSCRITAS





6. ATIVIDADES FINANCEIRAS E DE INVESTIMENTO

As Atividades financeiras e de investimento registaram um crescimento de cerca de 18 por cento face a 2016, a que correspondeu um incremento de cerca de 65 milhões de euros. Em 2017, a rubrica que mais contribuiu para a formação deste agregado foi a rubrica Investimentos detidos até à maturidade, com um peso de 42,6 por cento, como consequência de uma alteração estratégica na política interna adotada e descrita no ponto 3.1.

Para o acréscimo registado, foi determinante o incremento da carteira de títulos (Investimentos detidos até à maturidade) em 99,8 por cento, passando a representar 42,58 por cento do total do agregado (25,16 em 2016 e 30,27 em 2015). Passando as rubricas de Ativos Financeiros Disponíveis para venda, Aplicações em *OIC* e Caixa e disponibilidades a representar um peso de 30,31; 15,23; e 11,88 por cento, respetivamente.

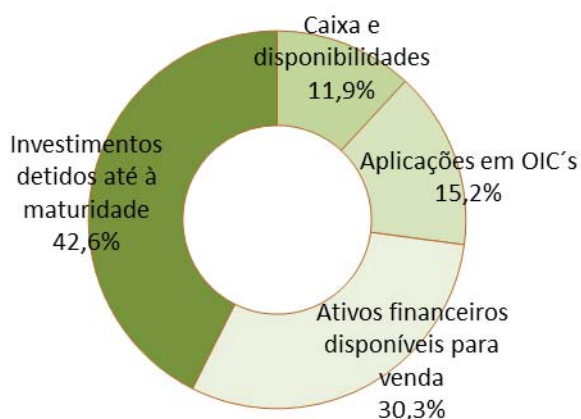
A rubrica de Ativos financeiros disponíveis para venda engloba os instrumentos de dívida e os instrumentos de capital. O montante aplicado em instrumentos de capital, em termos brutos não sofreu alterações no exercício, estando fixo em cerca de 1.214 milhares de euros, sendo constituídos por títulos de capital da *SIBS* (99,73 pontos percentuais), da *SWIFT* (0,17 p. p.) e da *Agrimútuo*, FCRL (0,10 p. p.).

ATIVIDADES FINANCEIRAS E DE INVESTIMENTO

(milhares de euros)

Rubricas	2017		2016		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Caixa e disponibilidades	50.599	11,88	46.799	12,96	3.800	8,12
Aplicações em OIC	64.885	15,23	47.591	13,18	17.294	36,33
Ativos financeiros disponíveis para venda	129.088	30,31	175.804	48,70	-46.716	-26,57
Investimentos detidos até à maturidade	181.388	42,58	90.809	25,16	90.579	99,75
TOTAL	425.960	100,00	361.003	100,00	64.957	17,99

ATIVIDADES FINANCEIRAS E INVESTIMENTO





7. GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos é assegurada com uma estratégia de prudência, assente na manutenção e reforço dos níveis de solvabilidade e liquidez, com uma exposição em ativos de menor risco e uma carteira de crédito sem exposições representativas de grandes riscos, e na manutenção de sistema de controlo interno adequado e eficaz, destinado a garantir um cumprimento das obrigações legais e regulamentares e uma apropriada compreensão da natureza e magnitude dos riscos subjacentes à atividade desenvolvida.

A estratégia e as políticas que regem a gestão de riscos são da competência do Conselho de Administração, tendo estabelecido linhas de reporte internas que visam a cobertura de todos os riscos significativos e suas políticas, em coordenação com o Departamento Financeiro e as unidades de estrutura com funções específicas de controlo interno (Gestão de Riscos, Auditoria interna e *Compliance*), em conformidade com as determinações do Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal.

A estratégia de risco e de adequação do capital interno está diretamente relacionada com os objetivos do Plano de Atividades elaborado e acompanhado pelo Conselho de Administração, que procura desenvolver uma gestão pró-ativa do risco, através das seguintes políticas:

- Manter a solidez de capital com ativos de menor risco e níveis de capital robustos acima das exigências regulamentares, com capacidade de absorver choques adversos;
- Preservar níveis e liquidez significativos acima das exigências regulatórias, através de ativos de elevada liquidez com capacidade de absorver choques adversos;
- Manter estável o volume de depósitos de clientes, enquanto principal fonte de financiamento, procurando aumentar o número de depositantes;
- Assegurar o cumprimento dos limites regulamentares para o risco de taxa de juro, mantendo níveis de capital sempre superiores aos que decorrem dos limites regulamentares, ajustando os custos operacionais para acomodar níveis de rendimento mais baixos que poderão resultar da inversão das taxas de juro;
- Prosseguir com a estratégia de rigor na concessão de crédito, procedendo a uma análise diligente e seletiva das propostas, suportadas na melhor capacidade financeira e adequada cobertura por garantias, assegurando a adequação dos processos de acompanhamento e de avaliação do risco da carteira de crédito e de recuperação de crédito incumprido;
- Robustecer os mecanismos de contingência, minimizando o risco operacional;
- Assegurar uma adequada Governação, das funções de gestão e de controlo interno, operando de acordo com os princípios de gestão de risco, alinhadas com o as diretrizes do SREP e com políticas que asseguram o cumprimento das normas e da regulação;
- Preservar a identidade e a reputação da Instituição, assegurando a sustentabilidade de forma a salvaguardar os riscos financeiros que possam afetar os associados e depositantes.

A gestão de riscos é efetuada de forma centralizada e independente, respeitando o princípio de segregação de funções, entre as áreas de tomada de risco e de gestão de risco. Compreende o conjunto de processos que visam assegurar a compreensão da natureza e magnitude dos riscos subjacentes à atividade desenvolvida, identificando, avaliando, acompanhando e controlando todos os riscos materiais a que a Instituição está exposta, por forma a assegurar a implementação de uma estratégia adequada ao cumprimento dos objetivos da CCAML. Abrange a avaliação e o controlo dos riscos de crédito, concentração, operacional (incluindo o risco dos sistemas de informação), taxa de juro, liquidez, *compliance* e reputação, visando assegurar o equilíbrio e a sustentabilidade da Instituição no longo prazo.

No plano operacional é assegurado o reporte prudencial que assegura a avaliação e monitorização dos indicadores de capital, liquidez e ativos, da exposição ao risco de taxa de juro, do risco de concentração, da mensuração da imparidade da carteira de crédito, da adequação do capital interno, do sistema de controlo interno, do Plano de recuperação, das informações ao SREP.



Ao nível prudencial, a CCAML apresentava, em dezembro, um rácio de Fundos Próprios de nível 1 de 38,8 por cento, um rácio de alavancagem de 14,69 por cento e um rácio de cobertura de liquidez superior a 4.000 por cento. De forma mais detalhada, é divulgada a informação sobre os riscos no documento Disciplina de Mercado (disponível no site em www.caixacreditoleiria.pt/pt/Instituicao/Informacao-financeira), cumprindo com os critérios técnicos em matéria de transparência e divulgação de informações estabelecidas na Parte VIII do Regulamento (UE) N.º 575/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho.

Risco de Crédito

O Risco de Crédito, está associado às perdas e ao grau de incerteza quanto à capacidade de um cliente cumprir com as suas obrigações.

A CCAML concede crédito no segmento de banca de retalho, a particulares e a pequenas e médias empresas, nos Concelhos da sua área de intervenção. Para analisar e controlar o Risco de Crédito, a CCAML, tem implementado um sistema de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo do risco da sua carteira de crédito que é assegurado por uma estrutura que respeita o princípio da segregação de funções, entre as áreas comerciais (Agências) e de análise de risco (Serviço de Análise de Crédito), com linhas de reporte, delegação de competências, quatro níveis de aprovação das operações de crédito e normas internas de suporte definidas.

A gestão do risco de crédito é assegurada, nas diferentes fases do ciclo de financiamento, através de processos e procedimentos específicos estabelecidos em normativo interno, pelas unidades de estrutura com as competências específicas determinadas para o efeito, em cumprimento pelos requisitos legais, visando a minimização e a redução da exposição que pode resultar da não recuperação do capital, juros e comissões, nos prazos e outras condições estabelecidas, nos termos dos contratos de crédito.

A concessão de empréstimos é realizada com base numa apreciação efetuada pelo Serviço de Análise de Crédito. A exposição ao risco de crédito é gerida através de uma análise à existência de indícios de dificuldades financeiras, à capacidade de reembolso de capital e juros e sobre as garantias apresentadas, pelos mutuários. As propostas de crédito obedecem a uma estrutura documental de suporte predefinida e são todas sujeitas a uma análise individual, da qual são emitidos pareceres, com base em elementos de natureza qualitativa e quantitativa. Esta análise é feita no momento da concessão do crédito, periodicamente e sempre que existam alterações no relacionamento com o cliente, ou se identifiquem fatores que sugiram a necessidade de uma reavaliação do risco. É conferida uma atenção acrescida à situação financeira das empresas, valorizando o envolvimento dos sócios ou acionistas e a capacidade de reembolso perante o nível de endividamento. Nos particulares, além da cuidada análise financeira, sobre a solvabilidade é conferida uma preocupação sobre a análise das garantias apresentadas.

Entre os mecanismos de controlo estão definidos, também, por Instrução do Conselho de Administração, limites de aprovação para os diferentes escalões de delegação de poderes (Agência e de Comissão de Crédito), por tipo de operação, *spreads*, montante da operação e sempre em função das responsabilidades globais do cliente.

Entre os meios de controlo e redução do risco de crédito, a CCAML tem implementado uma política de cobertura e redução de risco em função da garantia das operações, privilegiando-se as operações realizadas com garantias reais, com uma política de aprovação de propostas condicionada à existência de seguros de vida e multirriscos, no caso do crédito à habitação, e de proteção ao crédito, no crédito aos consumidores.

Ao nível do acompanhamento das operações individuais, a CCAML implementou processos que procuram garantir a existência de um acompanhamento mais sistematizado, no sentido de uma intervenção preventiva do incumprimento e de regularização extrajudicial de situações de incumprimento, através de uma sistematização dos procedimentos PARI e PERSI. Efetua-se, também, uma análise semanal envolvendo as Agências e o Serviço de Processamento de Crédito no sentido de, evitar a degradação da situação e o consequente recurso à recuperação judicial, assegurando que os procedimentos de controlo são cumpridos e o reporte ao Conselho de Administração.

Modelo de Imparidade

A CCAML elabora a partir de janeiro de 2017 as demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, respeitando a estrutura conceptual para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que enquadra aquelas normas, por via da determinação do Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2015, de 7 de dezembro.

A metodologia de cálculo da imparidade resulta da adoção dos requisitos e das linhas orientadoras previstos nos regulamentos aplicáveis, nomeadamente as *“International Financial Reporting Standards”* (IFRS), Norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, da Instrução n.º 5/2013, do Banco de Portugal, sobre a imparidade da carteira de crédito e da Carta Circular n.º 02/2014/DSP, do Banco de Portugal, sobre critérios de referência para a mensuração da imparidade da carteira de crédito.

O modelo de imparidade está suportado numa estrutura de governação interna devidamente documentada e aprovada pelo Conselho de Administração, de forma a assegurar uma adequada independência e segregação de funções. São estabelecidas políticas e procedimentos que baseiam a sistematização do processo de quantificação da imparidade e a validação dos seus pressupostos.

Para que o modelo de imparidade tenha a maior adequação possível ao contexto económico e ao comportamento da carteira de crédito, é efetuada uma revisão mensal da estimativa da imparidade, suportada na revisão trimestral da imparidade de clientes de análise individual e na revisão trimestral e anual dos fatores de risco que incidem sobre a restante exposição tratada coletivamente.

Em 2017, a imparidade da carteira de crédito reduziu 5,87 por cento, traduzindo uma redução da imparidade do crédito de Empresas e Particulares em cumprimento e incumprimento, em reflexo de uma redução da exposição global de 0,70 por cento, do crédito em cumprimento de 0,18 por cento (apesar do crescimento no segmento de Particulares) e do crédito em incumprimento de 4,17 por cento.

Rubricas	31-12-2017		31-12-2016		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Exposição Total	131.643	100,00	132.575	100,00	-932	-0,70
Empresas	76.160	57,85	79.831	60,22	-3.671	-4,60
Particulares	55.483	42,15	52.744	39,78	2.739	5,19
Crédito em cumprimento	115.194	100,00	115.410	100,00	-216	-0,18
Empresas	62.148	53,95	62.666	54,30	-518	-0,83
do qual reestruturado	2.245	1,95	2.646	2,29	-401	-15,15
Particulares	53.046	46,05	52.744	45,70	302	0,57
do qual reestruturado	868	0,75	1.521	1,32	-653	-42,93
Crédito em incumprimento	16.449	100,00	17.165	100,00	-716	-4,17
Empresas	14.012	85,18	14.476	84,33	-464	-3,21
do qual reestruturado	4.989	30,33	3.908	22,77	1.081	27,66
Particulares	2.437	14,82	2.689	15,67	-252	-9,37
do qual reestruturado	69	0,42	152	0,89	-83	-54,61
Imparidade Total	10.196	100,00	10.832	100,00	-636	-5,87
Crédito a empresas em cumprimento	663	6,50	699	6,45	-36	-5,15
Crédito a particulares em cumprimento	199	1,95	223	2,06	-24	-10,76
Crédito a empresas com incumprimento	7.501	73,57	7.889	72,83	-388	-4,92
Crédito a particulares com incumprimento	1.833	17,98	2.021	18,66	-188	-9,30
Cobertura de crédito com incumprimento por imparidade	56,75	-	57,73	-	-0,98	-1,70

No anexo II (Mensuração da imparidade da carteira de crédito e respetivas divulgações) é descrito o modelo, de forma mais detalhada, quanto às suas características qualitativas e quanto aos resultados obtidos pela sua implementação sobre a carteira de crédito da CCAML.



Requisitos de Capital

Os Requisitos de Capital para Risco de Crédito são determinados a partir do Método-Padrão, definido no Regulamento (UE) N.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho. No âmbito do processo de Autoavaliação da adequação do capital (ICAAP) procede-se a uma análise do capital apurado, do qual é elaborado um relatório anual.

Risco de Concentração de Crédito

O Risco de Concentração de Crédito decorre da existência de fatores de risco comuns ou correlacionados entre diferentes contrapartes e manifesta-se pelo risco de exposição individual de uma contraparte (grande risco) ou o risco de exposição de um grupo de contrapartes pertencente ao mesmo setor de atividade, ou à região geográfica onde a CCAML desenvolve a sua atividade, em função dos quais poderá resultar uma imperfeita diversificação na carteira de crédito.

Neste domínio, a CCAML tem adotado uma política de restrição a grandes operações de crédito e, atendendo ao número de contratos realizados, é possível fazer acompanhamento bastante próximo das maiores operações. Ainda assim, é efetuada uma avaliação regular a concentrações individuais e setoriais. Para tal, é desenvolvida uma análise sobre os índices de concentração individual (ICI) e setorial (ICS), sendo elaborado para o efeito o Relatório Sobre o Risco de Concentração da Crédito nos termos da Instrução n.º 5/2011 do Banco de Portugal, e uma análise sobre a adequação do capital no âmbito do ICAAP.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez manifesta-se sempre que existe um desfasamento entre os fluxos de pagamento e de recebimento, em resultado da natureza, volatilidade e maturidade dos mesmos, gerando dificuldades em cumprir com os compromissos assumidos, nas datas acordadas.

Para o seu acompanhamento e controlo é efetuada uma medição mensal, através da análise dos prazos residuais de maturidades dos diferentes ativos e passivos do Balanço, dos elementos que proporcionam e dos que requerem liquidez, tanto do período como acumulados, com o reporte efetuado ao Banco de Portugal no âmbito do *COREP* (*Common Reporting*, estabelecido pelo Regulamento (UE) n.º 575/2013, de 26 de junho).

A CCAML apresenta uma estrutura de recursos que lhe permite uma gestão das disponibilidades adequada às exigências, considerando os prazos dos ativos e passivos existentes assegurando uma eficiente gestão da tesouraria, de forma a prosseguir com uma política de estabilização dos recursos dos clientes.

Os indicadores de liquidez evidenciam uma estrutura financeira “desalavancada”, apresentando um rácio de cobertura de liquidez de curto prazo superior a 4.000 por cento (valor significativamente superior aos limites mínimos de 70 por cento, numa fase de transição, de 100 por cento com a implementação total dos novos requisitos) e de cobertura de liquidez a médio prazo superior a 400 por cento.

Risco de Taxa de Juro

O Risco de Taxa de Juro inerente à atividade financeira, manifesta-se quando ocorre uma variação da taxa de juro perante divergências entre as maturidades de revisão das taxas entre ativos e passivos, diminuindo a rentabilidade ou aumentando o custo financeiro.

O risco de taxa de juro é acompanhado trimestralmente, avaliando-se o impacto na margem financeira e nos fundos próprios, de cenários de variação das taxas de juro sobre os *gaps* (diferencial entre ativos e passivos), obtidos através da agregação em intervalos residuais de revisão de taxas, de todos os ativos e passivos sensíveis a estas variações. Foram reforçados os procedimentos de monitorização e governação do risco, com a inclusão de procedimentos de reporte adicionais e uma análise de estudo de aspetos comportamentais dos saldos das contas de clientes sem datas de reavaliação específicas (Conta de Depósito à ordem).



Em 2017, as taxas de juro de referência para os empréstimos, situaram-se em níveis historicamente baixos, mantendo a evolução descendente, persistindo a existência de valores negativos para os indexantes (*Euribor*). Prosseguiu-se uma política de ajustamento na remuneração dos depósitos, reduzindo as taxas praticadas, em resultado das taxas praticadas no mercado permitindo uma redução nos gastos de financiamento. Esta evolução descendente também ocorreu nas taxas sobre as Obrigações do Tesouro, nomeadamente nas taxas praticadas no mercado secundário.

Risco operacional

O Risco Operacional é o risco de perdas resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, do pessoal ou dos sistemas internos ou de eventos externos. Sendo um risco primordial em qualquer organização, assume particular importância pela complexidade das operações realizadas e pela dependência que gera junto dos clientes, com repercussões ao nível da reputação, assumindo-se como um risco materialmente relevante.

A gestão do risco operacional na CCAML encontra-se integrada no sistema de controlo interno e é transversal a toda a organização, sendo assegurada pela intervenção das seguintes unidades de estrutura e funções com responsabilidades específicas neste processo:

- Departamento de Operações Gerais - Através do desenvolvimento e manutenção das operações gerais;
- Departamento de Informática - Através do desenvolvimento e manutenção dos serviços informáticos de suporte, ao nível dos equipamentos e da estruturação e manutenção dos sistemas de informação;
- Gabinete de Organização Planeamento e Continuidade de Negócio – Através da coordenação de procedimentos e da dinamização do processo de gestão da continuidade de negócio;
- Serviço de Manutenção Higiene e Segurança - Através dos serviços de manutenção e segurança dos edifícios;
- Gabinete de Gestão de Risco – Através da identificação, avaliação e monitorização dos riscos e dinamização de processos de controlo;
- Conselho de Administração e Gabinete de Auditoria Interna na função de controlo interno através da dinamização e acompanhamento de ações de mitigação de risco operacional, de sistemas de informação e *Compliance*.

Em 2017 foram identificadas 235 eventos de risco operacional, menos 27 do que no ano anterior, com um volume total de perda financeiras efetivas (após recuperação) inferior a € 20.000. Este decréscimo resulta da redução de eventos sem perdas financeiras identificadas. O tipo de eventos ocorridos com maior frequência está relacionado com falhas na execução e gestão de processos (55,8 por cento das ocorrências, registando um decréscimo de 19,5 pontos percentuais), seguido Fraude externa com 26,8 por cento das ocorrências, da perturbação das atividades e falhas de sistema, com 12,3 por cento das ocorrências, e da identificação de deficiências das condições de segurança, associado à comunicação de eventos relacionados com manutenção de edifícios e equipamentos com 3,0 por cento.

Distribuição do tipo de eventos por frequência	2017	2016	VAR P. P.
Execução, entrega e gestão de processos	55,3%	74,8%	-19,5
Fraude Externa	26,8%	9,2%	17,6
Perturbação das atividades comerciais e falhas do sistema	12,3%	8,4%	3,9
Identificação das deficiências das condições de segurança	3,0%	4,2%	-1,2
Outros	2,6%	3,4%	-0,8

No que respeita ao PCN, no exercício em análise, foram dinamizadas um conjunto de ações previstas no Plano, com o objetivo de preparar a resposta operacional perante eventos suscetíveis de perturbar o normal exercício da atividade, minimizando os seus impactos e eventuais perdas financeiras, numa política de análise, revisão e reforço contínuo dos mecanismos de contingência.

Em 2017, não ocorreram ocorrências relevantes que tenham causado perdas financeiras significativas ou tempos de paragem substanciais nas atividades. Foram identificados 2 eventos que afetaram pontualmente e de forma não significativa as atividades, com origem em ocorrências não planeadas, relacionados com a operacionalidade de equipamentos informáticos e de comunicações.

8. DIMENSÃO E ÁREA DE MEIOS

8.1 – Dimensão

Da análise e interpretação aos indicadores de dimensão da CCAML, apresentados no quadro abaixo, concluímos que a dimensão da CCAML tem vindo a consolidar-se, gradualmente, desde 2015. Comparando os resultados alcançados com os do ano de 2016, foi possível concluir que a generalidade dos indicadores de dimensão da CCAML cresceu, exceto no número de trabalhadores, nomeadamente o Ativo líquido do balanço, o Ativo líquido médio, Recursos próprios do balanço e o número de Terminais de pagamento automático.

INDICADORES DE DIMENSÃO	Unidade	2017	2016	2015
Ativo líquido do balanço	mil euros	565.597	503.615	470.116
Ativo líquido médio	mil euros	544.662	490.299	459.480
Recursos próprios do balanço	mil euros	92.770	77.647	74.869
Recursos próprios médios	mil euros	89.372	73.808	74.624
Número de trabalhadores	unidades	98	102	102
Agências	unidades	15	15	16
Contas de D.O. ativas	unidades	44.383	43.186	43.422
Caixas Automáticos	unidades	24	22	22
Terminais pagamento automático	unidades	387	357	334

8.2 – Recursos humanos

8.2.1 – Quadro de pessoal

Durante o exercício de 2017, o quadro de pessoal da CCAML registou quatro saídas, não compensadas por novas entradas, mantendo ao seu serviço o total de 98 colaboradores.

DISTRIBUIÇÃO POR QUALIFICAÇÃO ACADÉMICA

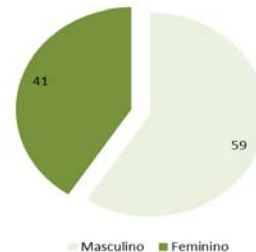
(em percentagem)



■ Formação superior ■ Outra formação (<= secundário)

DISTRIBUIÇÃO POR GÉNERO

(em percentagem)

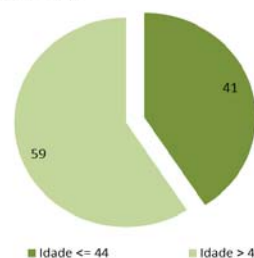


■ Masculino ■ Feminino

O número de colaboradores com habilitações de nível superior, compreendendo colaboradores com bacharelato, licenciatura, mestrado, pós-graduação e doutoramento, reduziu uma unidade em relação ao ano de 2016, enquanto que o agregado da Outra formação reduziu 3 unidades.

DISTRIBUIÇÃO POR ESTRUTURA ETÁRIA

(em percentagem)



■ Idade <= 44 ■ Idade > 45

Quanto à estrutura etária, em 2017 notou-se um ligeiro decréscimo da percentagem de colaboradores com mais de 45 anos, por força da renúncia ao vínculo contratual por parte de um colaborador e pela ida para a situação de reforma de outros 3 colaboradores.



8.2.2 – Formação

Constituindo os colaboradores o pilar estratégico principal da CCAML, continuou o Gabinete de Formação, no ano de 2017, o exercício da sua atividade apresentando como responsabilidades principais o acompanhar da evolução do negócio bancário e o detetar de eventuais necessidades formativas dos colaboradores, tendo sempre em vista o desenvolvimento das suas competências profissionais e pessoais. Em termos globais foram realizadas 49 ações formativas, a que corresponderam mais de 1.600 horas de formação, com uma média de cerca de 16 horas por colaborador.

No ano de 2017 verificou-se um acréscimo no número de ações formativas (+ 8,89 por cento) e um decréscimo significativo do número de horas de formação (- 41,98 por cento).

O plano de formação executado teve em consideração a especificidade das funções e área de negócio de cada colaborador, tanto na formação comportamental como técnica, dando sequência à sua estratégia de valorizar os recursos humanos, acrescentar qualidade ao desempenho pessoal e profissional, aumentar a responsabilidade profissional e desenvolver a cultura de interdependência e respeito, pautada por elevados padrões de ética.

As metodologias utilizadas nas formações variaram entre a formação *e-learning*, a formação presencial e *workshops/seminários/conferências*.

FORMAÇÃO

Rubricas	2017	2016	(em número)	
			Variação	
			N.º	%
Ações formativas:	49	45	4	8,89
- Internas	7	4	3	75,00
- Externas	42	41	1	2,44
Horas de formação	535,50	923,00	-388	-41,98
Horas de formação acumuladas dos colaboradores	1.607,50	2.145,00	-537,50	-25,06
Investimento em formação (euros)	23.381,97	16.939,00	6.442,97	38,04

A formação interna realizada em 2017, resultou de 7 ações de formação levadas a cabo por colaboradores da própria instituição, tendo investido na sua própria formação para poderem posteriormente transmitir o seu conhecimento a todos. Resultando nas seguintes ações:

Ação / Formação Interna	Colaboradores envolvidos	Horas	Horas acumuladas
1 FATCA	60	1,5	90,0
2 Gestão do Numerário	2	1	2,0
3 Novo servidor de correio eletrónico	91	1	91,0
4 Serviço MB WAY	60	1	60,0
5 Atendimento ao Público e Comunicação Interpessoal	59	3	177,0
6 BPnet - SIN - Sistema Integrado de Numerário	1	2	2,0
7 Novas regras para o crédito hipotecário a consumidores	21	1,5	31,5
Totais	294	11	453,5



No ano de 2017, contabilizaram-se cerca de 524,50 horas de formação externa (formação presencial e via *e-learning*), resultantes das seguintes ações:

Formação Externa	Colaboradores	Horas	Horas acumuladas
1 Orçamento de Estado 2017	5	8	40,0
2 Produto MRE na Aplicação SAVE	1	2	2,0
3 Banca e Troca Internacional de Informações	1	7	7,0
4 Seminário <i>Leiricon</i>	3	6	18,0
5 IFRS 9	2	10	20,0
6 Herança e Habilitação de Herdeiros para não Juristas	2	7	14,0
7 Crédito à Habitação	2	14	28,0
8 Licenciatura José Carlos Moreira	1	91	91,0
9 Licenciatura Cíntia Mateus	1	77	77,0
10 Proteção de dados	1	10,5	10,5
11 Mediação de seguros <i>e-learning</i>	1	80	80,0
12 XXIII Conferência de Fiscalidade e Contabilidade	1	8	8,0
13 Imparidades	2	11	22,0
14 Conhecimento da Nota e Moeda Euro - António Silva	1	6	6,0
15 CA Seguros - 7ª Ação de Partilha e Divulgação de Conhecimentos	2	3,5	7,0
16 IFRS 9 Novas Imparidades e muito mais	2	10	20,0
17 Programa de Formação para Alta Direção	4	28	112,0
18 Anti-Money Laundering & Counter-Terrorism Financing	23	10	230,0
19 <i>Compliance Session Update for the Portuguese Community</i>	2	2,5	5,0
20 SWIFT <i>Customer Security Programme</i>	2	7	14,0
21 Acidentes de Trabalho na Aplicação SAVE	1	2	2,0
22 DINÂMICA COMERCIAL CCL - PREVIDÊNCIA 2017	47	2	94,0
23 Conhecimento de Nota Euro	5	4	20,0
24 Conhecimento de Moeda Euro	1	2	2,0
25 <i>Anti-Money Laundering & Counter-Terrorism Financing</i>	1	10	10,0
26 ICAAP & ILAAP	1	7	7,0
27 CA Seguros - Acidentes Pessoais SAVE	4	3	12,0
28 Contabilidade Bancária	2	18	36,0
29 AML & CTF <i>Upgrade</i>	1	7	7,0
30 Código do Trabalho/ Regulamento Geral de Proteção de Dados	1	6	6,0
31 RGPD - Proteção de Dados - Seminário 1	3	6	18,0
32 ROAS II - Ordem dos Solicitadores	1	3	3,0
33 8ª Ação de Divulgação e Partilha de Conhecimentos - Seguros Não Vida	2	8	16,0
34 <i>New Challenges for Banks in a Post-IFRS 9 Era</i>	2	3,5	7
35 RGPD - Proteção de Dados - Seminário 2	3	6	18
36 RGPD - Proteção de Dados - Seminário 3	3	6	18
37 OTOC - Dossier Fiscal e anexo & Aspetos principais da IES	2	8	16
38 OTOC - Encerramento de Contas 2017	4	8	32
39 Novo Regulamento Geral da Proteção de Dados	2	2	4
40 <i>Swift Smart</i> - Mónica Santos	1	13	13
41 <i>Swift Smart</i> - Adriano Ferreira	1	1	1
42 <i>Swift Smart</i> - Miguel Soares	1	0,5	0,5
Totais	148	524,50	1.154

Para além destas ações, o Gabinete de Formação acompanha os percursos de alguns colaboradores que, por iniciativa própria, estão a frequentar cursos e formações.



8.3 – Recursos tecnológicos e informáticos

Os recursos tecnológicos e informáticos são cada vez mais imprescindíveis em qualquer instituição de crédito devido às exigentes e constantes alterações normativas impostas ao setor bancário e à contínua evolução dos níveis de operacionalidade, de segurança e das necessidades dos clientes.

Qualquer manutenção, mudança, transformação ou inovação carecem, quase obrigatoriamente, de um acompanhamento desta área, obrigando a investimentos consideráveis. Em 2017 foram implementadas e adaptadas um conjunto de ações de desenvolvimento das quais destacamos:

1. - Implementação de novo *Software* e/ou melhorias na Aplicação Bancária Central devido a novas normas legais de autoridades externas ou devido a necessidades internas da instituição:

- Prestação de serviços de manutenção aplicacional - *Homebanking*;
- Serviço de Desenvolvimento/Atualização de Aplicações.

- Adaptação dos módulos aplicativos, devido a normas legais/reguladoras:

- Novo simulador Outro Crédito hipotecário – Desenvolvimento de aplicativo;
- IFRS9 - Imparidades – Desenvolvimento de módulos aplicativos;
- *MB WAY* – implementação do Serviço *MB WAY*;
- *Reporte CRS/FATCA* – Preparação do sistema informático de forma a permitir a extração de dados para reporte à AT;
- Catálogo SIBS;
- CASH-FLOW – empréstimos / cauções.

2. - Outro *Software* (melhoramentos e/ou novas normas legais de autoridades externas)

- Compensação de cheques – Atualização da solução de compensação, arquivo e ótico de cheques;
- SWIFT – Nova solução SWIFT de segurança com novos servidores *PoweEdge*;
- Correio eletrónico – Nova solução de servidor de correio *MDaemon Email Server* e servidores com *Windows 2012* da *DELL Poweredge*;
- Controlo – Atualização GFI – *Webmonitor Plus Edition* e *Kaspersky*.

3. - *Hardware* e Comunicações

- Atualização de *firewalls* para reforço da segurança e proteção de redes;
- Aquisição de novos leitores óticos de cheques para colocação nos *front-office*;
- Aquisição de novos monitores TFT 22' para os serviços centrais;



8.4 – Meios de pagamento

A área de prestação de Serviços de Pagamento reforçou a dinâmica de crescimento dos anos anteriores, refletindo uma aceitação por parte dos clientes mais significativa das soluções disponibilizadas, após promoção das mesmas junto das agências.

A emissão de cartões bancários registou um crescimento de 7,33 por cento, no número de cartões ativos, verificando-se um crescimento de 7,22 por cento no número de cartões de débito e de 11,32 por cento no número de cartões de crédito.

O número de cartões de crédito resulta da parceria existente com a Unicre, S.A., através da emissão de cartões Unibanco com a marca da CCAML, representando um volume pouco expressivo na carteira de cartões desta (2,73 por cento) comparativamente a posições existentes no mercado por outras instituições, refletindo claramente uma postura de contenção na dinamização comercial deste tipo de cartões.

Em 2017, mantendo a tendência de crescimento dos últimos anos, os Terminais de Pagamento Automático registaram um crescimento de 8,4 por cento. Enquanto que, os Caixas Automáticos, contrariamente ao ano de 2016, cresceram 2 unidades, representando um crescimento de 10,66 por cento no montante total de levantamentos realizados (em resultado, fundamentalmente, do acréscimo em 2 unidades de Caixas Automáticos periféricos instalados).

O Serviço CCAML *On-Line* mantém e reforça a tendência de expansão de anos anteriores registando um crescimento de 21 por cento no número total de contratos ativos acumulados. O número de clientes Particulares com adesão ao serviço *On-Line* fixou-se em 854 contratos, com um crescimento de cerca de 18 por cento face a 2016. O número de adesões do cliente Empresas ao serviço *On-Line* diminuiu no último ano cerca de 46 por cento, para cerca de 313 adesões.

SERVIÇOS DE PAGAMENTO

Rubricas	2017		2016		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
CARTÕES (n.º):	26.255	100,00	24.462	100,00	1.793	7,33
Cartões de débito	25.537	97,27	23.817	97,36	1.720	7,22
Cartões de crédito	718	2,73	645	2,64	73	11,32
CAIXAS AUTOMÁTICOS (n.º):	24	-	22	-	2	9,09
Número de operações (n.º)	1.841.962	-	1.782.462	-	59.500	3,34
Levantamentos (milhões de euros)	70,37	-	63,59	-	6,78	10,66
TERMINAIS DE PAGAMENTO AUTOMÁTICO (TPA):						
Contratos em vigor (n.º)	387	-	357	-	30	8,40
Operações (n.º)	1.465.343	-	1.293.944	-	171.399	13,25
HOME BANKING - SERVIÇO ON-LINE (n.º)	1.167	100,00	1.306	100,00	-139	-10,64
Particulares - Novos contratos (n.º)	854	73,18	726	55,59	128	17,63
Empresas - Novos contratos (n.º)	313	26,82	580	44,41	-267	-46,03
Total de contratos HB ativos - acumulados	7.547	-	6.671	-	876	13,13
EXTRATOS ELETRÓNICOS (N.º)	12.457	-	10.273	-	2.184	21,26



9. RESULTADOS, EFICIÊNCIA E RENDIBILIDADE

9.1 – Análise e decomposição dos resultados

O Resultado líquido do exercício após a dedução dos impostos fixou-se em 3.023 milhares de euros, a que correspondeu uma variação significativamente negativa, face ao ano 2016, de cerca de 48 por cento (- 47,3 por cento face a 2015).

O comportamento de cada variável (com impacto positivo ou negativo) influenciou individualmente a formação do agregado Resultado de exploração antes de impostos, tendo-se registado uma variação global significativamente desfavorável de 2.631 milhares de euros.

As variáveis que contribuíram, de forma favorável, para a formação deste agregado foram os aumentos das rubricas: Imparidade de outros ativos (+ 462 milhares de euros) e as Imparidade de crédito, líquidas de reversões e recuperações (+ 187 milhares de euros).

Os maiores impactos negativos decorreram, essencialmente, da evolução desfavorável, face ao ano de 2015, das rubricas Outros resultados (- 1.636 milhares de euros); Imparidade de outros ativos financeiros, líquidas de reversões e recuperações (- 631 milhares de euros); Margem financeira (- 552 milhares de euros); e Outros resultados de exploração (- 182 milhares de euros).

DISCRIMINAÇÃO DA EVOLUÇÃO ANUAL DOS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

(milhares de euros)

Impacto positivo		Impacto negativo	
Origem	Valor	Origem	Valor
Imparidade de outros ativos	462	Margem financeira	552
Imparidade de crédito, líquida de reversões e recuperações	187	Outros resultados	1.636
		Outros resultados de exploração	182
		Resultados de serviços e comissões	53
		Gastos com pessoal	72
		Gastos gerais administrativos	72
		Amortizações do exercício	41
		Provisões para riscos gerais de crédito, líquidas de reposições e anulações	41
		Imparidade de outros ativos financeiros, líquida de reversões e recuperações	631
TOTAL	649	TOTAL	3.280

Variação = -2.631



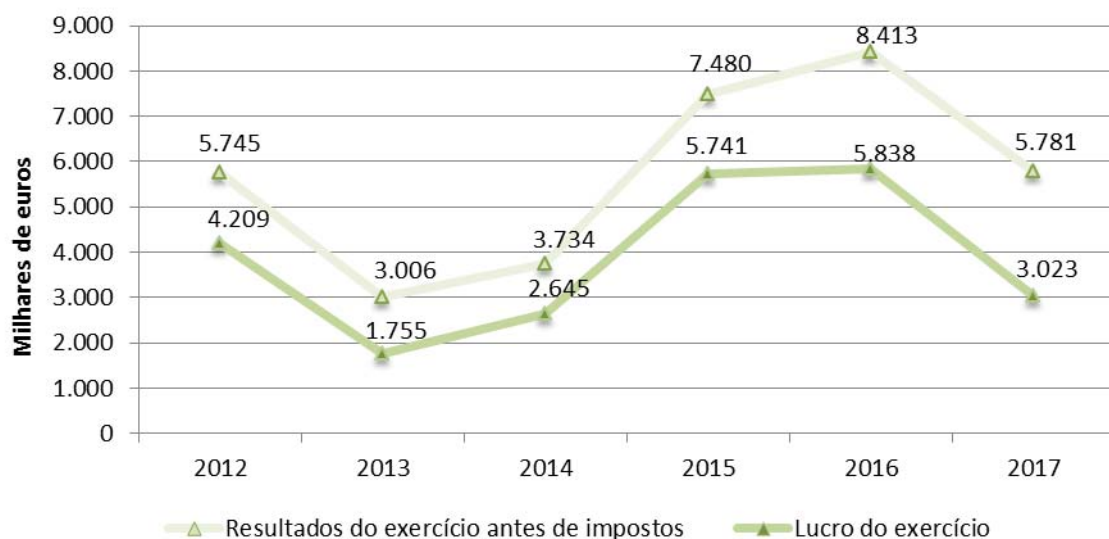
EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS

(milhares de euros)

Rubricas	2017	2016	Variação	
			Valor	%
1 Juros e rendimentos similares	14.819	14.697	122	0,83
2 Juros e encargos similares	2.419	1.745	674	38,63
3 MARGEM FINANCEIRA (1-2)	12.400	12.952	-552	-4,26
4 Rendimentos de instrumentos de capital	38	52	-14	-26,92
5 Rendimentos de serviços e comissões	1.146	1.189	-43	-3,62
6 Encargos com serviços e comissões	286	276	10	3,62
7 Resultado de ativos e passivos avaliados ao justo valor através resultados	0	0	0	-
8 Resultados ativos financeiros disponíveis para venda	-132	1.589	-1.721	-108,31
9 Resultados de reavaliação cambial	7	9	-2	-27,22
10 Resultados de alienação de outros ativos	165	65	100	153,85
11 Outros resultados de exploração	162	344	-182	-52,91
12 PRODUTO BANCÁRIO DE EXPLORAÇÃO (3+4+5-6+7+8+9+10+11)	13.500	15.924	-2.424	-15,22
13 Gastos com o pessoal	4.602	4.530	72	1,59
14 Gastos gerais administrativos	2.019	1.948	71	3,64
15 GASTOS ADMINISTRATIVOS (13+14)	6.621	6.478	143	2,21
16 RESULTADO OPERACIONAL (12-15)	6.879	9.446	-2.567	-27,18
17 Amortizações do exercício	391	350	41	11,71
18 Provisões líquidas de reposições e anulações	11	-31	42	-135,48
19 Imparidade do crédito, líquida de reversões e recuperações	-37	150	-187	-124,67
20 Imparidade de outros ativos financeiros, líquida de reversões e recuperações	631	0	631	-
21 Imparidade de outros ativos, líquida de reversões e recuperações	102	564	-462	-81,91
22 RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DE IMPOSTOS (16-17-18-19-20-21)	5.781	8.413	-2.632	-31,28
23 Impostos correntes	2.289	2.194	95	4,32
24 Impostos diferidos	469	381	88	23,09
25 LUCRO DO EXERCÍCIO (22-23-24)	3.023	5.838	-2.815	-48,21



RESULTADOS DO EXERCÍCIO



Os juros e rendimentos similares recebidos são formados em grande parte pelos juros recebidos da rubrica Outros ativos financeiros (cerca de 73 por cento) e dos créditos concedidos a clientes (cerca de 22 por cento), enquanto que, os juros e encargos despendidos são formados, essencialmente, pelos juros referentes à remuneração dos recursos dos clientes (absorvendo cerca de 71 por cento).

FORMAÇÃO DA MARGEM FINANCEIRA

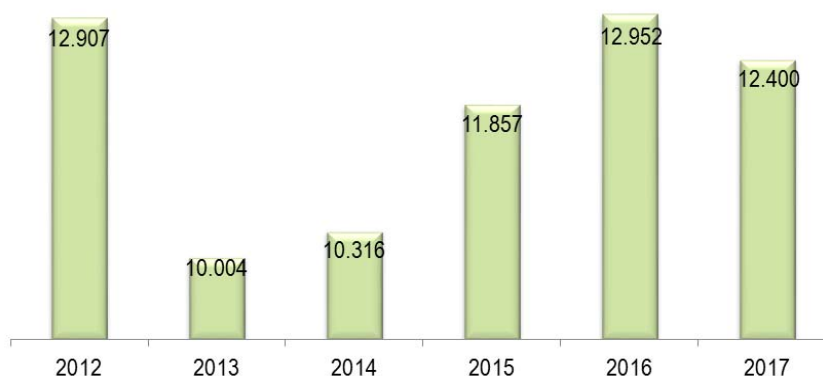
(milhares de euros)

Rubricas	2017		2016		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Juros recebidos, das quais:	14.819	100,00	14.697	100,00	122	0,83
Aplicações em OIC	310	2,09	326	2,22	-16	-4,91
Crédito a clientes	3.221	21,74	3.499	23,81	-278	-7,95
Juros de crédito vencido	350	2,36	236	1,60	114	48,30
Juros e rendimentos similares de outros ativos financeiros	10.784	72,77	10.636	72,37	148	1,39
Comissões sobre crédito associadas ao custo amortizado	154	1,04	0	0,00	154	-
Juros pagos, das quais:	2.419	100,00	1.745	100,00	674	38,62
Recursos de clientes	1.712	70,78	1.679	96,24	33	1,97
Outros	707	29,22	66	3,76	641	971,21
MARGEM FINANCEIRA	12.400	0,00	12.952	0,00	-552	-4,26

Em 2017 a Margem financeira fixou-se em 12.400 milhares de euros, a que correspondeu um decréscimo, face ao ano 2016, de cerca de 4 por cento (- 552 milhares de euros).



MARGEM FINANCEIRA



FORMAÇÃO DAS COMISSÕES

(milhares de euros)

Rubricas	2017		2016		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Comissões recebidas, das quais:	1.146	100,00	1.189	100,00	-43	-3,59
Por garantias prestadas	45	3,91	44	3,70	1	1,78
Por serviços prestados	808	70,51	872	73,36	-64	-7,34
Por operações realizadas para conta de terceiros	292	25,46	271	22,81	21	7,65
Outras comissões recebidas	1	0,12	2	0,13	-1	-50,00
Comissões pagas, das quais:	286	100,00	276	100,00	10	3,62
Por serviços bancários prestados por terceiros	281	98,31	261	94,52	21	7,66
Outras comissões pagas	5	1,69	15	5,48	-10	-66,67
COMISSÕES LÍQUIDAS	860	0,00	913	0,00	-53	-5,80

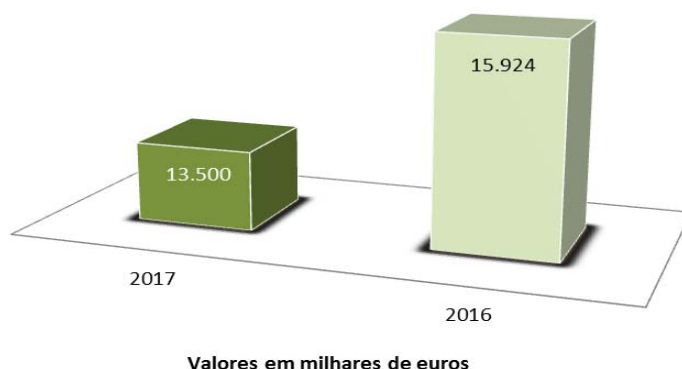
Em 2017 as Comissões líquidas contraíram-se ligeiramente, fixando-se em 860 milhares de euros, a que correspondeu um decréscimo, face ao ano 2016, de cerca de 6 por cento (- 53 milhares de euros).



9.2 – Produto bancário

No ano de 2017, o produto bancário fixou-se em 13,5 milhões de euros, situando-se abaixo do montante registado no ano anterior, em 2.424 milhares de euros (- 15,2 por cento), tendo contribuído fortemente para esta variação desfavorável, o decréscimo das rubricas Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda e Margem financeira, nos montantes de 1.720 e 552 milhares de euros, respetivamente.

PRODUTO BANCÁRIO DE EXPLORAÇÃO



Apesar dos condicionalismos resultantes da conjuntura económica e financeira instalada nos últimos anos e em particular no exercício em análise, foi possível apurar uma margem financeira de 12.400 milhares de euros, a que correspondeu uma parcela de 91,85 por cento da formação total do produto bancário de exploração, contra 6,37 pontos percentagem referente às comissões líquidas e 1,78 em relação à rubrica Outros resultados.

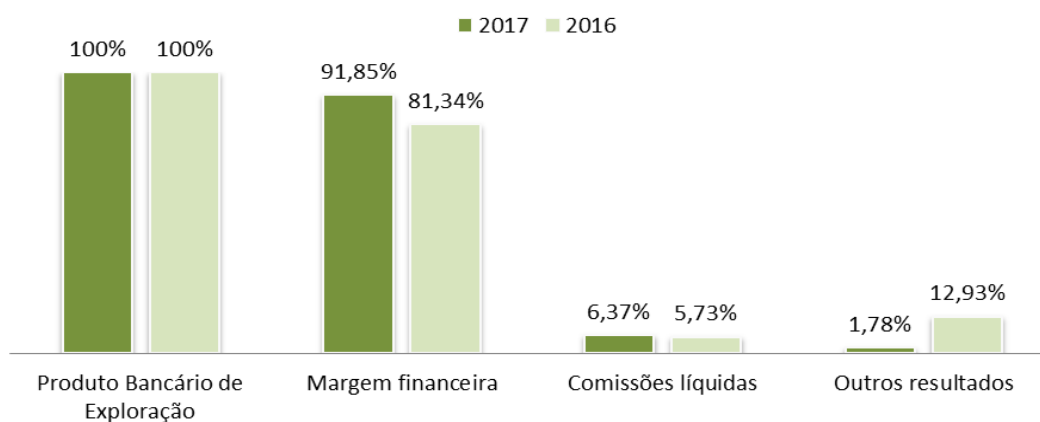
FORMAÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO

(milhares de euros)

Rubricas	2017		2016		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Margem financeira	12.400	91,85	12.952	81,34	-552	-4,26
Comissões	860	6,37	913	5,73	-53	-5,80
Outros resultados	240	1,78	2.059	12,93	-1.819	-88,34
PRODUTO BANCÁRIO DE EXPLORAÇÃO	13.500	100,00	15.924	100,00	-2.424	-15,22



FORMAÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO



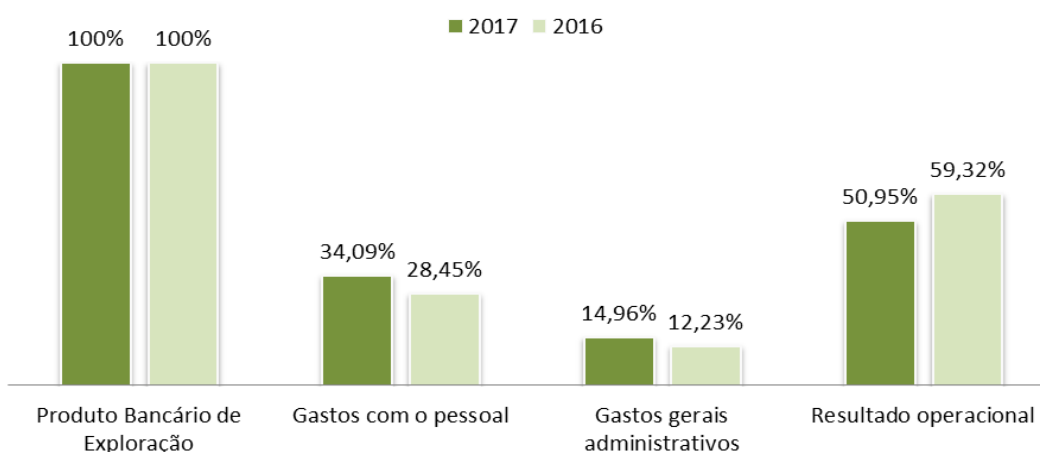
Na perspetiva da aplicação/distribuição do produto bancário, constatou-se que o Resultado operacional continuou a ser a rubrica que absorveu a maior fatia do produto bancário com 50,96 por cento, face aos 59,32 do ano anterior, seguindo-se a rubrica Gastos com pessoal com 34,09 por cento (28,45 em 2016) e, finalmente, a rubrica Gastos gerais administrativos com 14,96 por cento (12,23 em 2016).

APLICAÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO

(milhares de euros)

Rubricas	2017		2016	
	Valor	%	Valor	%
Gastos com o pessoal	4.602	34,09	4.530	28,45
Gastos gerais administrativos	2.019	14,96	1.948	12,23
Resultado operacional	6.879	50,95	9.446	59,32
PRODUTO BANCÁRIO DE EXPLORAÇÃO	13.500	100,00	15.924	100,00

APLICAÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO





9.3 – Eficiência

Em 2017 o indicador que mede o peso dos gastos de funcionamento no produto bancário - rácio *cost-to-income* - evidenciou uma degradação do indicador, registando um aumento de 9,06 pontos percentuais face ao ano de 2016, fixando-se na percentagem de 51,94 face aos 42,88 por cento, verificados no período homólogo anterior.

Esta perda de eficiência resultou determinantemente do decréscimo da Margem financeira e da rubrica de Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda e consequentemente do Produto bancário de exploração em 2.423 milhares de euros (- 15,2 por cento face a 2016). Para além deste contributo, o indicador beneficiou ainda do aumento de todas as variáveis que compõem os Gastos de funcionamento (num montante total de 185 milhares de euros).

CÁLCULO DO RÁCIO DE EFICIÊNCIA TOTAL (*cost-to-income*)

	Unidade	2017	2016
A. Gastos com o pessoal	mil euros	4.602	4.530
B. Gastos gerais administrativos (Fornecimentos e serviços de terceiros)	mil euros	2.019	1.948
C. Amortizações do exercício	mil euros	391	350
D. Gastos de funcionamento (A+B) + Amortizações (C)	mil euros	7.012	6.828
E. Produto bancário	mil euros	13.500	15.924
F. RÁCIO <i>COST-TO-INCOME</i> (D/E)	%	51,94	42,88

EFICIÊNCIA RELATIVA

Rácios	2017	2016	(em percentagem)		
			Variação		
			Valor	em %	
1. Gastos com pessoal / Produto Bancário	34,09	28,45	5,64	p.p.	19,82
2. Gastos gerais administrativos / Produto bancário	14,95	12,23	2,72	p.p.	22,24
3. Amortizações do exercício / Produto bancário	2,90	2,20	0,70	p.p.	31,82
4. RÁCIO <i>COST-TO-INCOME</i> (1+2+3)	51,94	42,88	9,06	p.p.	21,13

(a) De acordo com a definição constante da Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal.

EVOLUÇÃO DOS GASTOS DE ESTRUTURA

(milhares de euros)

Contas	2017	2016	Variação	
			Valor	%
1. Gastos com pessoal	4.602	4.530	72	1,59
Remuneração de órgãos de gestão e fiscalização	451	459	-8	-1,74
Remuneração de empregados	3.111	3.060	51	1,67
Encargos sociais obrigatórios	971	942	29	3,08
Outros custos com pessoal	69	69	0	0,00
2. Gastos gerais administrativos (Fornecimentos e serviços de terceiros)	2.019	1.948	71	3,64
Fornecimento de terceiros	235	222	13	5,86
Rendas e alugueres	15	15	0	0,00
Comunicações	186	191	-5	-2,62
Deslocações, estadas e representações	39	44	-5	-11,36
Publicidade e edição de publicações	26	26	0	0,00
Conservação e reparação	140	146	-6	-4,11
Transportes	40	28	12	42,86
Formação de pessoal	23	18	5	27,78
Seguros	34	35	-1	-2,86
Serviços especializados	971	969	2	0,21
Outros serviços de terceiros	310	254	56	22,05
3. Amortizações do exercício	391	350	41	11,71
Imóveis	241	234	7	2,99
Equipamento	150	116	34	29,31
Software	0	0	0	-
4. TOTAL DOS CUSTOS DE ESTRUTURA	7.012	6.828	184	2,69
5. PRODUTO BANCÁRIO DE EXPLORAÇÃO	13.500	15.924	-2.424	-15,22
Margem financeira	12.400	12.952	-552	-4,26
Resultado de comissões e de outros	1.101	2.972	-1.871	-62,95
6. RÁCIO COST-TO-INCOME (4/5)	51,94%	42,88%	9,06 p.p.	21,13

INDICADORES DE FUNCIONAMENTO/PRODUTIVIDADE	Unidade	2017	2016
Ativo líquido / N.º trabalhadores	mil euros	5.771	4.937
Custos administrativos / Ativo líquido	%	1,17%	1,29%
Depósitos / N.º trabalhadores	mil euros	4.692	4.054
Gastos com pessoal / Recursos alheios	%	1,00%	1,10%
Produto bancário exploração / N.º trabalhadores	mil euros	138	156
Volume de negócios / N.º trabalhadores	mil euros	10.388	8.893
Total de trabalhadores / N.º balcões	em n.º	6,53	6,80

Os indicadores que avaliam a eficiência da CCAML registaram em 2017 valores razoáveis e tendencialmente favoráveis, conforme se comprova pela análise deste quadro, destacando-se, face ao ano de 2016, o aumento do volume de negócios por trabalhador fixando-se nos 10.388 milhares de euros (+ 16,8 por cento); o crescimento do ativo líquido por colaborador em 834 milhares de euros, fixando-se nos 5.771 milhares de euros (+ 16,9 por cento); e o acréscimo dos depósitos por colaborador de 638 milhares de euros (+ 15,7 por cento).



9.4 – Rendibilidade

Em relação aos indicadores de rendibilidade, os níveis alcançados pela CCAML em 2017 fixaram-se abaixo dos valores obtidos no período homólogo anterior. Comparativamente ao ano de 2016, evidenciámos, pela negativa, a Margem de Lucro que se fixou nos 12,77 por cento (- 16,9 pontos percentuais); a Rendibilidade do Ativo (ROA) que se cifrou em 0,56 por cento face aos 1,19 por cento do ano anterior; a Rendibilidade do Capital (ROE) fixando-se em 3,4 por cento (- 4,53 pontos percentuais); e o peso dos Resultados Antes de Impostos em relação aos Capitais Próprios Médios que se fixou em 6,47 por cento (face aos 11,4 por cento alcançados em 2016).

INDICADORES DE RENDIBILIDADE	Unidade	2017	2016
A. Margem de lucro (ml) = Resultados do exercício / Proveitos totais	%	12,77%	29,64%
B. Rendimento dos ativos (ra) = Proveitos totais / Ativo líquido médio	%	4,35%	4,02%
C. Rendibilidade do ativo líquido (ROA) = (ml) x (ra)	%	0,56%	1,19%
D. Relação Ativo líquido médio / Capitais próprios médios	n.º	6,09	6,64
E. Rendibilidade dos capitais próprios (ROE) = C x D	%	3,38%	7,91%
F. Resultados antes impostos / Ativo líquido médio	%	1,06%	1,72%
G. Produto bancário / Ativo líquido médio	%	2,48%	3,25%
H. Resultados antes impostos / Capitais próprios médios	%	6,47%	11,40%

(1) De acordo com a definição constante da Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal.

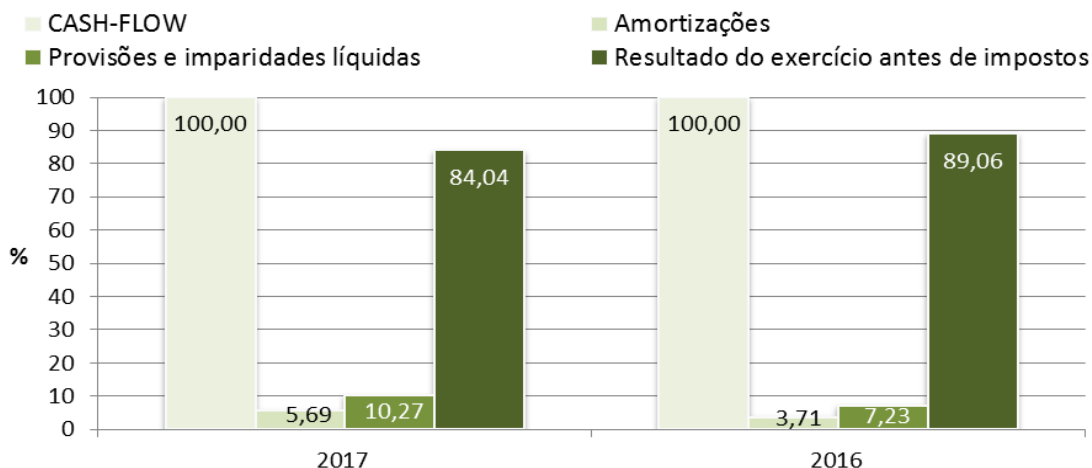
O *cash-flow* fixou-se em 6.879 milhares de euros, correspondente a um decréscimo, face a 2016, de 2.567 milhares de euros (- 27,18 por cento), devendo-se essencialmente ao decréscimo registado no Resultado do exercício antes de impostos em cerca de 2.632 milhares de euros (- 31,28 por cento).

ESTRUTURA DO CASH-FLOW

(milhares de euros)

Rubricas	2017		2016		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Amortizações	391	5,69	350	3,71	41	11,71
Provisões e imparidades líquidas	706	10,27	683	7,23	23	3,37
Resultado do exercício antes de impostos	5.781	84,04	8.413	89,06	-2.632	-31,28
CASH-FLOW	6.879	100,00	9.446	100,00	-2.567	-27,18

CASH-FLOW



10. INDICADORES PRUDENCIAIS

Na sequência da publicação, em 26 de junho de 2013, da regulamentação europeia relativa ao novo regime prudencial para o setor bancário, referenciado como - Basileia III -, foram criadas novas regras estabelecidas pelo Regulamento da UE n.º 575/2013 (*Capital Requirements Regulation – CRD IV/CRR*) e pela Diretiva 2013/36/UE (*Capital Requirements Directive IV*).

No Regulamento e na Diretiva nomeados foram estabelecidas novas regras aplicáveis aos requisitos de fundos próprios e aos fundos próprios a observar pelas instituições de crédito e empresas de investimento. Os fundos próprios passaram a ser constituídos pelos seus fundos próprios de nível 1 (que consistem na soma dos fundos próprios principais de nível 1 com os fundos próprios adicionais de nível 1) e pelos seus fundos próprios de nível 2.

Assim, no final de 2017, os rácios dos fundos próprios principais de nível 1, dos fundos próprios de nível 1 e dos fundos próprios totais, fixaram-se individualmente em 38,8 por cento, face aos cerca de 39 e 32 por cento registados, respetivamente, em 2015 e 2014. Estes indicadores alcançados continuam assim muito acima dos requisitos mínimos impostos no referido Regulamento de 4,5; 6 e 8 por cento respetivamente.

Rácios (Ratios)	2017	2016	(em percentagem)	
			Variação	
			Valor	%
Adequação Capital (<i>Capital Adequacy</i>):				
Fundos próprios principais nível 1 (<i>Common Equity Tier 1 Capital ratio</i>)	38,80	39,06	-0,26	-0,67
Fundos próprios nível 1 (<i>Tier 1 Capital ratio</i>)	38,80	39,06	-0,26	-0,67
Fundos próprios totais (<i>Total capital ratio</i>)	38,80	39,39	-0,59	-1,50
Alavancagem (<i>Leverage</i>):				
Alavancagem - utilizando uma definição totalmente implementada dos fundos próprios de nível 1 (<i>Leverage - using a fully phased in definition of Tier 1</i>)	14,65	12,53	2,12	16,92
Alavancagem - utilizando uma definição de transição dos fundos próprios de nível 1 (<i>Leverage - using a transitional definition of Tier 1</i>)	14,69	13,12	1,57	11,97

Em 2017, tal como no ano homólogo, observou-se uma redução do rácio do crédito sobre os depósitos em 3,03 pontos percentuais, passando dos 29,44 por cento, em 2016, para os 26,41 por cento, em 2017. Este decréscimo justifica-se em grande parte pela dificuldade de fazer acompanhar a evolução do crédito concedido ao ritmo dos crescimentos sucessivos verificados na rubrica Recursos de Clientes (que apresentaram em 2017 um crescimento de cerca de 46 milhões de euros).

RÁCIO DE CRÉDITO SOBRE DEPÓSITOS

Rubricas	2017	2016	(milhares de euros)	
			Variação	
			Valor	%
A. Crédito total bruto	131.643	132.575	-932	-0,70
B. Imparidade acumulada para crédito	10.196	10.832	-636	-5,87
C. Crédito total líquido (A-B)	121.447	121.743	-296	-0,24
D. Depósitos de clientes	459.786	413.476	46.310	11,20
E. Rácio de crédito sobre os depósitos (C/D)	26,41	29,44	-3,03	-10,29

De forma mais detalhada é divulgada a informação sobre os riscos e os rácios prudenciais no documento Disciplina de Mercado (disponível no sítio da internet da CCAM de Leiria, em Informação Financeira) cumprindo com os critérios técnicos em matéria de transparência e divulgação de informações estabelecidos na Parte VIII do Regulamento (UE) n.º 575/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho.



11. ÁREA SOCIAL

No final do exercício o número de associados da CCAML elevava-se a 12.081 associados, registando o seguinte movimento:

Sócios em 31 de dezembro de 2016	12 154
Sócios admitidos no ano de 2017	47
	<hr/>
	12 201
Sócios demitidos a seu pedido no ano de 2017	41
Sócios falecidos e excluídos no ano de 2017	79
	<hr/>
Sócios existentes em 31 de dezembro de 2017	12 081



12. RELAÇÃO COM CLIENTES – GESTÃO DE RECLAMAÇÕES

Na CCAML todas as reclamações recebidas, seja qual for o meio utilizado para a sua apresentação, são sempre encaradas como uma oportunidade de melhoria contínua da qualidade dos serviços disponibilizados pela instituição.

O tratamento e a resposta ao reclamante e/ou ao órgão regulador (Banco de Portugal, quando aplicável), das reclamações recebidas de clientes em geral, dos sócios em particular ou dos utilizadores dos demais serviços disponibilizados pela Caixa, independentemente do meio utilizado para o fazer, são da responsabilidade do Gabinete de Compliance da CCAM de Leiria.

Em 2017, registaram-se na CCAML mais três reclamações do que em 2016, a que corresponde um crescimento de cerca de 7 por cento, fixando-se em 44, face às 41 recebidas em 2016. Todavia, apesar deste acréscimo verificado em termos globais, na sua maioria, ou seja, 84 por cento são reclamações relacionadas com movimentos na conta à ordem e transações com cartões em Caixas Automáticas.

Das 44 reclamações recebidas em 2017, 42 foram enviadas diretamente para a Caixa de Crédito de Leiria (por email e/ou carta) e 2 foram redigidas no competente Livro.

Das 44 reclamações recebidas em 2017, já se encontram todas sanadas (quarenta e três por ausência de indícios de infração e uma por ser fora das competências do Banco de Portugal).

Tal como no ano anterior, os assuntos mais visados em matéria de reclamações foram os cartões e as contas de depósito com o registo de 33 e 4 casos, respetivamente.

Nota final:

Nenhum facto relevante ocorreu desde o fim do exercício até esta data, que justifique referência especial neste relatório.

Leiria, 8 de março de 2018

O Conselho de Administração

António Luís Marques Ferreira
Presidente do Conselho de Administração



CAPÍTULO II - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe à Assembleia-Geral, para os resultados líquidos apurados no fim do exercício de 2017, no montante 3.022.916,58 euros e que adicionado aos resultados transitados positivos no valor de 4.753.904,25 euros, resulta no total de 7.776.820,83 euros, a seguinte distribuição:

(em euros)	
▪ Reserva legal	1.600.000,00
▪ Reserva especial	6.166.820,83
▪ Reserva para educação e formação cooperativa	5.000,00
▪ Reserva para mutualismo	5.000,00

Se esta **proposta de distribuição dos excedentes líquidos** merecer a aprovação da Assembleia-Geral, a **situação líquida** da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria passará a **discriminar-se** assim:

Capital Social	41.062.545,00
Reservas	51.707.772,39
Reserva legal	28.600.000,00
Reserva para educação e formação Cooperativa	35.000,00
Reserva para mutualismo	35.000,00
Reserva especial por lucros retidos e reinvestidos	2.000.000,00
Reservas resultantes da valorização ao justo valor	8.455.157,04
Reserva de reavaliação legais	564.456,54
Outras reservas de reavaliação	867.909,44
Reserva especial	11.150.249,37
Situação líquida	92.770.317,39

Nota: Os resultados transitados positivos no montante de 4.753.904,25 euros devem-se, fundamentalmente, à anulação do excesso de provisões face às imparidades, resultante da transição das NCA's para as NIC's.

Leiria, 8 de março de 2018

O Conselho de Administração

Ex.º - Presidente Conselho
Adm.º Lda. Marques Ferreira
Jose Manuel Vilela Costa



CAPÍTULO III – ESTRUTURA DE GOVERNAÇÃO

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria CRL. (CCAML) é uma instituição de crédito, sob a forma de cooperativa de responsabilidade limitada, que rege a sua atividade de acordo com o Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, tendo como âmbito territorial os concelhos de Leiria, Marinha Grande e Ourém.

Para além das disposições legais, estatutárias e das normas regulamentares emitidas pelo Banco de Portugal, todas as atividades desenvolvidas pela CCAML regem-se, também, pelo cumprimento das deliberações dos órgãos associativos e das normas internas.

O Normativo Interno é divulgado a todos os colaboradores através de um portal interno (*intranet*), estruturado por temas do qual fazem parte integrante o Código de Conduta e o Plano de Continuidade de Negócio.

A informação financeira e prudencial, nos termos das disposições legais e regulamentares aplicáveis, assim como informação de caráter Institucional, são divulgadas no sítio da Internet www.caixacreditoleiria.pt.

O modelo de governação da CCAML é composto pela Assembleia Geral, dirigida pela sua Mesa, pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal, que exercem funções com uma duração de mandato de três anos. O modelo prevê, ainda, a existência de um órgão com funções, predominantemente, consultivas, denominado de Conselho Consultivo e do Revisor Oficial de Contas.

1. ASSEMBLEIA GERAL

Conforme definido nos estatutos, compete à Assembleia Geral:

- a) Eleger, suspender e destituir os titulares dos cargos sociais;
- b) Votar a proposta de plano de atividades e de orçamento da Caixa Agrícola para o exercício seguinte;
- c) Votar o relatório, o balanço e as contas do exercício anterior;
- d) Aprovar a fusão, a cisão e a dissolução da Caixa Agrícola;
- e) Aprovar a associação e a exoneração da Caixa Agrícola de organismos cooperativos de grau superior;
- f) Fixar a remuneração dos titulares dos órgãos sociais da Caixa Agrícola;
- g) Decidir do exercício do direito de ação cível ou penal contra Administradores, gerentes, outros mandatários ou membros do Conselho Fiscal, do Conselho Consultivo ou da Mesa da Assembleia Geral;
- h) Decidir da alteração dos Estatutos.

Os membros da mesa da Assembleia Geral, à semelhança dos restantes membros dos órgãos sociais, são eleitos trienalmente em Assembleia Geral. As reuniões da Assembleia Geral são dirigidas pelo Presidente da Mesa, a qual é composta, para além do Presidente, por um Vice-Presidente, um Secretário e um Secretário Suplente:

Presidente: Guilherme Alves da Silva

Vice-Presidente: Acácio Fernando dos Santos Lopes de Sousa

Secretário: Adelino de Sousa

Secretário Suplente: Mário José Santos Carreira

2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Sem prejuízo do mais previsto nas leis e nos estatutos, compete ao Conselho de Administração:

- a) Administrar e representar a Caixa Agrícola;



- b) Elaborar, para votação pela Assembleia Geral, uma proposta de plano de atividades e de orçamento para o exercício seguinte;
- c) Elaborar, para votação pela Assembleia Geral, o relatório e as contas relativas ao exercício anterior;
- d) Adotar as medidas necessárias à garantia da solvabilidade e liquidez da Caixa Agrícola;
- e) Decidir das operações de crédito da Caixa Agrícola;
- f) Fiscalizar a aplicação dos capitais mutuados;
- g) Promover a cobrança coerciva dos créditos da Caixa Agrícola, vencidos e não pagos;
- h) Organizar, dirigir e disciplinar os serviços.

A Administração da CCAML é exercida pelo Conselho de Administração, eleita trienalmente em Assembleia Geral, com mandato de 2016 a 2018, é constituída por cinco administradores, eleitos para os cargos de Presidente, Vice-presidente e três Vogais:

Presidente: Mário Ferreira Matias

Vice-Presidente: Jorge Manuel Pereira Cova

Vogal: Ernestina Maria Lourenço Tavares Santos

Vogal: Adriano Silva Marques Ferreira

Vogal: José Manuel Varela Costa

Suplente: José António Monteiro Rocha

3. CONSELHO FISCAL

Sem prejuízo do disposto na lei e nos estatutos, compete ao Conselho Fiscal:

- a) Acompanhar assiduamente a ação do Conselho de Administração, colaborando com ela quando para tanto for solicitado;
- b) Examinar, sempre que o julgue conveniente, a escrita e documentação da Caixa Agrícola, verificando a existência de valores de qualquer natureza;
- c) Emitir pareceres sobre o relatório e contas da Caixa Agrícola e sobre a proposta de Plano de Atividades e de Orçamento;
- d) Zelar pela correta aplicação das regras legais e estatutárias e das deliberações da Assembleia Geral.

O Conselho Fiscal, enquanto órgão fiscalizador, é composto por três membros efetivos e dois suplentes. Dos membros efetivos, um assume a função de Presidente e os restantes de vogais:

Presidente: Oliveira de Jesus Soares

Vogal: António José de Almeida Sequeira

Vogal: Luís Heleno Cardoso

Suplente: Maria Rafaela de Jesus Lopes da Silva e Sá

Suplente: Filipa Duarte Vieira Pimenta Alves Esperança



4. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

4.1 - Política de remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização

A Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, CRL (CCAML) é estabelecida para cumprimento do estabelecido no artigo 115.º-C do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro (Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras – RGICSF), do artigo n.º 2 da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho e do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, sendo divulgada e submetida à aprovação da Assembleia Geral da CCAML.

A Política de Remuneração resulta da proposta do Conselho de Administração para o triénio de 2016-2018, aprovada por unanimidade em Assembleia-Geral realizada no dia 14 de dezembro de 2017, onde consta a composição discriminada das remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização.

A política de remuneração resulta da proposta do Conselho de Administração aprovada em Assembleia-Geral, **respeitante ao mandato cessante**, onde consta a composição discriminada das remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização, que veio a ser aprovada por unanimidade.

A Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, CRL é apresentada no Anexo I à Estrutura de Governação.

4.2 - Análise sobre a Política de Remuneração

Em cumprimento do disposto no ponto 6 do artigo 115º - C do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro e do artigo 14º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, é apresentado em anexo (Anexo II - Relatório de avaliação à política de remuneração de 2017), uma análise sobre a Política de Remunerações dos órgãos de administração e fiscalização, elaborado pelo Conselho Fiscal.

4.3 - Informação sobre a remuneração dos membros dos órgãos sociais

Relativamente aos deveres de informação quantitativa sobre a Política de Remunerações, o quadro abaixo apresenta o valor discriminado, dos órgãos de administração e fiscalização, do montante anual bruto das remunerações auferidas.

INFORMAÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS EM 2017

Órgãos Sociais	Cargo	Remuneração	Nota
Conselho de Administração	Total	€ 399.000,00	
- Mário Ferreira Matias	Presidente	€ 82.500,00	
- Jorge Manuel Pereira Cova	Vice-Presidente	€ 82.500,00	
- Ernestina Maria Lourenço Tavares dos Santos	Vogal	€ 78.000,00	
- Adriano da Silva Marques Ferreira	Vogal	€ 78.000,00	
- José Manuel Varela Costa	Vogal	€ 78.000,00	
Conselho Fiscal	Total	€ 50.700,00	
- Oliveira de Jesus Soares	Presidente	€ 11.700,00	
- António José Almeida Sequeira	Vogal	€ 31.200,00	(1)
- Luís Heleno Cardoso	Vogal	€ 7.800,00	

Nota 1: A remuneração do Membro Vogal do Conselho Fiscal, António José Almeida Sequeira, foi superior à do outro Vogal, pois, a sua remuneração consiste na função base de Vogal acrescida ainda de uma remuneração extraordinária correspondente à função atribuída por designação pelo Conselho Fiscal para assistir às reuniões do Conselho de Administração e acompanhar toda a atividade da Instituição.



Em 2017, não se registaram alterações na composição dos órgãos sociais, nem se registaram admissões ou rescisões do contrato de trabalho, no quadro de colaboradores que exercem funções de controlo.

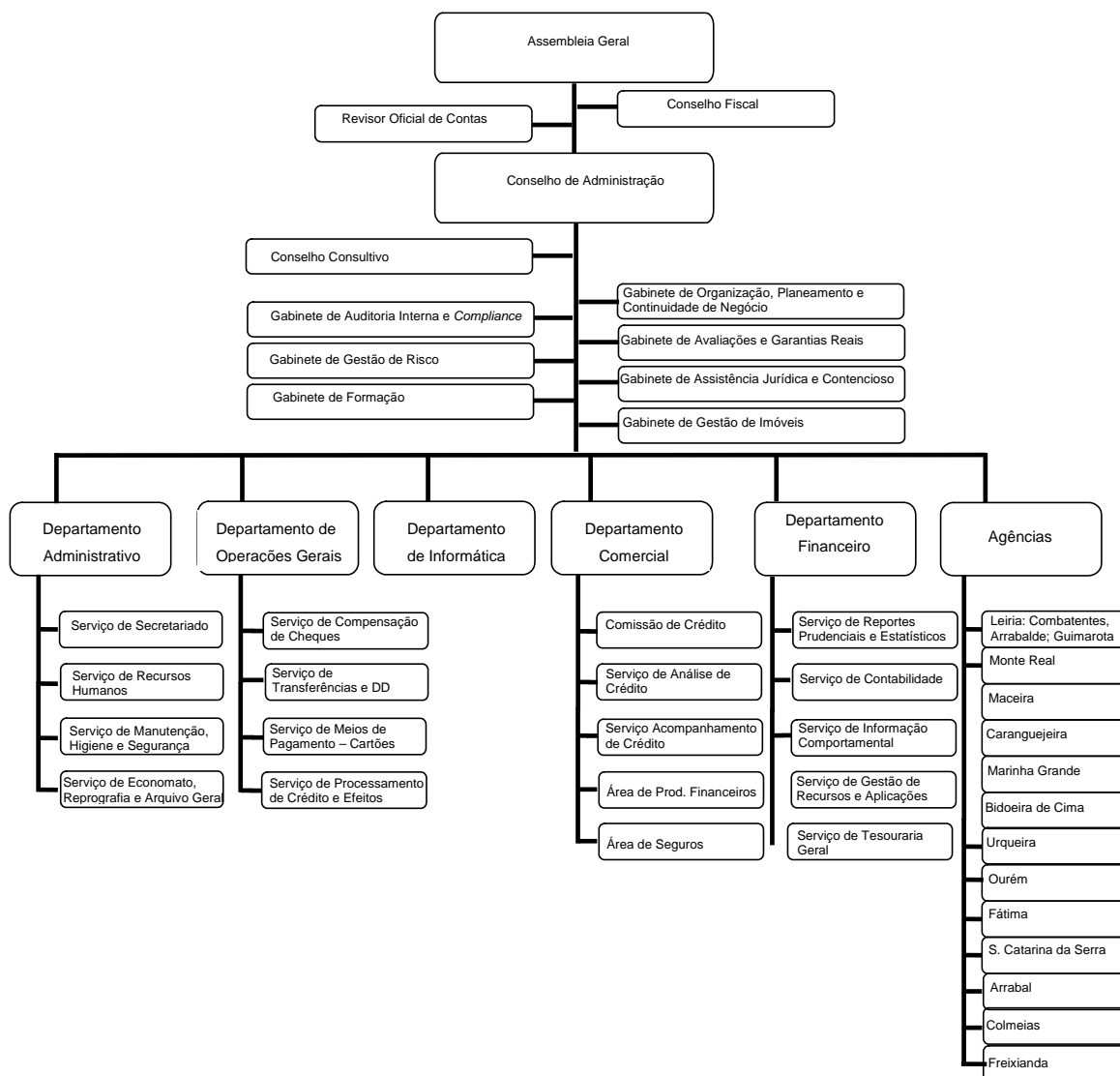
Os colaboradores que exercem em exclusivo as funções de controlo auferiram, conjuntamente, em 2017, € 69.989,43€ (face aos 69.831,24 auferidos em 2016).

O total de honorários faturados durante o exercício de 2016 pela sociedade de revisores oficiais de contas, foi de € 33.500,00 (valor sem o IVA Incluído), dos quais € 29.000,00 correspondem aos serviços de revisão legal de contas, sendo que os restantes, no montante de € 4.500,00, dizem respeito a outros serviços de garantia de fiabilidade (especificamente para cumprimento da Instrução n.º 5/2013 do Banco de Portugal, relativo ao serviço de Auditoria externa para o Modelo de imparidade da carteira de crédito).

5. ORGANOGRAMA

O modelo organizativo, a repartição de funções e de responsabilidades entre as diferentes unidades de estrutura é da responsabilidade do Conselho de Administração, o qual define o modelo de estrutura organizacional e a repartição de funções entre as diversas unidades.

O organograma da CCAML tem a seguinte configuração:





6. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

O sistema de controlo interno define-se como o conjunto das estratégias, sistemas, processos, políticas e procedimentos definidos pelo órgão de administração, bem como das ações empreendidas por este órgão e pelos restantes colaboradores da instituição, com vista a garantir:

- a) Um desempenho eficiente e rendível da atividade, no médio e longo prazo;
- b) A existência de informação financeira e de gestão completa, pertinente, fiável e tempestiva;
- c) O respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Para assegurar uma adequada gestão do sistema de controlo interno, estão implementadas as funções de Gestão de Riscos, de *Compliance* e de Auditoria Interna, com competências específicas e transversais para que, em conjunto e em articulação com toda a estrutura, possam desenvolver as atividades conducentes à existência de um ambiente de controlo, sistema de gestão de riscos, sistema de informação e comunicação e um processo de monitorização, adequados às necessidades da Instituição e nos termos das normas regulamentares estabelecidas pelo Banco de Portugal.

7. REVISOR OFICIAL DE CONTAS E AUDITORIA EXTERNA

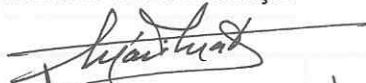
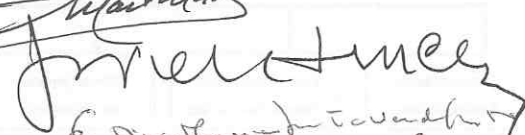
O revisor oficial de contas é designado pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho de Administração.

A sociedade Oliveira, Reis & Associados - SROC, Lda. é o Auditor Externo responsável pelos serviços de Auditoria e Revisão Oficial de Contas da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria.

O revisor oficial de contas tem, especialmente, o dever de proceder a todos os exames e verificações necessários à revisão e certificação legal das contas, nos termos previstos na lei, à análise aos mapas prudenciais e à emissão de parecer sobre o sistema de controlo interno.

Leiria, 8 de março de 2018

O Conselho de Administração



En. António Luís Marques Figueiredo
José Manuel Vilela Costa



ANEXO I - POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO DA CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, CRL.

I. Introdução

A Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, CRL. (CCAML) é estabelecida para cumprimento do estabelecido no artigo 115.º-C do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro (Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras – RGICSF), do ponto 24 do anexo ao Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de abril, do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho e do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, sendo submetida à aprovação da Assembleia Geral da CCAML.

As Instituições de Crédito devem dispor de “políticas e práticas de remuneração que promovam e sejam coerentes com uma gestão sã e prudente dos riscos” (alínea i) do artigo 14.º do RGICSF). A Política de Remuneração deve ser compatível com a estratégia empresarial da instituição de crédito, com os seus objetivos, valores, e interesses de longo prazo da Instituição e não deve incentivar a assunção de riscos superiores ao nível de risco tolerado pela Instituição de Crédito.

II. Princípios Gerais

Em cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis, a Política de Remuneração é estabelecida de forma a reproduzir uma adequada proporcionalidade, perante a dimensão, organização interna, natureza, âmbito e complexidade da atividade desenvolvida, à natureza e magnitude dos riscos assumidos ou a assumir e ao grau de centralização e delegação de poderes estabelecidos na Instituição.

A Política de Remuneração tem presente a natureza jurídica de cooperativa da Instituição, não orientada para o lucro, o nível e complexidade de atividades autorizadas, as restrições de natureza geográfica e de dimensão, a natureza dos ativos e os níveis de capital. Procura seguir os princípios e os valores cooperativos, associados à sua génese, atender à natureza local ou regional, garantir que a estrutura de remuneração não incentive a assunção excessiva aos riscos, evitar potenciais conflitos de interesses e ser coerente com os objetivos a longo prazo, designadamente com as perspetivas de crescimento e rentabilidade sustentáveis e de proteção de interesses dos clientes e dos associados.

Em conformidade com o Artigo 1.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, atendendo ao grau de centralização e delegação de poderes estabelecidos, a Política de Remuneração regulamenta os princípios e as regras que regem a remuneração dos Membros do Órgão de Administração e Fiscalização e dos colaboradores que exercem funções de controlo previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008.

Relativamente aos demais colaboradores, atendendo ao grau de centralização e delegação de poderes, entende-se que, o exercício das suas funções não tem impacto material no perfil de risco da Instituição, não se considerando aplicável, o que diretamente diz respeito à Avaliação.

III. Processo de tomada de decisão utilizado

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é aprovada pela Assembleia Geral, nos termos dos estatutos, através de uma Proposta de Remunerações apresentada pelo Conselho de Administração, não havendo recurso, nesta matéria, a consultores externos, nem à existência de uma Comissão de Remunerações, por não se considerar adequado face as características da Instituição, nomeadamente a dimensão, organização interna e natureza das atividades exercidas. São realizadas duas reuniões ordinárias por ano, sendo que em uma delas é apreciado o desempenho da Administração, considerando a sua relação com a declaração da Política de Remuneração.



A remuneração do Revisor Oficial de Contas é estabelecida no âmbito de um contrato de prestação de serviços de revisão legal de contas, com base nos preços praticados no mercado, e aprovada em Assembleia Geral. O revisor oficial de contas é designado pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Fiscal.

A Política de Remuneração dos colaboradores que exercem funções de controlo, nomeadamente, Auditoria Interna, *Compliance* e Gestão de Riscos assenta na sua componente fixa, garantindo a independência em relação ao desempenho financeiro das áreas de negócio onde exerce o controlo.

IV. Relação entre remuneração e o desempenho

O desempenho do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é apreciado regularmente (pelo menos uma vez por ano) em sede de Assembleia Geral, não podendo estes manter-se em funções contra a vontade expressa dos associados, considerando, para tal, a informação divulgada e analisada pelos órgãos de fiscalização, sobre o desempenho económico e financeiro da Instituição, a informação prudencial sobre os riscos, a avaliação efetuada, pelo Conselho Fiscal, sobre a Política de Remuneração, o cumprimento das normas aplicáveis e a atuação da Instituição ao nível da responsabilidade social e económica, nas comunidades onde se insere, assim como, da sustentabilidade da cooperativa.

A aplicação da política de remuneração é sujeita, pelo menos, uma vez por ano, a uma análise interna centralizada e independente, efetuada pelo Conselho Fiscal e com a participação de forma ativa das unidades de estrutura responsáveis pelas funções de controlo (Gabinete de Auditoria Interna e *Compliance* e Gabinete de Gestão de Risco), visando verificar a implementação das políticas e procedimentos de remuneração adotados para os órgãos de administração e de fiscalização, da qual é elaborado um relatório com os resultados dessa avaliação, para apresentação à Assembleia Geral.

A Política de Remuneração dos colaboradores que exercem funções de controlo é estabelecida pelo Conselho de Administração. A avaliação do desempenho individual é efetuada pelo Conselho de Administração, baseada nos objetivos específicos relacionados com as funções exercidas, nomeadamente pelo cumprimento dos planos de atividades e de desenvolvimentos das funções traçados, independentemente do desempenho das áreas sob controlo.

V. Características estruturais mais importantes do sistema de remuneração

Remuneração do Conselho de Administração

A Política de Remuneração procura ajustar-se às características particulares da Instituição e garantir uma prática consentânea com uma gestão de risco que não incentive uma assunção excessiva e imprudente do risco, alinhando com os interesses de longo prazo da Instituição. Preconizando a atribuição de uma remuneração fixa de valor moderado, com um valor total anual limitado, compatível com a prática e a natureza do Crédito Agrícola, entendendo-se ser a forma mais equilibrada de não incentivar o crescimento e a assunção excessiva de riscos.

A inexistência de uma remuneração variável com base nos eventuais resultados da CCAML, fundamenta-se não só, na cultura da Instituição, mas principalmente, porque se entendeu de elevado risco estimular quem iria beneficiar do crescimento que, essencialmente, seria pelo crescimento do crédito. O crescimento excessivo do crédito de uma instituição com as características da CCAML poderá representar um aumento do seu grau de risco, traduzindo um perfil superior, assumindo um crescimento em posições que, neste momento, se encontram em ativos de menor risco.

A remuneração do Conselho de Administração resulta do crescimento da Instituição e do valor acrescentado aos associados, da sua sustentabilidade a longo prazo e dos riscos assumidos, assim como do cumprimento das regras aplicáveis, na medida em que resulta da avaliação, em consonância com o princípio cooperativo de gestão democrática, que é efetuada pelos associados.



Para os administradores pertencentes ao quadro de pessoal da CCAML o vínculo laboral é suspenso enquanto se mantiverem nos cargos da Administração, isto sem prejuízo da contagem de tempo de serviço para efeitos de antiguidade e do previsto na cláusula 127.^a (prémio de antiguidade) do Acordo Coletivo de Trabalho.

A CCAML não emite instrumentos financeiros que possam ser usados para as finalidades descritas nos n.ºs 2 e 3 do Artigo 8.º, ou na alínea "r" do Ponto 24 do Anexo ao Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de abril, não sendo aplicáveis as disposições relativas ao pagamento de remuneração variável em instrumentos financeiros, ações ou opções. O capital social, encontra-se representado por títulos cujo valor nominal é fixo e não varia em função do desempenho da Instituição.

A remuneração dos Membros do Conselho de Administração não inclui prémios anuais nem outros benefícios não pecuniários.

Pela natureza societária da Instituição é vedado aos Administradores o direito a auferir uma remuneração sob a forma de participação nos lucros.

A Instituição não celebrou com os Administradores qualquer contrato que lhes confira direito a compensações ou indemnizações, incluindo pagamentos relacionados com a duração do pré-aviso ou cláusula de não concorrência, em caso de destituição, ou da sua resolução do contrato por acordo, pelo que o direito a tais indemnizações se rege pelas normas legais aplicáveis.

Os Administradores não auferem quaisquer remunerações por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com a CCAML.

Não vigoram na Instituição regimes complementares de reforma antecipada.

A Política de Remuneração não contempla outros benefícios complementares relevantes considerados como remuneração.

Os Membros do Conselho de Administração não utilizam quaisquer seguros de remuneração ou responsabilidade, ou quaisquer outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às suas modalidades de remuneração.

Remuneração do Conselho Fiscal

A Política de Remuneração dos Membros do Conselho Fiscal reflete os mesmos princípios seguidos para o Conselho de Administração, associando-se, ainda, o carácter de menor exigência em termos de permanência na Instituição.

Revisor Oficial de Contas

A remuneração do Revisor Oficial de Contas é estabelecida no âmbito de um contrato de prestação de serviços de revisão legal de contas, com base nos preços praticados no mercado, e aprovada em Assembleia Geral. O revisor oficial de contas é designado pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Fiscal.

Remuneração das Funções de Controlo

A Política de Remuneração dos colaboradores que exercem funções de controlo, nomeadamente, Auditoria Interna, *Compliance* e Gestão de Riscos assenta na sua componente fixa, garantindo a independência em relação ao desempenho financeiro das áreas de negócio onde exerce o controlo.

Leiria, 18 de dezembro de 2015

O Conselho de Administração



PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

À ASSEMBLEIA GERAL DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015

Para cumprimento do que determina o nº 2 do Artigo 12º dos Estatutos, e em conformidade com a orientação expressa na Política de Remuneração aprovada por esta Caixa, vem o Conselho de Administração propor para remuneração dos Órgãos Sociais no mandato de 2016/2018 os seguintes valores:

Conselho de Administração

399.000 euros como limite da remuneração fixa anual para o conjunto dos membros efetivos do Conselho de Administração e com a seguinte atribuição:

- A cada um dos 5 membros efetivos do Conselho de Administração a remuneração mensal de 5.200 euros.

- O Presidente e o Vice-Presidente terão ainda um subsídio de função mensal de 300 euros.

Para os administradores pertencentes ao quadro de pessoal da Caixa fica suspenso o vínculo laboral enquanto se mantiverem nos cargos de administração, isto sem prejuízo da contagem de tempo de serviço para efeitos de antiguidade e do previsto na cláusula 127ª (Prémio de antiguidade) do ACT.

Conselho Fiscal

50.700 euros como limite da remuneração fixa anual para o conjunto dos membros efetivos do Conselho Fiscal e com a seguinte atribuição mensal:

Presidente - 15% de 5.200 euros = 780 euros

Vogal – 10% de 5.200 euros = 520 euros

Vogal – 10% de 5.200 euros = 520 euros

Nota – Ao membro que o Conselho Fiscal designe para assistir às reuniões do Conselho de Administração e acompanhar a atividade de toda a instituição será atribuída ainda uma remuneração equivalente a 30% de 5.200 euros = 1.560 euros.



Todas as remunerações do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal serão processadas por 15 meses:

- Duas mensalidades nos meses de março, junho e novembro.
- Uma mensalidade em cada um dos restantes meses.

Revisor Oficial de Contas

Com o limite anual de 29.000 euros a ser processado por cada trimestre o valor de 7.250,00 Euros.

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, aos 3 de dezembro de 2015

O Conselho de Administração:



ANEXO II - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO À POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DE 2017

Relatório do Conselho Fiscal

1. Enquadramento

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, CRL. (CCAML) elaborou a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização de acordo e em cumprimento do disposto nos Estatutos, no artigo 2º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, no Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011 e no art.º 115º-C do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro relativo ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF).

O referido Decreto-Lei n.º 298/92 relativo ao RGICSF tem vindo a sofrer várias atualizações ao longo dos anos, tendo a última ocorrido a 24 de novembro de 2017 através da publicação do Decreto-Lei n.º 109/2017 (48ª versão).

Atendendo às suas características, nomeadamente a dimensão, organização interna, natureza e complexidade das atividades exercidas, a CCAML optou por não recorrer a consultores externos, nem à criação de uma Comissão de Remunerações. Assim, a remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização é elaborada e apresentada, como “Proposta de Remunerações”, pelo Conselho de Administração, que a submete à discussão e à aprovação em Assembleia Geral.

Todos os membros do Conselho de Administração são executivos, competindo-lhes, igualmente, estabelecer, rever e aprovar, de acordo com a legislação vigente, a política de remunerações de todos os colaboradores da Instituição, respeitando toda a legislação acima referida e, ainda, o disposto no artigo 5º do Decreto-Lei 74-A/2017 e no artigo 3º do capítulo II do aviso n.º. 5/2017 do Banco de Portugal.

Em cumprimento do disposto no artigo 14.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011 e no ponto 6 do art.º 115º-C do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, o Conselho Fiscal efetua, pelo menos uma vez por ano, a análise interna e a avaliação da implementação da Política de Remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização, socorrendo-se, no entanto, da participação ativa das unidades de estrutura responsáveis pelas funções de controlo (Gabinete de Auditoria Interna e *Compliance* e Gabinete de Gestão de Risco). Dessa análise resulta a elaboração de um relatório com os resultados da avaliação, para apresentação à Assembleia Geral.

2. Conclusões sobre a política de remuneração e sua implementação

Relativamente ao exercício de 2017 fez-se, como nos anos anteriores, a análise à proposta de remunerações dos órgãos sociais aprovada, à informação recolhida sobre a remuneração efetuada aos órgãos de administração e fiscalização da CCAML e ao disposto quer no aviso n.º 10/2011 do Banco de Portugal quer no n.º 6 do artigo 115º-C- Política de Remuneração do Decreto-Lei n.º 298/92.



Esta análise foi efetuada com o objetivo de verificar o cumprimento das políticas e procedimentos de remuneração aprovados e de analisar a sua implementação, nomeadamente sobre o efeito na gestão de riscos, de capital e liquidez da Instituição, assim como, da sua compatibilidade com a estratégia, objetivos, valores, interesses de longo prazo e prevenção sobre conflitos de interesses, considerando o dever de identificar as medidas necessárias para a correção de eventuais insuficiências detetadas.

Assim, compulsados os documentos em apreço, deliberou-se pela emissão das seguintes conclusões:

1º. A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização foi elaborada respeitando as normas legais vigentes, nomeadamente as que constam no Código Cooperativo, no Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, nos avisos do Banco de Portugal e nos Estatutos da CCAML.

Na Assembleia Geral realizada em 18 de dezembro de 2015 foram aprovadas, para o triénio 2016-2018, a proposta sobre a política de remunerações (com discriminação de forma clara da remuneração dos órgãos sociais) e a proposta efetiva, assente nessa política, apresentada pelo Conselho de Administração.

Contudo, e apesar de ter sido aprovada para o triénio, a proposta é anualmente submetida, novamente, à apreciação e votação, tendo a Política relativa ao ano de 2017 sido aprovada na Assembleia Geral realizada a 15 de dezembro de 2016, cumprindo-se com o estabelecido quanto à necessidade da existência de uma política, formalmente documentada, e aprovada pelo órgão societário competente.

2.º O Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011 e o artigo 115º-C do Decreto-Lei 298/92 regulam os requisitos, ou seja, os princípios gerais em matéria de políticas e práticas de remuneração. A Política de Remuneração da CCAML, aprovada em Assembleia Geral, não contempla uma componente variável da remuneração. Revela-se, porém, ajustada, considerando o princípio da proporcionalidade, nomeadamente no que respeita à dimensão, organização interna, natureza, âmbito e complexidade da atividade da instituição, à natureza e magnitude dos riscos e ao grau de centralização e delegação de poderes estabelecido.

A Política de Remunerações da CCAML regula os princípios e as regras que regem a remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização e dos colaboradores que exercem funções de controlo (na aceção do previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 5 de junho). Quanto à avaliação dos demais colaboradores, entende-se que, os escalões de remuneração e o exercício das suas funções não têm impacto material no perfil de risco da Instituição, logo considera-se não aplicável.

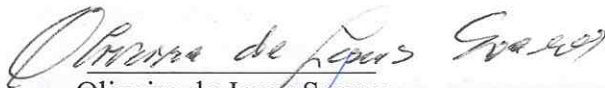
3.º Relativamente ao risco, a política de remuneração, assentando exclusivamente na componente fixa, (também para os trabalhadores envolvidos na elaboração, comercialização e concessão de créditos com garantia hipotecária ou direito equivalente a que se refere o aviso do Banco de Portugal n.º 5/2017, de 23 de setembro) não contempla componentes variáveis que incentivem o crescimento e a assunção excessiva e incontrolada de riscos. Os atuais níveis de liquidez e capital não refletem a necessidade de reforçar esses mecanismos, revelando-se consentâneas com uma gestão sã e prudente. Neste sentido, a política de remuneração não incentiva a assunção excessiva e imprudente de riscos, sendo, desta forma, compatível com a estratégia, objetivos, valores e interesses de longo prazo da CCAML.



4.º Conclui-se assim que, no período em apreço, das análises realizadas sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização e a sua implementação não foram identificadas necessidades de aplicação de medidas corretivas.

Leiria, 2 de março de 2018

O Conselho Fiscal


Oliveira de Jesus Soares


António José de Almeida Sequeira


Luís Heleno Cardoso



CAPÍTULO IV – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUA DE LEIRIA, C.R.L.

Matriculada na C.R.C. de Leiria, com o n.º único de matrícula e de identificação fiscal 500 978 921

Sede: Largo Cândido dos Reis, n.º 19 a 25 - 2400-112 LEIRIA

Balanço em base individual (NIC)
31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

	Notas/ Quadros anexos	31-dez-2017			€ 31-dez-2016 reexpresso
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações 1	Provisões, imparidade e amortizações 2	Valor líquido 3 = 1 - 2	Valor líquido
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	14	7.434.900		7.434.900	6.635.683
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15	43.164.305		43.164.305	40.163.177
Ativos financeiros detidos para negociação					
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	16	264		264	18
Ativos financeiros disponíveis para venda	17	129.718.527	630.682	129.087.845	175.804.016
Aplicações em instituições de crédito	18	64.885.444	0	64.885.444	47.590.786
Crédito a clientes	19	131.642.779	10.196.069	121.446.710	121.743.426
Investimentos detidos até à maturidade	20	181.387.853		181.387.853	90.808.600
Ativos com acordo de recompra					
Derivados de cobertura					
Ativos não correntes detidos para venda	21	7.134.697	1.957.035	5.177.662	5.162.368
Propriedades de investimento					
Outros ativos tangíveis	22	18.627.391	8.344.649	10.282.742	10.777.089
Ativos intangíveis	23	1.832.222	1.825.675	6.547	6.548
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	24	2.500		2.500	2.500
Ativos por impostos correntes					
Ativos por impostos diferidos	33	1.900.936		1.900.936	2.956.816
Outros ativos	25	852.091	32.654	819.437	1.963.627
Total de Ativo		588.583.909	22.986.764	565.597.145	503.614.654

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração



CAIXA DE CRÉDITO DE LEIRIA

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, C.R.L.

Matriculada na C.R.C. de Leiria, com o n.º único de matrícula e de identificação fiscal 500 978 921

Sede: Largo Cândido dos Reis, n.º 19 a 25 - 2400-112 LEIRIA

Balanço em base individual (NIC) 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

		€	
	Notas/ Quadros anexos	31-dez-2017	31-dez-2016 reexpresso
Passivo			
Recursos de bancos centrais			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados			
Recursos de outras instituições de crédito	26	44.367	50.400
Recursos de clientes e outros empréstimos	27	459.765.748	413.476.659
Responsabilidades representadas por títulos			
Passivos financeiros associados a ativos transferidos			
Derivados de cobertura			
Passivos não correntes detidos para venda			
Provisões	28	249.355	238.709
Passivos por impostos correntes	32	360.454	521.732
Passivos por impostos diferidos	33	2.773.683	535.486
Instrumentos representativos de capital	30	3.386.380	3.696.089
Outros passivos subordinados			
Outros passivos	29	6.226.840	7.448.697
Total de Passivo		472.826.827	425.967.772
Capital			
Capital	30	41.062.545	41.059.585
Prémios de emissão			
Outros instrumentos de capital			
Ações próprias			
Reservas de reavaliação	31	9.887.523	-1.703.382
Outras reservas e resultados transitados	31	38.797.333	32.452.262
Resultado do exercício		3.022.917	5.838.417
Dividendos antecipados		0	0
Total de Capital		92.770.318	77.646.882
Total de Passivo + Capital		565.597.145	503.614.654

O Responsável pela Contabilidade

Vitor Bugido

O Conselho de Administração

(Handwritten signatures of the Board of Administration)



CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, C.R.L.

Matriculada na C.R.C. de Leiria, com o n.º único de matrícula e de identificação fiscal 500 978 921

Sede: Largo Cândido dos Reis, n.º 19 a 25 - 2400-112 LEIRIA

Demonstração de Resultados em base individual (NIC)

31 de dezembro de 2017 e 2016

	Notas/ Quadros anexos	31-dez-2017	31-dez-2016 reexpresso
Juros e rendimentos similares	2	14.818.719	14.696.645
Juros e encargos similares	2	2.419.167	1.745.058
Margem Financeira		12.399.552	12.951.587
Rendimentos de instrumentos de capital	3	37.756	51.632
Rendimentos de serviços e comissões	4	1.146.110	1.188.733
Encargos com serviços e comissões	4	286.132	275.759
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados			
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	5	-131.882	1.588.553
Resultados de reavaliação cambial	6	6.825	9.451
Resultados de alienação de outros ativos	7	165.641	64.918
Outros resultados de exploração	8	162.329	344.305
Produto bancário		13.500.199	15.923.420
Custos com pessoal	9	4.601.673	4.529.847
Gastos gerais administrativos	10	2.019.485	1.947.699
Amortizações do exercício	22 e 23	391.372	350.473
Provisões líquidas de reposições e anulações	11	10.646	-31.338
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	12 e 19	-36.852	150.432
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	13	630.682	0
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	21	101.968	563.590
Resultado antes de impostos		5.781.225	8.412.717
Impostos			
Correntes	32	2.289.274	2.193.670
Diferidos		469.034	380.630
Resultado após impostos		3.022.917	5.838.417
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		13.190	38.140

O Responsável pela Contabilidade

Vitor Brígido

O Conselho de Administração



CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, C.R.L.

Demonstração de Fluxos de Caixa

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Montantes expressos em Euros)

	31-dez-2017	31-dez-2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de juros e comissões	15.964.829	15.885.378
Pagamento de juros e comissões	-2.705.299	-2.020.817
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	-6.594.026	-6.463.222
Contribuições para o Fundo de Pensões	-27.132	-14.324
Recebimento / (Pagamento) de imposto sobre o rendimento	-2.289.274	-2.193.670
Outros recebimentos / (Pagamentos) relativos à atividade operacional	169.154	353.756
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos operacionais	4.518.252	5.547.101
(Aumentos) / Diminuições de ativos operacionais		
Ativos financeiros detidos para negociação e outros ativos ao justo valor	246	18
Ativos disponíveis para venda	-60.188.389	34.212.443
Aplicações em instituições de crédito	17.294.658	-12.499.968
Crédito a clientes	-333.568	-6.227.086
Investimentos detidos até à maturidade	89.996.967	-7.874.750
Derivados de cobertura		
Ativos não correntes detidos para venda	104.072	-5.510
Outros ativos	-1.144.190	454.271
(...)		
	45.729.796	8.059.418
(Aumentos) / Diminuições de passivos operacionais		
Passivos financeiros detidos para negociação e derivados de cobertura		
Recursos de outras instituições de crédito	-6.033	-1.641
Recursos de clientes e outros empréstimos	46.309.089	32.918.162
Outros passivos	-1.383.135	459.857
(...)		
	44.919.921	33.376.378
Caixa líquida das atividades operacionais	3.708.377	30.864.061
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Variação de ativos tangíveis e intangíveis	-255.427	1.083.650
Recebimento de dividendos	-37.756	-51.632
Variação de partes de capital de empresas filiais e associadas	0	0
(...)		
Caixa líquida de atividades de investimento	-293.183	1.032.018
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Aumentos de capital	23.500	11.500
Diminuição de capital	-20.540	-19.110
Pagamento de dividendos	0	0
Variação de passivos subordinados	-309.709	-307.990
Reservas	105.534	-181.839
Caixa líquida de atividades de financiamento	-201.215	-497.439
Aumento / (diminuição) de caixa e seus equivalentes	3.800.345	29.334.604
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	46.798.860	17.464.256
Caixa e seus equivalentes no fim do período	50.599.205	46.798.860

O Responsável pela Contabilidade

Vitor Bugido

O Conselho de Administração

[Assinaturas do Conselho de Administração]



CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, C.R.L.

Demonstrações do Rendimento Integral

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Montantes expressos em Euros)

	31-dez-2017	31-dez-2016 reexpresso
Resultado Individual	3.022.917	5.838.417
Reservas de reavaliação de ativos	14.817.068	-9.762.919
Reservas por impostos diferidos	-3.333.841	2.202.496
Reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda		
Impacto fiscal		
Pensões - regime transitório	0	-66.889
Outros movimentos:		
Ganhos e Perdas Actuais	105.534	-181.839
Total outro rendimento integral do exercício	11.588.761	-7.809.151
Rendimento integral individual	14.611.678	-1.970.734

O Responsável pela Contabilidade

Vitor Brígido

O Conselho de Administração



CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUA DE LEIRIA, C.R.L.

Demonstrações de Alterações no Capital Próprio

31 de dezembro de 2017

(Montantes expressos em Euros)

	Capital	Prémios de emissão	Reservas de reavaliação	Outras Reservas e resultados transitados			Resultado do exercício	Total
				Outras Reservas	Resultados transitados	Total		
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	41.067.195	0	6.032.847	22.095.767	-68.086	22.027.681	5.741.455	74.869.178
Aplicação de resultados do exercício de 2015								
Transferência para reservas				5.673.369	68.086	5.741.455	-5.741.455	0
Incorporação em capital						0		0
Aumento de capital por entrada de novos sócios	11.500							11.500
Pedidos de exoneração	-19.110							-19.110
Reembolsos de capital								
Reservas resultantes da valorização de ativos			-9.762.919					-9.762.919
Reservas por impostos diferidos			2.208.529		-6.033	-6.033		2.202.496
Reservas para Formação e Educação Cooperativa								
Reservas para Mutualismo								
Reserva Especial por Gratificação por Aplicação de Resultados								
Reserva para reforço de benefícios			-181.839					-181.839
Diferenças resultantes da alteração de políticas contabilísticas								
Responsabilidades com pensões					-2.951	-2.951		-2.951
Encargos com saúde					-63.938	-63.938		-63.938
Alteração de referencial contabilístico (Aviso 5/2015)					4.756.048	4.756.048		4.756.048
Resultado líquido do exercício de 2016							5.838.417	5.838.417
Saldos em 31 de Dezembro de 2016 (reexpresso)	41.059.585	0	-1.703.382	27.769.136	4.683.126	32.452.262	5.838.417	77.646.882
Aplicação de resultados do exercício de 2016								
Transferência para reservas				6.274.293	-435.876	5.838.417	-5.838.417	0
Incorporação em capital						0		0
Aumento de capital por entrada de novos sócios	23.500							23.500
Pedidos de exoneração	-20.540							-20.540
Reembolsos de capital								
Reservas resultantes da valorização de ativos			14.817.068					14.817.068
Reservas por impostos diferidos			-3.331.697		-2.144	-2.144		-3.333.841
Reservas para Formação e Educação Cooperativa								
Reservas para Mutualismo								
Reserva Especial por Gratificação por Aplicação de Resultados								
Reserva para reforço de benefícios			105.534					105.534
Diferenças resultantes da alteração de políticas contabilísticas								
Responsabilidades com pensões						0		0
Encargos com saúde						0		0
Alteração de referencial contabilístico (Aviso 5/2015)					508.798	508.798		508.798
Resultado líquido do exercício de 2017							3.022.917	3.022.917
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	41.062.545	0	9.887.523	34.043.429	4.753.904	38.797.333	3.022.917	92.770.318

O Responsável pela Contabilidade

Vitor Bugido

O Conselho de Administração

[Assinaturas do Conselho de Administração]



ANEXO I – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUA DE LEIRIA, C.R.L. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS – NIC EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa de Crédito Agrícola Mútua de Leiria (adiante apenas designada por "CCAML") foi constituída em 3 de janeiro de 1915, tem atualmente como âmbito de ação e atividade os concelhos de Leiria, Marinha Grande e Ourém, sendo a cobertura feita através de uma rede de quinze agências ligadas "on line" entre si e a sede.

A CCAML é uma instituição de crédito sob a forma de cooperativa de responsabilidade limitada que pratica as operações permitidas pelo Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (RJCAM), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/91, de 11 de janeiro, e alterado por vários diplomas subsequentes, tendo obtido autorização para a prática de operações de crédito com não associados, nos limites e condições previstos no n.º 2 do artigo 28.º do RJCAM, bem como operações de crédito com finalidades distintas das previstas no artigo 27.º e com os limites estabelecidos no n.º 6 do artigo 36.º-A do mesmo RJCAM.

NOTA 1 – BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A) Bases de Apresentação

Os valores apresentados estão expressos em euros.

Em 30 de dezembro de 2015, foi publicado o Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2015, que veio revogar os Avisos do Banco de Portugal n.ºs 1/2005 e 3/95, estendendo a aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) a todas as entidades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal, a partir de 1 de janeiro de 2016.

Contudo, o Banco de Portugal autorizou esta CCAML a aplicar o regime transitório previsto no Artigo 3.º do referido Aviso n.º 5/2015, permitindo que até 31 de dezembro de 2016 a CCAML elaborasse as suas demonstrações financeiras em base individual, de acordo com as normas de contabilidade que lhe eram aplicáveis em 31 de dezembro de 2015, nos termos em que vigoravam nessa data.

Assim, até 31 de dezembro de 2016, a elaboração das demonstrações financeiras da CCAML obedeceram aos princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal, no Aviso n.º 1/2005, de 28 de fevereiro (revogado pela publicação do Aviso n.º 5/2015). As NCA correspondiam genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro com as seguintes exceções:

- a) Valorimetria do crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (crédito e contas a receber) – os créditos apenas poderiam estar registados pelo seu valor nominal, não podendo ser classificados em outras categorias de ativos financeiros;
- b) Provisionamento do crédito e valores a receber – encontravam-se definidos níveis mínimos de provisionamento de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95, com as alterações introduzidas pelos Avisos n.º 8/03 e n.º 3/05 do Banco de Portugal. Este normativo abrangia também o provisionamento de responsabilidades representadas por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga;



c) Os ativos tangíveis deveriam obrigatoriamente ser mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o seu registo pelo justo valor, conforme permitido pela Norma IAS 16 – Ativos fixos tangíveis. Como exceção, era permitido o registo de reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que os ajustamentos de valor daí resultantes seriam registados em sub-rubrica apropriada da conta “Reservas de reavaliação legais”.

No exercício de 2017, por determinação do Aviso n.º 5/2015, no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002, de 19 de julho e na Diretiva n.º 2003/51/CE, de 18 de junho, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro, as demonstrações financeiras da CCAML passaram a ser preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), tal como adotadas na União Europeia.

O impacto patrimonial resultante desta alteração normativa é apresentado em maior detalhe no ponto que se segue.

Alteração de referencial contabilístico – revogação do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, e aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia

Em resultado da aplicação do Aviso n.º 5/2015, do Banco de Portugal, a CCAML incorporou na preparação das suas demonstrações financeiras as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia na sequência do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho.

Considerando a estrutura conceptual e regulatória do normativo em vigor até 31 de dezembro de 2016 (Normas de Contabilidade Ajustadas), assim como as políticas contabilísticas então aplicadas, os impactos desta alteração centram-se na aplicação dos preceitos da IAS 39 na determinação de perdas por imparidade em créditos e outros valores a receber.

A referida alteração do referencial contabilístico é apresentada para efeitos comparativos no ano de 2016, obrigando à reexpressão de algumas rubricas das demonstrações financeiras, sendo a totalidade do efeito da adoção das NIRF reconhecido em capitais próprios, conforme detalhe seguinte:

	31-12-2016
Capital próprio antes da alteração do referencial contabilístico	73.399.632
Impacto em resultados transitados da adoção da IAS 39 no cálculo da imparidade para crédito e outros valores a receber	4.749.216
Impacto em resultados transitados da adoção da IAS 39 na mensuração do crédito e outros valores a receber	6.832
Impacto em resultados do exercício da adoção da IAS 39 nos impostos diferidos (efeito fiscal)	-508.798
Capital próprio após da alteração do referencial contabilístico (reexpresso)	77.646.882



Para uma melhor compreensão do impacto da reexpressão das contas de 2016, apresentam-se de seguida as demonstrações financeiras desse ano, que foram aprovadas em Assembleia Geral, bem como as variações decorrentes da alteração do referencial contabilístico devido à aplicação do Aviso n.º 5/2015, do Banco de Portugal:

BALANÇO

	31-12-2016	31-12-2016 reexpresso	Variação
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6.635.683	6.635.683	0
Disponibilidades em outras instituições de crédito	40.163.177	40.163.177	0
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	18	18	0
Activos financeiros disponíveis para venda	175.804.016	175.804.016	0
Aplicações em instituições de crédito	47.590.786	47.590.786	0
Crédito a clientes	118.126.869	121.743.426	3.616.557
Investimentos detidos até à maturidade	90.808.600	90.808.600	0
Activos não correntes detidos para venda	5.162.368	5.162.368	0
Outros activos tangíveis	10.777.089	10.777.089	0
Activos intangíveis	6.548	6.548	0
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	2.500	2.500	0
Activos por impostos diferidos	3.465.614	2.956.816	-508.798
Outros activos	1.963.627	1.963.627	0
Total de Ativo	500.506.895	503.614.654	3.107.759
Passivo			
Recursos de outras instituições de crédito	50.400	50.400	0
Recursos de clientes e outros empréstimos	413.476.659	413.476.659	0
Provisões	1.378.200	238.709	-1.139.491
Passivos por impostos correntes	521.732	521.732	0
Passivos por impostos diferidos	535.486	535.486	0
Instrumentos representativos de capital	3.696.089	3.696.089	0
Outros passivos	7.448.697	7.448.697	0
Total de Passivo	427.107.263	425.967.772	-1.139.491
Capital			
Capital	41.059.585	41.059.585	0
Reservas de reavaliação	-1.703.382	-1.703.382	0
Outras reservas e resultados transitados	27.696.214	32.452.262	4.756.048
Resultado do exercício	6.347.215	5.838.417	-508.798
Total de Capital	73.399.632	77.646.882	4.247.250
Total de Passivo e Capital	500.506.895	503.614.654	3.107.759



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	31-12-2016	31-12-2016 reexpresso	Variação
Juros e rendimentos similares	14.696.645	14.696.645	0
Juros e encargos similares	1.745.058	1.745.058	0
Margem financeira	12.951.587	12.951.587	0
Rendimentos de instrumentos de capital	51.632	51.632	0
Rendimentos de serviços e comissões	1.188.733	1.188.733	0
Encargos com serviços e comissões	275.759	275.759	0
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)	1.588.553	1.588.553	0
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	9.451	9.451	0
Resultados de alienação de outros activos	64.918	64.918	0
Outros resultados de exploração	344.305	344.305	0
Produto bancário	15.923.420	15.923.420	0
Custos com pessoal	4.529.847	4.529.847	0
Gastos gerais administrativos	1.947.699	1.947.699	0
Amortizações do exercício	350.473	350.473	0
Provisões líquidas de reposições e anulações	-31.338	-31.338	0
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	150.432	150.432	0
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	563.590	563.590	0
Resultado antes de impostos	8.412.717	8.412.717	0
Impostos Correntes	2.193.670	2.193.670	0
Impostos Diferidos	-128.168	380.630	508.798

Adoção de novas normas emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB), conforme adotadas pela União Europeia, com impacto na CCAML

IFRS 9 – "Instrumentos financeiros" (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014) – Este normativo foi adotado pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016 e tem como objetivo a substituição do atual texto da IAS 39 – "Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração". São introduzidas alterações aos atuais critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros, registo de imparidade, aplicação de contabilidade de cobertura (excluindo macro hedging), e desreconhecimento de instrumentos financeiros. Este normativo é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018.

B) Principais Políticas Contabilísticas

B1 - CRÉDITO A CLIENTES

Entende-se por crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (crédito e contas a receber) os ativos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor, abrangendo a atividade típica da concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da atividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O reconhecimento dos juros e comissões é efetuado pelo método da taxa efetiva.

A anulação contabilística de créditos é feita por utilização das imparidades para crédito vencido quando estas correspondam a 100% do valor do crédito.



Imparidade

A metodologia de cálculo da imparidade resulta da adoção dos requisitos e das linhas orientadoras previstos nos regulamentos aplicáveis, nomeadamente da Norma IAS 39 – Instrumentos financeiros - Reconhecimento e mensuração, da Instrução n.º 5/2013, do Banco de Portugal, sobre a imparidade da carteira de crédito e da Carta Circular n.º 02/2014/DSP, do Banco de Portugal, sobre critérios de referência para a mensuração da imparidade da carteira de crédito.

O cálculo das perdas por imparidade da carteira de crédito é baseado em estimativas determinadas por julgamentos sobre dados históricos, factos e circunstâncias numa determinada data, efetuado de forma sistematizada conforme previsto no modelo de imparidade estabelecido.

O modelo de imparidade está suportado numa estrutura de governação interna devidamente documentada e aprovada pelo Conselho de Administração, de forma a assegurar uma adequada independência e segregação de funções. São estabelecidas políticas e procedimentos que servem de base à sistematização do processo de quantificação da imparidade e à validação dos seus pressupostos.

O modelo de imparidade faz uma divisão da carteira de crédito entre clientes com responsabilidade mais significativa (sujeitos a análise individual) e restante exposição analisada coletivamente, incidindo uma metodologia própria sobre cada um destes dois segmentos.

No que respeita à análise individual são estabelecidos critérios de segmentação, com base na significância da sua responsabilidade total perante a Instituição, determinando-se a imparidade em função da capacidade de reembolso do mutuário e/ou respetivas garantias, aplicando-se os critérios de referência da Carta Circular n.º 02/2014/DSP.

No que respeita à análise coletiva a metodologia de avaliação das exposições está suportada no apuramento de parâmetros de risco, obtidos em resultado da observação dos dados históricos, nomeadamente: Probabilidade de Indício (PI), Probabilidade de "Default" condicionada à existência de indícios de imparidade (PDC), Probabilidade de Default Direta (PDD), Perda dado o Incumprimento (LGD) e de Exposição (EAD).

Relativamente à exposição extrapatrimonial, nomeadamente as Garantias Bancárias Prestadas (técnicas ou financeiras) e as linhas de crédito contratadas e irrevogáveis, pela ausência de dados históricos, são seguidos os critérios definidos no Anexo V da Carta Circular n.º 02/2014/DSP. São adotados os Fatores de Conversão de Crédito (FCC), para converter as posições em valores de responsabilidades, utilizados para as garantias técnicas e para as garantias financeiras e compromissos de crédito irrevogáveis.

Para que o modelo de imparidade tenha a maior adequação possível ao contexto económico e ao comportamento da carteira de crédito, é efetuada uma revisão mensal da estimativa da imparidade, suportada na revisão trimestral da imparidade de clientes de análise individual e na revisão semestral e anual dos fatores de risco que incidem sobre a restante exposição tratada coletivamente.

A informação mais detalhada, relativa à mensuração da imparidade da carteira de crédito e respetivas divulgações, em conformidade com a Carta-Circular n.º 2/2014/DSP do Banco de Portugal, é apresentada em capítulo autónomo.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As garantias prestadas emitidas pela CCAML, são passivos eventuais uma vez que garantem o cumprimento perante terceiros das obrigações dos seus clientes no caso de estes falharem os compromissos assumidos.

Os compromissos irrevogáveis, na generalidade, são acordos contratuais de curto prazo para utilização de linhas de crédito que geralmente têm associados prazos fixos, ou outras cláusulas de expiração, e requerem o pagamento de uma comissão. Os compromissos da CCAML com linhas de crédito estão na sua maioria condicionados à manutenção pelo cliente de determinados parâmetros, à data de utilização dessa facilidade.



As garantias prestadas e os compromissos irrevogáveis são reconhecidos pelo valor em risco, sendo as comissões ou juros associados a estas operações, registados em resultados ao longo da sua vida.

B2 - ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no Balanço na data de negociação ou contratação, salvo exceções de carácter contratual, legal ou regulamentar.

No momento inicial são reconhecidos ao justo valor acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis, com exceção dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, em que os custos de transação são de imediato reconhecidos em resultados.

B2.1 - ATIVOS FINANCEIROS DE NEGOCIAÇÃO OU RECONHECIDOS AO JUSTO VALOR EM RESULTADOS E PASSIVOS FINANCEIROS DE NEGOCIAÇÃO

Estas rubricas incluem os ativos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

A CCAML regista nesta rubrica os títulos de rendimento fixo ou de rendimento variável transacionados em mercados ativos classificados como de negociação.

Estes ativos e passivos financeiros são avaliados ao justo valor, com os custos e proveitos associados às transações, registados em resultados; os ganhos e perdas resultantes das alterações do justo valor são reconhecidos em resultados.

Os juros corridos e não cobrados das obrigações e outros títulos de rendimento fixo são reconhecidos no valor de Balanço.

B2.2 - ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica inclui os ativos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou ativos financeiros pelo justo valor através da conta de resultados (i.e. instrumentos financeiros de negociação).

A CCAML regista nesta rubrica os títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação ou de crédito e os títulos de rendimento variável disponíveis para venda.

Os ativos classificados como disponíveis para venda são avaliados ao justo valor, os respetivos ganhos e perdas são reconhecidos diretamente nos capitais próprios na rubrica "reservas de reavaliação de justo valor" (exceto no caso de perdas de imparidade) até que o ativo seja vendido. Nesse momento o ganho ou perda anteriormente reconhecida no capital próprio é revertido para resultados.

Os juros corridos de obrigações e de outros títulos de rendimento fixo são registados em resultados à taxa de juro nominal.



B2.3 – INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta categoria inclui os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada, que uma entidade tem a intenção positiva e a capacidade de deter até à maturidade, sendo mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo.

O custo amortizado de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro é a quantia pela qual o ativo financeiro ou o passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa usando o método do juro efetivo de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade, e menos qualquer redução (diretamente ou por meio do uso de uma conta de abatimento) quanto à imparidade ou incobrabilidade.

Os ativos financeiros não devem ser classificados como detidos até à maturidade se a entidade tiver, durante o ano financeiro corrente ou durante os dois anos financeiros precedentes, vendido ou reclassificado mais do que uma quantia insignificante de investimentos detidos até à maturidade antes da maturidade (mais do que insignificante em relação à quantia total dos investimentos detidos até à maturidade) que não seja por vendas ou reclassificações que:

- i) estejam tão próximas da maturidade ou da data de compra do ativo financeiro (por exemplo, menos de três meses antes da maturidade) que as alterações na taxa de juro do mercado não teriam um efeito significativo no justo valor do ativo financeiro;
- ii) ocorram depois de se ter substancialmente recebido todo o capital original do ativo financeiro através de pagamentos escalonados ou de pré-pagamentos;
- iii) sejam atribuíveis a um acontecimento isolado que esteja fora do controlo da entidade, não seja recorrente e não pudesse ter sido razoavelmente previsto.

B3 - ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os ativos não correntes detidos para venda são aqui classificados quando se prevê que o seu valor de Balanço seja recuperado através de alienação. A sua valorização deve ser efetuada ao menor dos valores entre o custo de aquisição e o valor de avaliação periódica; caso exista uma perda por imparidade, na avaliação inicial ou subsequente esta deve ser registada em resultados. As mais-valias potenciais não são reconhecidas no Balanço. Estes ativos não são objecto de qualquer amortização.

Esta rubrica inclui imóveis, equipamento e outros bens recebidos em dação em cumprimento que passaram à posse da CCAML para regularização de crédito concedido.

B4 - ATIVOS TANGÍVEIS

Os ativos tangíveis são registados ao custo de aquisição e subsequentemente, caso exista uma perda por imparidade esta é registada em resultados. As respetivas depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, aplicada ao custo histórico, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, de acordo com os seguintes períodos, que se considera não diferirem substancialmente da vida útil estimada dos bens:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis	50
Beneficiações em imóveis arrendados	10
Equipamento informático e de escritório	3 a 10
Mobiliário e instalações interiores	6 a 12
Viaturas	4



B5 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são compostos, essencialmente, por aquisição de software (sistemas de tratamento automático de dados) e outros ativos intangíveis, cujo impacto se repercute para além do exercício em que são gerados. Estes ativos são amortizados no período de 3 anos pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com o critério fiscal aplicável.

B6 - OUTROS ATIVOS

Esta rubrica residual inclui todos os ativos não enquadrados em outras rubricas, não existindo uma valorimetria específica; é observado o princípio definido na Instrução n.º 7/2005 de que os ativos não financeiros estão em imparidade quando a sua quantia escriturada excede a quantia recuperável.

B7 - DEPÓSITOS E OUTROS RECURSOS

Os depósitos e recursos financeiros de clientes e instituições de crédito são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

A taxa de juro efetiva resulta do desconto dos pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do passivo financeiro para o valor líquido atual de Balanço. O cálculo inclui as comissões consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios ou descontos diretamente relacionados com a transação.

As comissões e outros ganhos e perdas associadas aos depósitos e outros recursos, por se considerarem imateriais, são diretamente reconhecidas em resultados do exercício.

B8 - PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS

Esta rubrica inclui as provisões constituídas para fazer face a outros riscos específicos, nomeadamente, processos judiciais e outras perdas expectáveis decorrentes da atividade. O seu reconhecimento efetua-se sempre que exista uma obrigação presente, legal ou construtiva, seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

B9 - IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

O encargo do exercício com impostos sobre os lucros, para a CCAML, é calculado tendo em consideração o disposto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e os incentivos e benefícios fiscais aplicáveis à Instituição.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no Balanço e a sua base tributável.

Os prejuízos fiscais reportáveis e os créditos fiscais são também registados como ativos por impostos diferidos.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos até ao montante em que seja expectável existirem lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis.



O imposto corrente ou imposto diferido deve ser debitado ou creditado diretamente ao capital próprio se o imposto se relacionar com itens que sejam creditados ou debitados, no mesmo ou num diferente período, também diretamente ao capital próprio. Foi adotado este reconhecimento relativamente aos títulos de dívida pública classificados como ativos financeiros disponíveis para venda.

As Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da CCAML durante um período de quatro anos, podendo por isso resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios ainda suscetíveis de revisão.

B10 - RESPONSABILIDADE COM PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

B10.1 - FUNDO DE PENSÕES

Face às responsabilidades assumidas para com os seus funcionários, a CCAML aderiu ao *Fundo de Pensões do Crédito Agrícola Mútuo* que se destina a financiar os complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez e pensões de viuvez e orfandade efetuadas pela Segurança Social, relativamente à totalidade do seu pessoal abrangido pelo Acordo Coletivo de Trabalho das *Instituições de Crédito Agrícola Mútuo (ACT)*, sendo esses complementos calculados, por referência ao ACT, de acordo com:

- (i) a pensão garantida à idade presumível de reforma;
- (ii) o coeficiente entre o número de anos de serviço prestados até à data do cálculo;
- (iii) o número total de anos de serviço à data de reforma.

A partir do exercício de 2008, inclusive, o financiamento das responsabilidades com o SAMS passou também a ser assegurado pelo Fundo de Pensões.

Em 1 de janeiro de 2013 entraram em vigor as alterações à norma "IAS 19 - Benefícios aos empregados", decorrentes da revisão de 2011. Esta revisão introduz diferenças significativas no reconhecimento e mensuração dos gastos com benefícios definidos e benefícios de cessação de emprego, bem como nas divulgações a efetuar. Relativamente ao reconhecimento, as principais alterações são:

- a) Eliminação da possibilidade de reconhecimento diferido dos ganhos e perdas atuariais, ou seja, da utilização do método do corredor. Os ganhos e perdas atuariais passam a ser totalmente reconhecidos em "outro rendimento integral" no ano em que ocorrem;
- b) Eliminação do conceito "retorno esperado dos ativos".

O valor global das *responsabilidades com pensões e outros benefícios*, encontra-se, consoante a respetiva natureza, registado em Outros Passivos ou em Outros Ativos. O valor correspondente ao exercício de 2017, no montante de 12.361 euros, por ter natureza devedora, é apresentado na rubrica Outros Ativos.

Nos termos do n.º 1 do n.º 11.º do Aviso n.º 12/2001, as instituições de crédito devem divulgar em nota adequada do anexo às contas, diversa informação relativa às responsabilidades com pensões de reforma e de sobrevivência, a qual será detalhada mais adiante na Nota 25.

B10.2 – PRÉMIOS DE ANTIGUIDADE

Nos termos do ACT a CCAML assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados no ativo, que completem os quinze, vinte e cinco e trinta anos de serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respetivamente, a um, dois e três meses de remuneração mensal no ano de atribuição.



De acordo com a Carta Circular 12/06/DSBDR de 20 de janeiro de 2006, a CCAML reconheceu em Outros Passivos, aquelas responsabilidades (ver Nota 29). O decréscimo do exercício, no montante de 25.923 euros, foi apurado com base nos critérios utilizados pelo Crédito Agrícola. No mesmo período, foi colocado à disposição dos beneficiários o total de 46.983 euros.

B10.3 – ENCARGOS COM O SAMS

Conforme já foi referido, a partir do exercício de 2008, inclusive, o financiamento das responsabilidades com o SAMS passou a ser assegurado pelo Fundo de Pensões do Crédito Agrícola, tendo-se procedido à reclassificação dessas responsabilidades. No final do ano de 2008, o Banco de Portugal emitiu um novo aviso (Aviso n.º 7/2008), no qual permite diferir os impactos decorrentes da transição para a IAS 19, por um período adicional de três anos face ao período estipulado inicialmente. Assim, o montante de 575.450 euros, que em 31-12-2007 ainda estava por reconhecer em resultados transitados, foi imputado ao longo de nove anos, tendo terminado no final do exercício de 2016 o diferimento total do impacto da transição.

B11 – CAPITAL

Nos termos do art.º 14.º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (RJCAM) o Capital Social das CCAM é variável, não podendo ser inferior a um mínimo fixado por portaria do Ministério das Finanças (i.e. € 7.500.000); prevê ainda no art.º 15.º um capital mínimo a subscrever em títulos de capital por cada associado (i.e. € 500).

O capital pode ser reduzido por amortização dos títulos de capital nos termos do art.º 17.º do RJCAM e restantes condições estatutárias.

Sempre que existam títulos de capital “extraordinário”, o montante total destes títulos é reclassificado para a respetiva rubrica de Passivo, “Instrumentos representativos de capital”.

B12 - FUNDO DE GARANTIA DE DEPÓSITOS

A CCAML aderiu ao *Fundo de Garantia de Depósitos*, que foi constituído em novembro de 1994 com o objetivo de garantir o reembolso de depósitos constituídos nas instituições de crédito aderentes.

O limite do compromisso irrevogável de pagamento (montante “até ao qual as instituições de crédito participantes podem substituir o pagamento da referida contribuição pelo compromisso irrevogável de o efetuarem em qualquer momento em que o Fundo o solicite, no todo ou em parte”) a aplicar naquela contribuição anual foi fixado em 0% para o exercício de 2017, tal como já tinha sido em 2016, não sendo possível a substituição da contribuição anual pelo compromisso irrevogável de pagamento.

Em 2017, a taxa contributiva de base aplicável é de 0,00014% (0,0001% em 2016), sendo a respetiva contribuição paga, de 408 euros, reconhecida em custos de forma linear ao longo do exercício.

Em 31 de dezembro de 2017, para garantir o eventual pagamento destas responsabilidades, a CCAML tinha dado em penhor 700.000 euros em OT 4,45% – Junho 2008-2018 e 900.000 euros em OT 3,85% – Abril 2005-2021, para caução do compromisso irrevogável de pagamento de contribuições relativas aos contratos celebrados com o referido Fundo de Garantia de Depósitos.



B13 - FUNDO DE RESOLUÇÃO

O Decreto-Lei nº 31-A/2012, introduziu um novo paradigma no regime de saneamento consagrado no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) introduzindo medidas que visam recuperar uma instituição que se encontre em desequilíbrio financeiro ou, caso tal se revele inviável, preparar a sua liquidação ordenada com salvaguarda do interesse público e manutenção da estabilidade financeira – neste último caso, denominadas de medidas de resolução.

O referido Decreto-Lei estabelece a criação de um Fundo de Resolução, cujo objeto consiste, precisamente, em prestar apoio financeiro à aplicação de medidas de resolução.

De acordo com o regime jurídico da resolução, a participação no Fundo de Resolução é obrigatória no caso das instituições de crédito com sede em Portugal, ficando as mesmas instituições de crédito abrangidas por diversas obrigações de reporte ao Banco de Portugal.

O Fundo de Resolução é financiado pelas instituições financeiras, nomeadamente por via de contribuições iniciais e periódicas das instituições participantes e pela afetação ao Fundo das receitas provenientes da contribuição sobre o setor bancário, para além de outros meios de financiamento complementares.

Conforme o estabelecido no Decreto-Lei n.º 24/2013, no exercício de 2013 a CCAML entregou ao Fundo de Resolução uma contribuição inicial no montante de 5.000 euros.

Em relação à contribuição periódica, a taxa base aplicável em 2017 é de 0,0291% (0,020% em 2016), sendo a respetiva contribuição paga, de 10.782 euros.

B14 - ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

A CCAML segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no que se refere ao reconhecimento contabilístico dos juros das operações ativas e passivas que são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou cobrança.

B15 – OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

A compra e a venda de notas e moedas estrangeiras são convertidas para euros com base na taxa de câmbio no dia da operação; as existências no final do ano foram convertidas para euros com base no câmbio médio à vista de referência à data de 31 de dezembro de 2017, divulgados pelo Banco Central Europeu e pelo *Banco de Portugal*. As restantes operações em moeda estrangeira, são realizadas por uma instituição bancária em regime de comissão (prestação de serviços).

B16 – PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS FILIAIS E ASSOCIADAS

As participações financeiras podem ser consideradas empresas filiais, sempre que a CCAML detém o controlo ou o poder para o controlo da gestão da entidade, ou empresas associadas, aquelas em que a CCAML exerce direta ou indiretamente uma influência significativa sobre a sua gestão mas não detém o controlo da empresa. Presume-se que existe influência significativa quando a participação no capital é igual ou superior a 20%.



B17 – CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, a CCAML considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas de “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

NOTA 2 – MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2017	31-12-2016
Juros e Rendimentos Similares		
Juros de disponibilidades em Bancos Centrais	0	349
Juros de disponibilidades e aplicações em Instituições Financeiras	310,421	325,420
Juros de Crédito	3,570,861	3,734,962
Juros de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	4,528,473	5,253,734
Juros de Investimentos Detidos Até à Maturidade	5,100,827	4,229,458
Outros Juros e Rendimentos Similares	1,154,457	1,152,722
Comissões s/ Crédito Associadas ao Custo Amortizado	153,680	0
	14,818,719	14,696,645
Juros e Encargos Similares		
Juros de Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito	0	16
Juros de Depósitos de Clientes	1,712,261	1,679,498
Outros Juros e Encargos Similares	706,906	65,544
	2,419,167	1,745,058
Margem Financeira	12,399,552	12,951,587

NOTA 3 – RENDIMENTO DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2017	31-12-2016
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	37,756	51,632
	37,756	51,632



NOTA 4 – RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2017	31-12-2016
Rendimentos de Serviços e Comissões		
Por garantias prestadas	44.765	43.981
Por serviços bancários prestados	808.106	872.076
Por operações realizadas por conta de terceiros	291.821	271.093
Outras comissões recebidas	1.418	1.583
	1.146.110	1.188.733
Encargos com Serviços e Comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	281.303	260.656
Por operações realizadas por terceiros	0	0
Outras comissões pagas	4.829	15.103
	286.132	275.759

NOTA 5 – RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2017			31-12-2016		
	Proveitos	Custos	Resultado	Proveitos	Custos	Resultado
Instrumentos de Dívida						
De Dívida Pública						
Títulos de Dívida Pública	0	131,882	-131,882	1,711,634	123,081	1,588,553
	0	131,882	-131,882	1,711,634	123,081	1,588,553

NOTA 6 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2017			31-12-2016		
	Proveitos	Custos	Resultado	Proveitos	Custos	Resultado
Reavaliação Cambial						
Ganhos/Perdas Diferenças Cambiais	9,894	3,069	6,825	12,656	3,205	9,451
	9,894	3,069	6,825	12,656	3,205	9,451

**NOTA 7 – RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS**

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2017			31-12-2016		
	Proveitos	Custos	Resultado	Proveitos	Custos	Resultado
Alienação de Outros Ativos						
Ativos Não Correntes Detidos p/ Venda	13.190	0	13.190	38.140	0	38.140
Outros Ativos Tangíveis	157.336	4.885	152.451	26.778	0	26.778
	170.526	4.885	165.641	64.918	0	64.918

NOTA 8 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2017	31-12-2016
Outros Proveitos Operacionais		
Outros Ganhos e Rendimentos Operacionais		
Reembolso de Despesas	89,543	74,233
Recuperação de Créditos, Juros e Despesas	69,013	140,357
Rendimentos da Prestação de Serviços Diversos	27,345	26,586
Outros	255,354	347,514
	441,255	588,690
Outros Custos Operacionais		
Outras Perdas em Operações Financeiras	92	38
Impostos Diretos e Indiretos	79,834	63,177
Quotizações e Donativos	147,058	144,310
Contribuições para o FGD	408	272
Outros Encargos e Gastos Operacionais	51,534	36,588
	278,926	244,385
	162,329	344,305



NOTA 9 – CUSTOS COM O PESSOAL

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2017	31-12-2016
Vencimentos e Salários		
Remuneração Órgãos de Gestão e Fiscalização	450,913	458,797
Remuneração Empregados	3,110,685	3,060,105
Encargos Sociais Obrigatórios		
Segurança Social	743,252	730,498
SAMS	170,184	167,059
Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho	20	2
Fundo de Pensões	27,132	14,324
Outros Encargos Obrigatórios	30,507	29,711
Outros Custos com o Pessoal		
Serviços Clínicos	4,600	4,600
Contribuições para Associações de Empregados	18,500	18,500
Outros	45,880	46,251
	4,601,673	4,529,847

NOTA 10 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2017	31-12-2016
Água, Energia e Combustíveis	142.855	134.647
Material de Consumo Corrente	77.147	60.919
Publicações	3.119	3.214
Material de Higiene e Limpeza	2.916	2.718
Outros Fornecimentos de Terceiros	8.564	20.640
Rendas e Alugueres	15.300	15.276
Comunicações	185.665	191.443
Deslocações, Estadas e Representação	39.057	43.757
Publicidade e Edição de Publicações	26.358	25.876
Conservação e Reparação	140.289	145.505
Transportes	39.831	28.228
Formação de Pessoal	23.527	18.395
Seguros	34.403	34.515
Serviços Especializados		
Avenças e Honorários	40.248	33.200
Judiciais, Contencioso e Notariado	67.765	63.620
Informática	505.917	482.487
Segurança e Vigilância	29.646	30.168
Limpeza	78.501	80.583
Informações	0	0
Outros Serviços Especializados	248.671	278.761
Outros Serviços de Terceiros	309.706	253.747



NOTA 11 – PROVISÕES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES

Esta rubrica apresenta a decomposição seguinte:

	31-12-2017	31-12-2016
Dotações	28,033	68,116
Reversões	17,387	99,454
Saldo (Dotações - Reversões)	10,646	-31,338

NOTA 12 – IMPARIDADES/CORREÇÕES DE VALOR ASSOCIADAS AO CRÉDITO LÍQUIDAS DE REVERSÕES E RECUPERAÇÕES

O valor desta rubrica apresenta a seguinte variação:

	31-12-2017	31-12-2016
Dotações	5,371,792	1,109,442
Reversões	5,408,644	959,010
Saldo (Dotações - Reversões)	-36,852	150,432

NOTA 13 – IMPARIDADE DE OUTROS ATIVOS FINANCEIROS LÍQUIDA DE REVERSÕES E RECUPERAÇÕES

O valor desta rubrica decompõe-se como segue:

	31-12-2017	31-12-2016
Dotações	630,682	0
Reversões	0	0
Saldo (Dotações - Reversões)	630,682	0

NOTA 14 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2017	31-12-2016
Caixa	3,598,273	3,054,526
Depósitos à Ordem em Bancos Centrais		
Banco de Portugal	3,836,627	3,581,157
	7,434,900	6,635,683

A rubrica Depósitos à Ordem em Bancos Centrais – Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm por objetivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa.

**NOTA 15 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO**

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2017	31-12-2016
Disponibilidade em Outras Instituições de Crédito no País		
Depósitos à ordem	41,639,606	38,759,709
Cheques a Cobrar	1,524,699	1,403,468
	43,164,305	40,163,177

NOTA 16 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica é constituída por:

	31-12-2017	31-12-2016
Outros Ativos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados		
Títulos		
Unidades de Participação - Fundo de Compensação do Trabalho	264	18
	264	18

NOTA 17 – ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2017						
	Valor Nominal	Valor Mercado	Juros corridos	Reserva de Justo Valor		Imparidade	Valor Balanço
				Positiva	Negativa		
Instrumentos de Dívida							
De Dívida Pública							
Títulos de Dívida Pública	116,421,717	127,355,387	1,150,478	11,592,852			128,505,865
Instrumentos de Capital							
Participações Financeiras							
Ações	50,125	581,980				630,682	581,980
Outras							
	116,471,842	127,937,367	1,150,478	11,592,852	0	630,682	129,087,845



	31-12-2016						
	Valor Nominal	Valor Mercado	Juros corridos	Reserva de Justo Valor		Imparidade	Valor Balanço
				Positiva	Negativa		
Instrumentos de Dívida							
De Dívida Pública							
Títulos de Dívida Pública	172,171,717	172,628,861	1,962,493	2,269,979	4,911,909		174,591,354
Instrumentos de Capital							
Participações Financeiras							
Ações	50,125	1,212,662					1,212,662
Outras							
	172,221,842	173,841,523	1,962,493	2,269,979	4,911,909	0	175,804,016

A rubrica Instrumentos de Capital inclui a participação financeira na SIBS, SGPS, S.A. (0,203%), no montante de 580.000 euros (1.210.682 euros em 2016). Em 2017 foi registada uma perda por imparidade na nossa participação na referida sociedade, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o valor praticado na última cedência direta de ações verificada nesse ano.

NOTA 18 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2017	31-12-2016
Aplicações em Instituições de Crédito no País		
Depósitos	64,850,500	47,528,100
Juros e Rendimentos Similares		
Juros de Aplicações em Instituições de Crédito	34,944	62,686
	64,885,444	47,590,786



NOTA 19 – CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2017	31-12-2016
Crédito Interno + Juros + Comissões Custo Amor		
Empresas e Administrações Públicas		
Desconto e Outros Créditos Titulados Por Efeitos	300.520	243.030
Empréstimos	47.707.399	42.438.520
Créditos em Conta Corrente	9.609.816	12.238.217
Descobertos em Depósitos à Ordem	3.170	5.473
Particulares		
Habitação	41.080.365	40.608.362
Consumo	4.322.463	4.013.258
Outras Finalidades		
Desconto e Outros Créditos Titulados Por Efeitos	183.092	167.497
Empréstimos	14.139.312	13.950.624
Créditos em Conta Corrente	1.245.319	1.745.066
Descobertos em Depósitos à Ordem	4.779	3.414
	118.596.235	115.413.461
Crédito e Juros Vencidos		
Empresas e Administrações Públicas	9.000.596	12.677.654
Particulares		
Habitação	894.943	862.553
Consumo	242.804	272.134
Outras Finalidades	2.905.588	3.340.634
Juros Vencidos a Regularizar	2.613	8.646
	13.046.544	17.161.621
Imparidade/Provisões Acumuladas		
Para Crédito a Clientes/Cobrança Duvidosa	-2.219.824	-947.367
Para Crédito e Juros Vencidos	-7.976.245	-9.884.289
	-10.196.069	-10.831.656
	121.446.710	121.743.426

Os movimentos ocorridos na imparidade para crédito a clientes e para crédito e juros vencidos, foram os seguintes:

	31-12-2017	31-12-2016
Saldo Inicial	10.831.656	14.290.949
Regularizações/Transferências (Aviso 5/2015)	0	-3.609.725
Dotações	5.371.792	1.109.442
Utilizações	598.735	0
Reversões	5.408.644	959.010
Saldo Final	10.196.069	10.831.656

NOTA 20 – INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ A MATURIDADE

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

31-12-2017							
	Valor Nominal	Valor Aquis. Ajustado	Juros corridos	Desconto Imputado	Prémio Imputado	Imparidade	Valor Balanço
Instrumentos de Dívida							
De Dívida Pública							
Títulos de Dívida Pública	168,250,000	177,172,409	4,215,444	3,990,416	662,488		181,387,853
	168,250,000	177,172,409	4,215,444	3,990,416	662,488	0	181,387,853

31-12-2016							
	Valor Nominal	Valor Aquis. Ajustado	Juros corridos	Desconto Imputado	Prémio Imputado	Imparidade	Valor Balanço
Instrumentos de Dívida							
De Dívida Pública							
Títulos de Dívida Pública	92,350,000	88,596,016	2,212,584	3,348,938	74,088		90,808,600
	92,350,000	88,596,016	2,212,584	3,348,938	74,088	0	90,808,600

NOTA 21 – ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2017	31-12-2016
Ativos Não Correntes Detidos para Venda		
Imóveis	7.128.959	7.190.093
Outros Ativos	5.738	5.738
Provisões para Imparidade		
Ativos Tangíveis Não Correntes Detidos para Venda	-1.957.035	-2.033.463
	5.177.662	5.162.368

O movimento ocorrido na imparidade desta rubrica foi o seguinte:

	31-12-2017	31-12-2016
Saldo Inicial	2,033,463	1,771,250
Dotações	122,482	275,713
Utilizações	178,396	13,494
Reversões	20,514	6
Saldo Final	1,957,035	2,033,463



NOTA 22 – OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2017	31-12-2016
Imóveis		
De Serviço Próprio	13.486.672	13.691.118
Obras em Imóveis Arrendados	135.877	135.877
Equipamento		
Mobiliário e Material	906.235	904.076
Máquinas e Ferramentas	315.166	346.696
Equipamento Informático	2.361.094	2.389.997
Instalações Interiores	432.782	425.082
Material de Transporte	406.896	425.485
Equipamento de Segurança	482.473	476.608
Outro Equipamento	958	958
Outros Ativos Tangíveis		
Diversos	0	0
Património Artístico	99.238	96.738
Ativos Tangíveis em Curso		
Imóveis	0	137.432
Equipamento	0	0
	18.627.391	19.030.067
Amortizações Acumuladas		
Imóveis	-3.345.355	-3.200.063
Equipamento	-4.626.388	-4.687.444
Outros Ativos Tangíveis	-85.023	-77.588
	-8.056.766	-7.965.095
Imparidade/Provisões para Imparidade		
Imóveis	-287.883	-287.883
	-287.883	-287.883
	10.282.742	10.777.089



O movimento desta rubrica foi o seguinte:

	Imóveis	Equipamento	Outros Ativos Tangíveis	Ativos Tangíveis em Curso	Total
Saldo Líquido a 31-Dez-2016	10,339,050	281,457	19,150	137,432	10,777,089
Compras		150,113	2,500	2,597	155,210
Abates (Líquido)	115,854	4,899		137,432	258,185
Transferências		2,597		-2,597	0
Amortizações do Exercício	233,885	150,052	7,435		391,372
Perdas por Imparidade do Exercício	0				0
Saldo Líquido a 31-Dez-2017	9,989,311	279,216	14,215	0	10,282,742

NOTA 23 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	31-12-2017	31-12-2016
Outros Ativos Intangíveis		
Sistemas de Tratamento Automático de Dados	1,819,194	1,819,195
Outros Ativos Intangíveis	6,480	6,480
Ativos Intangíveis em Curso	6,548	6,548
	1,832,222	1,832,223
Amortizações Acumuladas		
Ativos Intangíveis	-1,825,675	-1,825,675
	-1,825,675	-1,825,675
	6,547	6,548

O movimento desta rubrica foi o seguinte:

	Sistemas de Tratamento Automático de Dados	Outros Ativos Intangíveis	Ativos Intangíveis em Curso	Total
Saldo Líquido a 31-Dez-2016	0	0	6,548	6,548
Compras				0
Abates (Líquido)				0
Transferências				
Regularizações			-1	-1
Amortizações do Exercício				0
Saldo Líquido a 31-Dez-2017	0	0	6,547	6,547



NOTA 24 – INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2017	31-12-2016
Investimentos em Associadas	1,250	1,250
Investimentos em Empreendimentos Conjuntos	1,250	1,250
	2,500	2,500

NOTA 25 – OUTROS ATIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2017	31-12-2016
Devedores e Outras Aplicações		
Aplicações Diversas	0	0
Devedores Diversos	389.504	385.906
Outros Ativos		
Outros Metais Preciosos, Numismática e Medalhística	0	0
Rendimentos a Receber		
Outros Rendimentos a Receber	2.787	2.757
Despesas com Encargo Diferido		
Outras Despesas com Encargo Diferido	72.201	73.411
Responsab. com Pensões e Outros Benefícios		
Resp. c/ Pensões Outros Benefícios (saldo devedor)	12.361	0
Outras Contas de Regularização		
Outras Operações a Regularizar	342.584	1.501.553
	819.437	1.963.627

O saldo global das responsabilidades com pensões e outros benefícios, por ter natureza devedora, é apresentado nesta rubrica, e resulta do valor patrimonial do fundo de pensões, de 1.834.871 euros, deduzido do valor das responsabilidades totais, no montante de 1.822.510 euros.

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência e respetivos encargos pós-reforma com o serviço de assistência médico-social (*SAMS*), apresentadas nesta rubrica, estão cobertas pelo Fundo de Pensões do Crédito Agrícola, do qual é Associada a CCAM de Leiria, e que se encontra sob a gestão da Crédito Agrícola Vida – Companhia de Seguros, S.A..

No final do exercício de 2008, as responsabilidades com cuidados médicos pós-emprego (*SAMS*) passaram a ser financiadas através do Fundo de Pensões. De acordo com a cláusula 116.^a do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), constituem contribuições obrigatórias das instituições de crédito para o *SAMS* a verba correspondente a 6,5% das pensões de reforma e sobrevivência, previstas no ACT independentemente das pensões recebidas de regimes de segurança social.

A avaliação atuarial contempla os trabalhadores no ativo, licenças sem vencimento, pré-reformados, reformados e pensionistas, e os benefícios a atribuir pelo Plano de Pensões, são os definidos no Acordo Coletivo de Trabalho das Instituições do Crédito Agrícola Mútuo (ICAM). De acordo com as Cláusulas 109.^o, 110.^o e 111.^o do ACT, os participantes ao abrigo deste Plano terão direito a uma pensão de invalidez ou velhice, em função do nível e diuturnidades, calculados e atualizados com base na totalidade do tempo de serviço prestado até à data do evento.



Em 31 de dezembro de 2017, a população da CCAM de Leiria, abrangida, distribuía-se de acordo com o seguinte quadro:

Trabalhadores no Ativo e Licenças sem Vencimento	
Número de participantes	102
Idade média	49,2
Antiguidade média na banca	23,6
Salário médio anual	29.657 €
Folha anual de salários	3.025.019 €
Reformados e Pensionistas	
Número de beneficiários	14
Idade média	69,8
Pensão média anual a cargo do Fundo	790 €

Na avaliação atuarial, foram considerados os seguintes pressupostos financeiros e demográficos:

Pressupostos Financeiros	
Taxa de crescimento salarial futura	1,40%
Taxa de crescimento do Salário Mínimo Nacional	2,50%
Taxa de desconto para trabalhadores no ativo e licenças sem vencimento com idade atuarial inferior a 55 anos	2,30%
Taxa de desconto para trabalhadores no ativo e licenças sem vencimento com idade atuarial igual ou superior a 55 anos	2,10%
Taxa de desconto para pré-reformados, reformados e pensionistas	1,75%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%
Taxa de revalorização de salários para a Seg. Social (n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 187/2007)	1,40%
Taxa de revalorização de salários para a Seg. Social (n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 187/2007)	1,40%
Pressupostos Demográficos	
Tábua de mortalidade	TV - 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80
Idade normal de reforma (conforme Decreto-Lei n.º 167-E/2013)	66 anos e 3 meses

O Decreto-Lei n.º 167-E/2013 e a Portaria n.º 378-G/2013, publicados em 31 de dezembro de 2013, vieram alterar a forma de determinação da idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral da Segurança Social. Foi fixada para 2014 e 2015 a idade normal de reforma de 66 anos, para 2016 a idade de 66 anos e 2 meses e futuramente a idade normal de reforma varia de acordo com a evolução da esperança média de vida aos 65 anos. Para efeito da presente avaliação atuarial, considerou-se que a esperança média de vida aos 65 anos aumenta um ano em cada período de dez anos. Assim, para 2017 a idade normal de reforma fixou-se nos 66 anos e 3 meses.

Na determinação da pensão da Segurança Social, tomou-se, como crescimento salarial para a carreira contributiva passada, o do Índice de Preços no Consumidor Sem Habitação.

Para estimação da pensão a cargo do Fundo, utilizou-se a tabela do ACT das Instituições do Crédito Agrícola, com as promoções obrigatórias por antiguidade, de acordo com a cláusula 15.^a do ACT, bem como as diuturnidades até à data de reforma, definidas na cláusula 81.^a do mesmo documento.

O método de cálculo utilizado para as responsabilidades com pensões diferidas de velhice e sobrevivência, foi o do *Projected Unit Credit*.



Em 31 de dezembro de 2017, o valor atual das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência e com o pagamento dos encargos pós-emprego com o SAMS na parte que cabe ao empregador (6,5% das pensões totais), referente aos trabalhadores no ativo e licenças sem vencimento foi o que seguidamente se indica:

Valor Atual das Responsabilidades em 31-12-2017	
Por Serviços Passados	1,456,203
Por Serviços Futuros	782,513
	2,238,716

Relativamente às responsabilidades com pensões em pagamento aos atuais reformados e pensionistas, o valor das responsabilidades totais, incluindo as responsabilidades com o pagamento dos encargos com o SAMS, ascendem a 366.309 euros.

Verificou-se um decréscimo anual de responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência e cuidados médicos pós-emprego referente a esta Caixa, conforme a seguir se apresenta:

Responsabilidades com Pensões de Reforma e Sobrevivência	
(+) Custo do serviço corrente	60,884
(+) Custo dos juros líquido "Net Interest"	2,094
(+/-) Ganhos e perdas atuariais	-117,040
(+) Acréscimos de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas	7,267
Decréscimo Anual de Responsabilidades	-46,795

Conforme referido no início, com a entrada em vigor das alterações à IAS 19, o ganho atuarial verificado neste exercício, no montante de 117.040 euros, foi totalmente reconhecido na rubrica do rendimento integral "reservas de reavaliação".

O movimento ocorrido durante o exercício de 2017 relativo ao valor atual das responsabilidades por serviços passados, foi o seguinte:

Responsabilidades Totais em 31-12-2016	1,847,665
(+) Custo do serviço corrente	60,884
(+) Custo dos juros	40,611
(+/-) Ganhos e perdas atuariais nas responsabilidades	-111,424
(+) Acréscimos de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas	7,267
(-) Pensões pagas pelo fundo de pensões	11,116
(-) SAMS pago pelo fundo de pensões	11,377
Responsabilidades Totais em 31-12-2017	1,822,510



Em relação à quota-parte do fundo de pensões referente à CCAM de Leiria, o movimento ocorrido durante o exercício de 2017, foi o que se indica a seguir:

Valor da quota-parte do fundo de pensões em 31-12-2016	1.781.624
(+) Contribuições efetuadas	43.113
Pela CCAM de Leiria	0
Pelos empregados	43.113
(+) Capitais recebidos de seguro	0
(+) Rendimento dos ativos do fundo de pensões (líquido)	44.133
(-) Prémios de seguros pagos	33.893
(+) Participação de resultados no seguro	22.387
(-) Pensões pagas pelo fundo de pensões	11.116
(-) SAMS pago pelo fundo de pensões	11.377
Valor da quota-parte do fundo de pensões em 31-12-2017	1.834.871

De acordo com o Aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal, que estabelece o nível mínimo de solvência (com os serviços passados de pessoal no ativo financiados a um nível mínimo de 95%, sem prejuízo do cumprimento dos níveis mínimos de solvência determinados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões), o valor atual das responsabilidades por serviços passados a reconhecer em 31 de dezembro de 2017, era de 1.749.702 euros.

Assim, nesta data e para os parâmetros em vigor, o nível de financiamento global da quota-parte desta Caixa cifra-se em 100,7% enquanto que o nível de financiamento de acordo com o Aviso n.º 12/2001 atinge os 104,9%.

NOTA 26 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	31-12-2017	31-12-2016
Recursos de Outras Instituições de Crédito		
Depósitos à Ordem	44,367	50,400
Depósitos a Prazo	0	0
Outros Recursos	0	0
	44,367	50,400

**NOTA 27 – RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS**

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2017	31-12-2016
Depósitos de Residentes		
Do Sector Público Administrativo		
Depósitos à Ordem	4,870,338	8,082,942
Depósitos a Prazo	6,009,090	5,559,979
De Emigrantes		
Depósitos à Ordem	1,411,166	1,151,563
Depósitos a Prazo	5,222,563	5,401,381
De Outros Residentes		
Depósitos à Ordem	139,945,699	115,488,944
Depósitos a Prazo	264,842,511	239,374,218
Depósitos de Poupança		
Poupança Reformados	28,564,681	29,707,177
Poupança Outros	412,154	328,300
Outros	8,326,478	8,347,324
Outros Recursos de Clientes		
Cheques e Ordens a Pagar	181,068	34,831
	459,785,748	413,476,659

NOTA 28 – PROVISÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	Provisões para Garantias	Provisões para Compromissos Assumidos	Total
Saldo a 31-Dez-2016	16.122	222.587	238.709
Dotações	3.456	24.577	28.033
Utilizações	0	0	0
Reversões	5.093	12.294	17.387
Saldo a 31-Dez-2017	14.485	234.870	249.355



NOTA 29 – OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2017	31-12-2016
Credores e Outros Recursos		
Recursos Diversos	1,854,061	1,822,999
Sector Público Administrativo	193,042	211,042
Cobranças por Conta de Terceiros	5,779	5,804
Contribuições para Outros Sistemas de Saúde	14,421	14,585
Credores Diversos	2,095,899	2,060,852
Responsabilidades com Pensões e Outros Benefícios		
Responsabilidades c/ Pensões e Outros Benefícios (saldo credor)	0	66,041
Receitas Com Rendimento Diferido		
Outras Receitas c/ Rendimento Diferido (s/ crédito)	3,602	3,084
Encargos a Pagar		
Outros Encargos a Pagar		
Por Gastos com Pessoal		
Rem. Órgãos Gestão e Fiscalização	77,208	76,677
Remunerações de Empregados	492,932	472,511
Outros Gastos c/ Pessoal - Prémios de Antiguidade	454,377	480,300
Outras Contas de Regularização		
Operações Passivas a Regularizar	185,322	164,161
Outras Operações a Regularizar	850,197	2,070,641
	6,226,840	7,448,697

Duas das componentes mais significativas desta rubrica são os Recursos Diversos e os Credores Diversos, e o seu elevado montante está relacionado com a aquisição de bens sitos em Paredes de Vitória, que eram de Soares & Barosa, Lda., no âmbito do processo de insolvência da referida sociedade, que se encontram registados na rubrica Ativos Não Correntes Detidos para Venda (Ver Nota 21), e a posterior celebração de contratos-promessa de compra e venda com os promitentes-compradores.

Assim, em 31-12-2017, nos Recursos Diversos está incluído o montante de 1.814.500 euros (1.814.500 euros também em 2016), referente a uma caução bancária a favor da Massa Insolvente de Soares & Barosa, Lda., em resultado da aquisição dos bens anteriormente referidos, que corresponde à parte do preço não depositada, por dispensa conforme despacho nos autos. Nos Credores Diversos está incluído o montante de 1.718.035 euros (1.718.035 euros também em 2016) referente a adiantamentos recebidos nos termos dos contratos-promessa de compra e venda relativos aos mesmos imóveis, já celebrados com os promitentes-compradores.



NOTA 30 – CAPITAL

Esta rubrica apresenta a seguinte variação:

	Incorporação de reservas	Entradas/Saídas de Sócios	Total
Saldo em 31-Dez-2015	40,000,000	1,067,195	41,067,195
Emissão de títulos de capital		11,500	11,500
Reembolso de títulos de capital		-19,110	-19,110
Saldo em 31-Dez-2016	40,000,000	1,059,585	41,059,585
Emissão de títulos de capital		23,500	23,500
Reembolso de títulos de capital		-20,540	-20,540
Saldo em 31-Dez-2017	40,000,000	1,062,545	41,062,545

O montante relativo às emissões de Capital Especial/Extraordinário, apresenta-se na rubrica do passivo "Instrumentos Representativos de Capital", sendo o seu valor nominal em 31-12-2017 de 3.361.185 euros, ascendendo os respetivos juros decorridos a 25.195 euros.

Em 31 de dezembro de 2017, o capital da *CCAM LEIRIA, C.R.L.* encontra-se disperso por 12.081 associados, não existindo nenhum associado a deter mais de 35.000 euros (7.000 títulos de capital) no capital da *CCAML*.

NOTA 31 – RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Reservas de Reavaliação						
	Reservas de Reavaliação ao Justo Valor	Outras Reservas Fundo de Pensões	Outras Reservas AFDPV Reclassificados em IDAM	Reservas de Reavaliação Legais	Reservas por Impostos Diferidos	Total
Saldo Final a 31-Dez-2016	-3,040,219	180,089	0	562,313	594,435	-1,703,382
Constituições	7,350,373	139,427	631,525	0	-2,241,179	5,880,146
Anulações	6,884,409	-33,893	-49,239	2,144	-1,092,662	5,710,759
Transferências	0	0	0	0	0	0
Saldo Final a 31-Dez-2017	11,194,563	285,623	582,286	564,457	-2,739,406	9,887,523

Outras Reservas						
	Reserva Legal	Reserva Especial	Reserva Especial Por Lucros Retidos e Reinvestidos	Reserva para Formação e Educação Cooperativa	Reserva para Mutualismo	Total
Saldo Final a 31-Dez-2016	25,700,000	18,136	2,000,000	22,000	29,000	27,769,136
Constituições	1,300,000	4,965,293	0	8,000	1,000	6,274,293
Anulações	0	0	0	0	0	0
Transferências	0	0	0	0	0	0
Saldo Final a 31-Dez-2017	27,000,000	4,983,429	2,000,000	30,000	30,000	34,043,429



Resultados Transitados	
Saldo Final a 31-Dez-2016	4.683.126
Cobertura do Saldo Negativo do Exercício Anterior através dos Resultados Líquidos	72.922
Regularização de Excedentes em Passivos por Impostos Diferidos	-2.144
Regularização de Excedentes em Ativos por Impostos Diferidos	0
Saldo Final a 31-Dez-2017	4.753.904

NOTA 32 – IMPOSTO CORRENTE SOBRE OS LUCROS

Em 31 de dezembro de 2017 o imposto corrente sobre os lucros e as correspondentes derramas, foram calculados de acordo com as disposições do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), o Estatuto dos Benefícios Fiscais, a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e outros incentivos e benefícios fiscais, na parte aplicável, apurando-se o montante de 2.289.274 euros, conforme detalhe seguinte:

	31-dez-17	31-dez-16
Lucro contabilístico antes de impostos	5,781,225	8,412,716
*Lucro tributável imputado por ACE	0	0
*Reintegrações e amortizações não aceites	18,459	8,962
*Provisões e imparidades não dedutíveis ou para além dos limites legais	8,062,018	1,418,027
*Donativos não previstos ou além dos limites legais	4,996	3,328
*Multas e penalidades	175	843
*Menos-valias contabilísticas	4,886	0
*Mais-valias fiscais	80,215	13,389
*40% aumento das reintegrações resultantes de reavaliações	9,962	10,233
*Correções relativas a exercícios anteriores	14,743	5,218
*Prémios de antiguidade (Art.º 18.º, n.º 12 e Art.º 23.º)	0	0
*Realizações de utilidade social não dedutíveis	19,865	0
*Gasto com reformas antecipadas (Art.º 18.º, n.º 12)	7,267	0
*Diferença positiva entre VPT definitivo do imóvel e o valor do contrato de venda	137,921	49,857
*Contribuição sobre o sector bancário (Art.º 45.º, n.º 1, alínea o))	50,944	42,410
*Variação patrimonial por reconhecimento ganhos e perdas atuariais em reservas	0	0
*Variação patrimonial referente Resp. c/ Fundo Pensões/SAMS (Art.º 43.º, n.º 13)	0	-188,863
*Prejuízo fiscal imputado por ACE	0	-45
*Redução de provisões e imparidades tributadas	-4,905,956	-834,865
*Mais-valias contabilísticas	-157,336	-26,778
*Menos-valias fiscais	0	0
*Diferença positiva entre o VPT definitivo do imóvel e o custo de aquisição	-87,634	-163,721
*Benefícios fiscais	-41,718	-41,496
*Prémios de antiguidade (Art.º 18.º, n.º 12 e Art.º 23.º)	-25,923	-40,339
*Alterações na mensuração de ativos (Art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL n.º 159/2009)	0	0
*Pagamento de reformas antecipadas/SAMS (Art.º 18.º, n.º 12 e Art.º 23.º)	0	0
Prejuízo fiscal (Regime Geral)	0	0
Lucro tributável (Regime Geral)	8,974,109	8,668,876
Prejuízos Fiscais Dedutíveis (Regime Geral)	0	0
Matéria coletável (Regime Geral - 1.º Escalão)	15,000	15,000
Matéria coletável (Regime Geral - 2.º Escalão)	8,959,109	8,653,876
Taxa normal de imposto sobre o lucro tributável - 1.º Escalão	17.00%	17.00%
Taxa normal de imposto sobre o lucro tributável - 2.º Escalão	21.00%	21.00%
Coleta	1,883,963	1,819,864
Deduções à coleta	0	0
Derrama municipal	131,868	127,590
Derrama estadual (Art.º 87.º - A)	253,705	238,444
Tributações autónomas	19,823	8,231
Estimativa de impostos sobre os lucros do exercício	2,289,359	2,194,129
Correções de impostos relativas a exercícios anteriores	-85	-459
Imposto Corrente sobre os Lucros	2,289,274	2,193,670
Retenções na fonte	14,836	18,235
Pagamentos por conta/adicionais por conta (Art.os 105.º e 105.º - A)	1,914,069	1,654,161
IRC a pagar / receber	360,454	521,733
Taxa efetiva de imposto sobre o lucro contabilístico	39.60%	26.08%



NOTA 33 – IMPOSTOS DIFERIDOS

Em consequência da aplicação das NIC's a CCAML apurou impostos diferidos conforme detalhe seguinte:

	31-12-2017	31-12-2016
Ativos por impostos diferidos		
Reservas resultantes da valoriz. ao justo valor - Títulos de dívida pública	12.518	1.105.180
Reservas result. valoriz. justo valor - Ativos adquir. reembolso de crédito	0	0
Provisões/Imparidades tributadas a deduzir em períodos futuros	1.582.452	1.680.667
Perdas por imparidade tributadas a deduzir em períodos futuros	202.934	62.902
Responsabilidades com prémios de antiguidade	102.235	108.067
Responsabilidades com reformas antecipadas	797	0
Prejuízos fiscais	0	0
Benefícios fiscais (p.e. criação emprego a jovens)	0	0
Outros	0	0
	1.900.936	2.956.816
Passivos por impostos diferidos		
Reservas de reavaliações legais	21.758	23.902
Reservas resultantes da valoriz. ao justo valor - Títulos de dívida pública	2.751.925	510.745
Responsabilidades com reformas antecipadas	0	839
Reinvestimentos de mais-valias fiscais	0	0
Outros	0	0
	2.773.683	535.486
Impacto total dos Impostos diferidos	-872.747	2.421.330

NOTA 34 – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS

A CCAM de Leiria está inscrita na Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, com o estatuto de Mediador de Seguros Ligado, de acordo com o artigo 8.º, alínea a), subalínea i), do Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho, desenvolvendo a atividade de intermediação em exclusividade com a Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A. (CA Seguros), relativamente ao exercício da atividade de seguros para todos os Ramos Não Vida, e autorizada, relativamente ao exercício da atividade de seguros para o Ramo Vida, com as seguradoras *Metlife Europe Limited*, e Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, S.A..

No âmbito dos serviços de mediação de seguros a CCAML efetua a venda de contratos de seguros, presta apoio pós-venda aos segurados e participa no encaminhamento das participações de sinistros que sejam entregues nos Balcões da CCAML.

Como contrapartida dos serviços de mediação de seguros prestados às referidas seguradoras, a CCAML recebe remunerações pela mediação de seguros, as quais estão definidas em Protocolo estabelecido entre a CCAML e as referidas Seguradoras.

As remunerações de mediação de seguros são reconhecidas como um rendimento na Demonstração de Resultados, na rubrica de Rendimentos de Serviços e Comissões. Os valores de remunerações a pagar pelas Seguradoras, à data de 31 de dezembro de cada ano, estão reconhecidas como um ativo no Balanço, na rubrica de Outros Ativos. À data de emissão das presentes demonstrações financeiras, as remunerações de mediação que estavam por pagar em 31 de dezembro de 2017, encontram-se já integralmente pagas pelas referidas Seguradoras.



O quadro seguinte evidencia o valor total das remunerações de mediação de seguros, auferidas pela CCAML nos últimos 2 anos (valores em euros):

Origem	Seguradora	31-12-2017	31-12-2016	% por Origem 31-12-2017
Ramos Não Vida	CA Seguros	129.153	118.759	44,3%
Ramo Vida	Metlife	100.842	102.048	34,5%
Ramo Vida	Fidelidade	61.826	50.286	21,2%
Total		291.821	271.093	100,0%

A CCAML não efetua a cobrança de prémios por conta das seguradoras, nem efetua a movimentação de quaisquer tipos de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro ativo, passivo, rendimento ou gasto a reportar, relativo à atividade de mediação de seguros, exercida pela CCAML.

NOTA 35 – INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

De acordo com o previsto no artigo n.º 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se a seguinte informação:

- Das operações não incluídas no balanço, aquelas em que o impacto nas contas tem maior relevância são as que se referem a Garantias Prestadas a Clientes, cujo montante, em 31 de dezembro de 2017, ascendia a 3.162.523 euros. Para além dos impactos referidos nas Notas 4, 25 e 29, existe o risco da CCAML ter que assumir o cumprimento das obrigações dos seus clientes perante terceiros, no caso de estes falharem os seus compromissos. No entanto, em termos históricos, tais situações têm tido um impacto materialmente irrelevante;
- O total de honorários faturados durante o exercício de 2017 pela sociedade de revisores oficiais de contas foi de 33.500 euros, dos quais 29.000 euros correspondem aos serviços de revisão legal de contas, sendo que os restantes, no montante de 4.500 euros, dizem respeito a outros serviços de garantia de fiabilidade.

O Responsável pela Contabilidade

Vitor Zúgido

O Conselho de Administração



ANEXO II – MENSURAÇÃO DA IMPARIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO E RESPETIVAS DIVULGAÇÕES

A CCAML elabora a partir de janeiro de 2017 as demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, tal como adotadas, por Regulamento da União Europeia e respeitando a estrutura conceptual para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que enquadra aquelas normas, por via da determinação do Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2015, de 7 de dezembro.

A metodologia de cálculo da imparidade resulta da adoção dos requisitos e das linhas orientadoras previstos nos regulamentos aplicáveis, nomeadamente as “International Financial Reporting Standards” (IFRS), Norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, da Instrução n.º 5/2013, do Banco de Portugal, sobre a imparidade da carteira de crédito e da Carta Circular n.º 02/2014/DSP, do Banco de Portugal, sobre critérios de referência para a mensuração da imparidade da carteira de crédito.

O cálculo das perdas por imparidade da carteira de crédito é baseado em estimativas determinadas por julgamentos sobre dados históricos, factos e circunstâncias numa determinada data, efetuado de forma sistematizada conforme previsto no modelo de imparidade estabelecido.

O modelo de imparidade está suportado numa estrutura de governação interna devidamente documentada e aprovada pelo Conselho de Administração, de forma a assegurar uma adequada independência e segregação de funções. São estabelecidas políticas e procedimentos que baseiam a sistematização do processo de quantificação da imparidade e a validação dos seus pressupostos.

Para que o modelo de imparidade tenha a maior adequação possível ao contexto económico e ao comportamento da carteira de crédito, é efetuada uma revisão mensal da estimativa da imparidade, suportada na revisão trimestral da imparidade de clientes de análise individual e na revisão trimestral e anual dos fatores de risco que incidem sobre a restante exposição tratada coletivamente.

A prestação de informação relativa à mensuração da imparidade da carteira de crédito é estabelecida através da Carta Circular n.º 02/2014/DSP do Banco de Portugal, que determina a divulgação de informação de natureza qualitativa e quantitativa, tendo também presente a Carta Circular n.º 06/2018/DEF do Banco de Portugal, sendo reemitidos os quadros de informação quantitativa relativa a 2016, dada a revisão metodológica efetuada, em cumprimento do princípio da comparabilidade:

Divulgações qualitativas:

a) Política de gestão de risco de crédito (incluindo gestão do risco de concentração)

A gestão do risco da carteira de crédito é assegurada, nas diferentes fases do ciclo de financiamento, através de processos e procedimentos específicos estabelecidos em normativo interno, pelas unidades de estrutura com as competências específicas determinadas para o efeito, em cumprimento pelos requisitos legais, visando a minimização e a redução da exposição que pode resultar da não recuperação do capital, juros e comissões, nos prazos e outras condições estabelecidas, nos termos dos contratos de crédito.

A **concessão de crédito**, em cumprimento das estratégias estabelecidas pelo Conselho de Administração, é suportada na análise individual de todas as operações, assentes numa estrutura documental de suporte predefinida, recorrendo à consulta a bases de dados internas e da Central de Responsabilidade de Crédito, do Banco de Portugal. São efetuadas no momento da concessão do crédito, periodicamente e sempre que existam alterações no relacionamento com o cliente ou se identifiquem Indícios de dificuldades que sugiram a necessidade de uma reavaliação do risco, sendo acompanhadas pelo Serviço de Análise de Crédito.



No segmento de particulares estão estabelecidos critérios objetivos a observar na análise e classificação das operações, estando definidos, através de uma delegação de poderes, níveis de aprovação consoante a natureza e exposição da operação.

No crédito a empresas a análise do risco de crédito é sujeita a uma análise individual, assegurada por uma unidade de estrutura interna mais especializada, independente da rede de agências, suportada em informação recolhida sobre a situação financeira, considerando os indicadores de desempenho e de solidez financeira, de carácter quantitativo e ainda elementos de carácter qualitativo.

O **acompanhamento da carteira de crédito** pretende identificar antecipadamente situações de possível incumprimento. É assegurado através de procedimentos específicos atribuídos às unidades de estrutura com competências próprias definidas, em função da natureza das operações e em cumprimento dos normativos específicos (PARI), proporcionando uma identificação oportuna das ocorrências de indícios de dificuldades financeiras, com a inerente degradação da capacidade de cumprimento dos clientes, e a análise de soluções suscetíveis de serem propostas aos clientes.

A **recuperação do crédito** é acionada no seguimento das ações do processo de acompanhamento, através de procedimentos específicos estabelecidos, atribuídos às unidades de estrutura com competências próprias definidas, após a verificação da situação de atraso, em cumprimento dos normativos específicos (PARI, PERSI, Regime Extraordinário do Crédito à Habitação), sendo desenvolvidas as diligências consideradas adequadas que permitam a regularização da situação. Após o incumprimento os processos são transferidos para serem acompanhados pelo Gabinete de Assistência Jurídica e Contencioso, com o objetivo de identificar a solução mais adequada para a recuperação judicial ou extrajudicial dos montantes em dívida.

É efetuada uma **avaliação** regular da existência de evidência objetiva de **imparidade da carteira de crédito a clientes**, como parte integrante dos procedimentos de gestão de risco de crédito, permitindo avaliar a adequação das provisões contabilizadas através da comparação com imparidade calculada.

A **mitigação do risco de crédito** é efetuada através da obtenção de colaterais, sendo os principais as hipotecas sobre imóveis e penhor sobre depósitos efetuados na CCAML.

O **Risco de Concentração de Crédito** decorre da existência de fatores de risco comuns ou correlacionados entre diferentes contrapartes e manifesta-se pelo risco de exposição individual de uma contraparte (grande risco) ou o risco de exposição de um grupo de contrapartes pertencente ao mesmo setor de atividade, ou à região geográfica onde a CCAML desenvolve a sua atividade, em função dos quais poderá resultar uma imperfeita diversificação na carteira de crédito. A gestão do risco de concentração é assegurada pelo Conselho de Administração, que delibera sobre as operações mais relevantes. É efetuado pelo Gabinete de Gestão de Risco um acompanhamento das posições, através da análise individual das maiores exposições da carteira de crédito e através de uma análise de concentração individual (Índice de concentração individual) e concentração setorial (Índice de concentração setorial), reportando ao Conselho de Administração.

b) Política de *Write-Off* de créditos

São apenas abatidos os créditos ao ativo cujas operações sejam consideradas irrecuperáveis e cujas imparidades estejam constituídas pelo valor total do crédito. É da competência do Conselho de Administração a definição e o estabelecimento dos princípios relativos à anulação do registo de dívida no balanço da CCAML. A anulação de registos de dívida no balanço é sempre efetuada por proposta fundamentada, quanto aos esforços enveredados para a boa cobrança dos créditos, do Gabinete de Assistência Jurídica e Contencioso, e aprovada pelo Conselho de Administração.

São submetidas à aprovação, para serem abatidos ao ativo da instituição, as propostas para que os créditos, considerados liminarmente incobráveis, nomeadamente:

- a) Quando a instância executiva ou a execução for declarada extinta;



- b) Sempre que, em resultado das buscas promovidas pelos Serviços do Contencioso não sejam conhecidos bens suscetíveis de penhora, os créditos de reduzida exposição (definida por limites no normativo interno) e estejam decorridos 30 dias da derradeira interpelação dos devedores para pagamento voluntário, sob advertências, sem que estes os extingam pelo pagamento;
- c) Na situação de insolvência, caso os créditos não vejam satisfação no rateio, que necessariamente resulta da insuficiência de fundos, logo que ocorra a notificação judicial do encerramento do respetivo processo.

c) Política de reversão de imparidade

A reversão de imparidade ocorre se a quantia da perda por imparidade diminuir e a diminuição puder ser objetivamente relacionada com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade (por exemplo, uma melhoria na notação de crédito do devedor). A perda por imparidade anteriormente reconhecida deve ser revertida e a quantia da reversão é reconhecida nos resultados.

Para que ocorra uma reversão da imparidade na análise individual é necessário que se verifique uma das seguintes situações:

- Uma melhoria efetiva nos critérios definidos na Tabela Qualitativa constante do Anexo II da Carta Circular n.º 02/2014/DSP, do Banco de Portugal, de forma a proporcionar uma graduação menos gravosa em termos de ponderam de imparidade;
- Uma valorização nos ativos imobiliários recebidos em garantia, verificada na sequência de uma atualização das avaliações efetuadas;
- Uma redução do valor da responsabilidade do mutuário.

Para que ocorra uma reversão da imparidade na análise coletiva é necessário que se verifique pelo menos uma das seguintes situações:

- Uma redução da exposição num segmento;
- Uma redução da imparidade calculada, em resultado de uma melhoria verificada nos parâmetros de risco, devido a uma menor expectativa de incumprimento ou ao aumento das recuperações de crédito efetuadas;

É também revertida a imparidade sempre que ocorram anulações posteriores ao crédito abatido ao ativo (write-offs), por via de recuperações não previstas no momento do desreconhecimento do crédito.

d) Política de conversão de dívida em capital do devedor (se aplicável)

Esta situação não é aplicável à CCAML, uma vez que não existe nenhum caso onde se aplique este tipo de solução.

e) Descrição das medidas de reestruturação aplicadas e respetivos riscos associados, bem como os mecanismos de controlo e monitorização dos mesmos

As medidas de reestruturação aplicadas nos empréstimos, para os mutuários onde sejam identificados indícios de dificuldades financeiras, são estabelecidas em função da análise efetuada sobre cada situação, considerando nomeadamente:

- A redução do spread contratado;
- A ampliação ou prorrogação do prazo de amortização do empréstimo;
- A inclusão de período de carência;
- O diferimento de capital para a última prestação;
- A conceção de crédito para liquidação do(s) serviço(s) de dívida(s) existente(s) (consolidação de créditos).

Estas operações são marcadas em cumprimento da Instrução n.º 32/2013 do Banco de Portugal.



f) Descrição do processo de avaliação e de gestão de colaterais

A valorização de colaterais para efeitos do cálculo de imparidade é efetuada a partir das avaliações existentes relativamente aos imóveis recebidos em garantia.

As avaliações consideradas são efetuadas por peritos avaliadores independentes que elaboram um relatório de avaliação, cujo conteúdo e estrutura deve seguir, como referencial, o previsto através do anexo à Lei n.º 153/2015, de 14 de setembro.

As avaliações são aferidas quanto à sua antiguidade, devendo dispor-se de avaliações recentes com especial relevância no caso das exposições significativas, aplicando-se fatores de desconto sempre que tal não ocorre.

Nos termos das regras aplicáveis à avaliação de garantias constituídas por bens imóveis, estão definidas regras de reavaliação periódica dos imóveis hipotecados, pelo menos uma vez de três em três anos para os destinados à habitação e pelo menos uma vez por ano para os imóveis para fins comerciais ou destinados à habitação e que tenham evidência de imparidade (identificada na análise individual).

As reavaliações são efetuadas de forma mais frequente sempre que se identifiquem alterações das condições de mercado ou de características específicas do imóvel e sempre que pela análise efetuada pelo Serviço de Análise de Crédito seja identificada a necessidade de obter informação mais atual (por exemplo, quando o processo do cliente é reavaliado devido à renegociação ou novo crédito).

A valoração dos colaterais para efeitos de análise individual de imparidade considera a utilização de "Haircuts" nos casos de evidência objetiva de imparidade, em conformidade com a tabela de Descontos, em Anexo III, da Carta Circular n.º 2/2014/DSP.

Para efeitos de mitigação no cálculo da imparidade são também considerados como colaterais os penhores de Depósito a Prazo, sendo avaliados pelo valor do título.

g) Natureza dos principais julgamentos, estimativas e hipóteses utilizados na determinação da imparidade

A identificação de perdas por imparidade resulta de estimativas efetuadas com base em julgamentos considerando factos ou circunstâncias em determinada data, revistos regularmente de forma a ajustar a novos eventos ou à evolução dos fatores relacionados. Para que o modelo tenha a maior adequação possível ao contexto macroeconómico e à situação concreta dos clientes com responsabilidades mais significativas, o modelo de imparidade faz uma divisão da carteira de crédito entre clientes com responsabilidade mais significativa (sujeitos a análise individual) e restante exposição analisada coletivamente, incidindo uma metodologia própria sobre cada um destes dois segmentos.

No que respeita à análise individual são estabelecidos critérios de segmentação (considerando os critérios para a definição de créditos significativos sujeitos a análise individual), determinando-se a imparidade em função da capacidade de reembolso do mutuário e/ou respetivas garantias, aplicando-se os critérios de referência da Carta Circular n.º 02/2014/DSP.

No que respeita à análise coletiva a metodologia de avaliação das exposições está suportada no apuramento de parâmetros de risco, obtidos em resultado da observação dos dados históricos, nomeadamente: Probabilidade de Indício (PI), Probabilidade de "Default" condicionada à existência de indícios de imparidade (PDC), Probabilidade de Default Direta (PDD), Perda dado o Incumprimento (LGD) e de Exposição (EAD).

As estimativas de PI, PDC e PDD resultam da média das observações trimestrais, por um período máximo de 5 anos, de forma a captar a tendência atualizada destes indicadores de risco de incumprimento, alisadas através da média simples, evitando uma influência de pequenas oscilações pontuais que resultam do número reduzido de contratos.



A estimativa de LGD única adotada foi de 75% (em ambos os segmentos). Considerou-se mais adequado a adoção de um ponderador de referência, suficientemente conservador, devido à necessidade de consolidação dos procedimentos de apuramento do ponderador, com mais dados. Na ausência de dados setoriais ajustados às características da carteira de crédito, foi adotado este ponderador por ser um indicador de referência para a LGD, nomeadamente no que respeita ao cálculo de requisitos de fundos próprios para risco de crédito no método de IRB, estando previsto no artigo 164.º, da Secção 4, Capítulo 3, Título II da Parte III, do Regulamento (UE) n.º 575/2013.

Para analisar as posições extrapatrimoniais, nomeadamente as Garantias Prestadas e as linhas de crédito contratadas e irrevogáveis, pela ausência de dados históricos que permitam aferir da correspondência dessas posições em responsabilidades de balanço, são seguidos os critérios definidos no Anexo V da CC n.º 02/2014/DSP. São adotados os Fatores de Conversão de Crédito, para transformar as posições em valores de responsabilidades, utilizados para as Garantias técnicas (ponto "i" do Anexo IV) e para as garantias financeiras e compromissos de crédito irrevogáveis (ponto "ii" do anexo IV). Os FCC utilizados resultam da segmentação entre a exposição dos clientes "Sem indícios", "Com indícios" e em Incumprimento, uma vez que não existe uma classificação por classes de risco de acordo com a Tabela Qualitativa do Anexo II da Carta Circular n.º 2/2014/DSP para todos os clientes da base coletiva, que só seria possível através de uma análise individual a cada cliente.

h) Descrição das metodologias de cálculo da imparidade, incluindo a forma como os portefólios são segmentados para refletir as diferentes características dos créditos

O cálculo das perdas por imparidade da carteira de crédito é baseado em estimativas determinadas por julgamentos sobre dados históricos, factos e circunstâncias numa determinada data, efetuado de forma sistematizada conforme previsto no modelo de imparidade estabelecido.

O modelo de imparidade está suportado numa estrutura de governação interna devidamente documentada e aprovada pelo Conselho de Administração, de forma a assegurar uma adequada independência e segregação de funções. São estabelecidas políticas e procedimentos que baseiam a sistematização do processo de quantificação da imparidade e a validação dos seus pressupostos.

O modelo de imparidade faz uma divisão da carteira de crédito entre clientes com responsabilidade mais significativa (sujeitos a análise individual) e restante exposição analisada coletivamente, incidindo uma metodologia própria sobre cada um destes dois segmentos.

Análise Individual

No que respeita à **análise individual** são estabelecidos critérios de segmentação, com base na significância da sua responsabilidade total perante a Instituição, determinando-se a imparidade em função da capacidade de reembolso do mutuário e/ou respetivas garantias, aplicando-se os critérios de referência da Carta Circular n.º 02/2014/DSP. A recuperabilidade da dívida é diferenciada consoante o método mais adequado face à expectativa de recuperação da dívida, conforme a informação disponível recolhida, nomeadamente:

- **Fluxos de caixa do negócio** – Caso a recuperabilidade da dívida dependa da capacidade de reembolso do devedor, considerando os fluxos de caixa gerados pelo seu negócio ou provenientes de outras entidades do grupo de clientes ligados entre si em que o devedor está inserido. Nos casos de inexistência de informação que permita aferir sobre a existência de fluxos de caixa para o cumprimento do serviço de dívida, são aplicados os critérios definidos na Carta Circular n.º 02/2014/DSP, do Banco de Portugal, não prejudicando a aplicação de outros critérios considerados mais adequados ou de forma mais ajustada à operação devidamente justificados;

- **Fluxos de caixa do projeto (imobiliário)** - Nos casos em que se conclui que a recuperabilidade da dívida ocorrerá por via dos fluxos de caixa gerados por um projeto imobiliário específico, a determinação do valor recuperável tem por base a avaliação dos ativos imobiliários recebidos em garantia seguindo os critérios definidos na Carta Circular n.º 02/2014/DSP, do Banco de Portugal, considerando os fatores de desconto aí previstos;



- **Dação / Execução do colateral** – Nos casos em que se conclui que a recuperabilidade da dívida depende dos fluxos de caixa que podem resultar da dação ou da execução do colateral associado, a determinação do valor recuperável tem por base a respetiva avaliação, aplicando-se os critérios da Carta Circular n.º 02/2014/DSP, do Banco de Portugal, nomeadamente quanto ao período e custos de recuperação (apurados como uma percentagem do valor da avaliação) e fatores de desvalorização dos imóveis.

Análise coletiva

No que respeita à **análise coletiva** a metodologia de avaliação das exposições está suportada no apuramento de parâmetros de risco, obtidos em resultado da observação dos dados históricos, nomeadamente: Probabilidade de Indício (PI), Probabilidade de "Default" condicionada à existência de indícios de imparidade (PDC), Probabilidade de *Default* Direta (PDD), Perda dado o Incumprimento (LGD) e de Exposição (EAD).

- A **PI** é um indicador que mede, com base nos registos históricos, a expectativa de uma operação de crédito que não tenha indícios de imparidade venha a registá-los durante o período emergente, uma vez que a existência de indícios é um fator adverso da qualidade dos ativos e, como tal, objeto de tratamento diferenciado. É obtida através da quantificação de operações que num determinado momento base não lhes são identificados indícios de imparidade, mas que durante o período emergente passam a apresentar.

- A **PDC** é um indicador que mede, com base nos registos históricos, a expectativa que uma operação de crédito que tendo indícios de imparidade venha a entrar em incumprimento, uma vez que a existência de indícios é um fator adverso da qualidade dos ativos e, como tal, objeto de tratamento diferenciado. É obtida através da quantificação de operações que num determinado momento base estão em cumprimento, mas que, durante o período emergente, entram em incumprimento.

- A **PDD** é um indicador que mede, com base nos registos históricos, a expectativa que uma operação de crédito que não tendo indícios de imparidade venha a entrar em incumprimento. É obtida através da quantificação de operações que num determinado momento base estão em cumprimento, mas que, durante o período emergente, entram em incumprimento.

No cálculo da PI, PDC e PDD é adotado um procedimento de alisamento móvel simples, ou seja, a média é calculada apenas sobre as observações de um intervalo dos 5 anos precedentes. Este procedimento visa imunizar o efeito de movimentos atípicos e refletir o perfil de risco mais atual.

A **LGD** é uma estimativa que representa a perda económica dado o incumprimento (definição de incumprimento conforme ponto 1.4 da CC n.º 02/2014/DSP). É expressa em percentagem do valor em incumprimento e resulta da taxa de recuperação ($LGD = 1 - \text{taxa de recuperação}$), sendo a recuperação a soma dos valores recuperados atualizados à taxa de juro original do contrato, face aos saldos dessa data. É obtida através de uma média de observações durante o ciclo económico, tendo por base a informação histórica de 7 anos. No entanto, foi adotado um ponderador de referência, suficientemente conservador (75%, em ambos os segmentos), devido à necessidade de consolidação dos procedimentos de apuramento do ponderador, com mais dados.

Relativamente à exposição extrapatrimonial, nomeadamente as Garantias Bancárias Prestadas (técnicas ou financeiras) e as linhas de crédito contratadas e irrevogáveis, pela ausência de dados históricos que permitam aferir da correspondência dessas posições em responsabilidades de balanço, são seguidos os critérios definidos no Anexo V da Carta Circular n.º 02/2014/DSP. São adotados os Fatores de Conversão de Crédito (FCC), para tornar as posições em valores de responsabilidades, utilizados para as Garantias técnicas e para as garantias financeiras e compromissos de crédito irrevogáveis.



Cálculo

O cálculo da imparidade da exposição analisada coletivamente é o que resulta da aplicação das seguintes fórmulas, em função do tratamento diferenciado que cada segmento da carteira de crédito justifica pela qualidade dos seus ativos ou elementos extrapatrimoniais, sobre a totalidade da exposição líquida das posições analisadas individualmente sobre as quais seja identificada imparidade.

i. Exposição carteira de crédito em cumprimento sem indícios de imparidade:

Imparidade (Segmento de crédito em cumprimento sem indícios) = (PI x PDC x LGD x EAD) + (PDD x LGD x EAD)

ii. Exposição da carteira de crédito em cumprimento com indícios de imparidade:

Imparidade (Segmento de crédito em cumprimento com indícios) = PDC x LGD x EAD

iii. Exposição da carteira de crédito em incumprimento:

Imparidade (Crédito em incumprimento) = PD x LGD x EAD

Segmentação:

Na avaliação coletiva da imparidade é efetuada uma segmentação em classes de risco por tipo de cliente, entre os clientes particulares e empresas (inclui pessoas coletivas e equiparadas e empresários em nome individual), uma vez que, tipicamente, as operações de crédito de clientes particulares apresentam um perfil de risco com características distintas dos clientes empresariais.

Uma maior segmentação é condicionada pela inexistência de um número significativo de exposições dentro de cada segmento, que permitam obter estimativas estatisticamente significativas.

No âmbito do exercício de *back-testing* é efetuada uma análise mais detalhada sobre a adequação dos parâmetros de risco adotados, face a uma maior especificidade dentro dos segmentos definidos, considerando nomeadamente os Códigos de Atividade Económica dos clientes empresariais e as características dos créditos dos clientes particulares.

A estimativa da Perda dado o incumprimento (LGD) é segmentada entre créditos com colateral real e sem colateral real uma vez que as operações de crédito colateralizadas por garantias reais são tipicamente distintas das operações sem qualquer garantia real associada.

i) Indicação dos indícios de imparidade por segmentos de crédito

Os indícios de dificuldades financeiras são acontecimentos que alertam para a necessidade de avaliar a evidência objetiva de imparidade e a existência de imparidade.

Os indícios utilizados estão identificados no ponto 1 do anexo I da Carta Circular, considerando também os associados ao crédito reestruturado por dificuldades financeiras dos devedores quando não considerados nos anteriores, e os da análise qualitativa sobre os aspetos contratuais, financeiros, colateral e outros, tendo como referencial a Tabela qualitativa de Imparidade da referida Carta Circular.

De acordo com a Carta Circular n.º 02/2014/DSP, são indícios de imparidade:

- Crédito com atrasos no pagamento superior a 30 dias;
- Crédito em contencioso;
- Crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente;



- Crédito no sistema bancário em situação de incumprimento;
- Notação de rating correspondente ao quartil mais gravoso da escala de rating interno;
- Deterioração de notação de rating superior a 30% da escala de rating interno;
- Cheques devolvidos e/ou inibição de uso de cheques;
- Crédito com decréscimo material do valor da garantia real;
- Efeitos protestados / não cobrados;
- Expectativa de insolvência ou objeto de Programas Especiais de Recuperação;
- Dívidas ao Fisco ou à Segurança Social;
- Outros fatores que indiciem a deterioração da capacidade de cumprir com o serviço da dívida

j) Indicação dos limiares definidos para análise individual

Os critérios para a definição de créditos significativos:

- Entidades que representem 0,5% do total da carteira de crédito, com um mínimo de 20% do total da exposição, um mínimo de 15% do rendimento (juros) do total da exposição e limite mínimo de um milhão de euros;
- Entidades cuja imparidade foi determinada em resultado da análise individual efetuada no período anterior, através da aplicação das percentagens definidas no anexo II da Carta Circular n.º 02/2014/DSP, devido à existência de indícios de imparidade, com exposição superior a 300 milhares de euros ou de valor inferior desde que a passagem para análise coletiva represente uma redução da imparidade;
- A existência de imparidade numa entidade da amostra que esteja incluída num grupo de clientes ligados entre si, implica a análise de eventual imparidade em outras entidades pertencentes ao mesmo grupo.

k) Política relativa aos graus de risco internos, especificando o tratamento dado a um mutuário classificado como em incumprimento

A classificação de crédito em risco é efetuada em conformidade com a Instrução do Banco de Portugal n.º 22/2011, relativa a informação sobre risco de crédito, quando estabelece que Crédito em Risco é, de forma resumida, o Crédito a clientes com prestações de capital e juros vencidos há mais de 90 dias, ou há menos de 90 dias mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em risco, designadamente a falência ou liquidação do devedor, e os créditos reestruturados.

Estão estabelecidos procedimentos específicos de avaliação e acompanhamento de mutuários no âmbito do Plano de Ação para o Risco de Incumprimento (PARI), do Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de Incumprimento (PERSI) e do regime extraordinário para o crédito à habitação, em conformidade com as normas aplicáveis, e as operações de crédito são todas classificadas, analisando a existência de indícios de dificuldades financeiras, de forma a identificar o crédito reestruturado.

É efetuada uma diferenciação entre o crédito com indícios e sem indícios de dificuldades financeiras, através da ponderação da PI, para créditos sem indícios, e da PDC para créditos com indícios, diferenciando-se da PDD para créditos onde não foram identificados indícios. Desta forma é assegurada uma estimativa e imparidade diferenciada nos créditos onde estão identificados indícios, ou seja, onde existe maior risco de incumprimento.

Os empréstimos que se encontrem numa situação de incumprimento, em situação de PER ou insolvência são transferidos para serem acompanhados pelo Gabinete de Assistência Jurídica e Contencioso, com o objetivo de identificar a solução mais adequada para a recuperação dos montantes em dívida.



l) Descrição genérica da forma de cálculo do valor atual dos fluxos de caixas futuros no apuramento das perdas de imparidade avaliadas individual e coletivamente.

A determinação dos montantes recuperáveis **na análise coletiva resulta da estimativa de LGD**, sendo a LGD o resultado da ponderação dos montantes recuperáveis ao nível do contrato (que representa a responsabilidade de crédito individual que entrou em incumprimento), apurada com o recurso ao método dos fluxos de caixa descontados. O cálculo da perda ou recuperação individual resulta da atualização dos fluxos financeiros subsequentes ocorridos na operação identificada como em incumprimento, para comparação com o valor vencido.

Na **análise individual** a análise à recuperabilidade da dívida é diferenciada consoante o método mais adequado face à expectativa de recuperação da dívida, conforme a informação disponível recolhida, nomeadamente:

- a) **Fluxos de caixa do negócio** – Caso a recuperabilidade da dívida dependa da capacidade de reembolso do devedor, considerando os fluxos de caixa gerados pelo seu negócio ou provenientes de outras entidades do grupo de clientes ligados entre si em que o devedor está inserido, desde que formalmente documentado o compromisso dessas entidades assumirem as responsabilidades do devedor, deverá ser efetuada uma análise, assumindo a continuidade das operações, da razoabilidade e adequação dos pressupostos inerentes aos planos de negócio ou outra informação, no sentido de aferir se são adequados e suficientes para a estimação dos fluxos de caixa a libertar para assegurar o pagamento dos compromissos assumidos.
Nos casos de inexistência de informação que permita aferir sobre a existência de fluxos de caixa para o cumprimento do serviço de dívida, são aplicados os critérios definidos na Tabela Qualitativa constante do Anexo II da Carta Circular n.º 02/2014/DSP, do Banco de Portugal, e tidos em consideração eventuais colaterais, considerando os fatores de desconto, não prejudicando a aplicação de outros critérios considerados mais adequados ou de forma mais ajustada à operação devidamente justificados;
- b) **Fluxos de caixa do projeto (imobiliário)** - Nos casos em que se conclui que a recuperabilidade da dívida ocorrerá por via dos fluxos de caixa gerados por um projeto imobiliário específico, a determinação do valor recuperável tem por base a avaliação dos ativos imobiliários recebidos em garantia seguindo os critérios definidos na Carta Circular n.º 02/2014/DSP, do Banco de Portugal, considerando os fatores de desconto aí previstos;
- c) **Dação / Execução do colateral** – Nos casos em que se conclui que a recuperabilidade da dívida depende dos fluxos de caixa que podem resultar da dação ou da execução do colateral associado, a determinação do valor recuperável tem por base a respetiva avaliação, aplicando-se os critérios da Carta Circular n.º 02/2014/DSP, do Banco de Portugal, nomeadamente quanto ao período e custos de recuperação (apurados como uma percentagem do valor da avaliação) e fatores de desvalorização dos imóveis. Sempre que em resultado da ação executiva e processual sejam identificados fatores que possam afetar negativamente o valor da garantia (por exemplo, a existência de uma graduação de crédito que possa afetar o valor expectável a receber da garantia) devem ser considerados em resultado da análise efetuada.

m) Descrição do(s) período(s) emergente utilizado para os diferentes segmentos e justificação da sua adequação

Período Emergente da Probabilidade de indício (PI) – É o tempo que decorre entre a identificação do crédito como tendo indício de imparidade e a sua incorporação no modelo. É aplicável à carteira de crédito em cumprimento sem indícios de imparidade. Este período é de 12 meses.

Período Emergente da Probabilidade de incumprimento condicionada à existência de Indícios de imparidade (PDC) – É o tempo que decorre entre a identificação do crédito como tendo indício de imparidade e a sua incorporação no modelo. É aplicável à carteira de crédito em cumprimento sem indícios de imparidade. Este período é de 12 meses.



Período Emergente da Probabilidade de incumprimento direta (PDD) – É o tempo que decorre entre a identificação do incumprimento e a sua incorporação no modelo. Este período é nulo neste parâmetro uma vez que o incumprimento é reconhecido de imediato, com uma PD = a 100%.

n) Descrição detalhada do custo associado ao risco de crédito, incluindo divulgação das PD, EAD, LGD e taxas de cura.

O custo do risco de crédito corresponde ao Rácio entre a Imparidade do crédito, líquida de reversões do período (valor da Demonstração Resultados) e o saldo médio do Crédito a clientes (bruto e média das últimas 12 observações mensais), foi em 2017 de -0,028%.

A avaliação à imparidade em base coletiva é efetuada através da determinação de parâmetros do custo associado ao risco do crédito (PI, PDC, PDD e LGD), com divulgação quantitativa na alínea j.

A EAD ("Exposure at Default": exposição ao incumprimento), para efeitos de quantificação de imparidade, é considerada a exposição existente à data de referência de cada avaliação efetuada, inclui o crédito vincendo e vencido, a exposição extrapatrimonial (linhas de crédito irrevogáveis e garantias prestadas), ajustado através de fatores de conversão de crédito no cálculo da imparidade, e os juros corridos vencidos, segmentada entre cumprimento e incumprimento.

A taxa de cura é calculada anualmente identificando-se entre todos os registos de créditos com classificação de incumprimento os que apresentaram a classificação de crédito curado, no mês de referência (Dezembro). A taxa de cura destina-se ao reporte e à análise interna, à aplicação das medidas de reestruturação de créditos, não influenciando o valor apurado para os parâmetros de risco. Os créditos considerados curados, relativamente a incumprimentos ocorridos após 2013 é de 3,45%.

o) Conclusões sobre as análises de sensibilidade ao montante de imparidade a alterações nos principais pressupostos

O teste de sensibilidade é efetuado anualmente e resulta do cálculo da imparidade da carteira de crédito com o agravamento dos ponderadores, PI, PDC e PDD. Esse agravamento é obtido pelo valor máximo entre a média das últimas 4 observações (para avaliar antecipadamente uma eventual tendência de agravamento) ou um crescimento em 20% dos ponderadores (para avaliar um eventual agravamento dos ponderadores não antecipado).

Considerando um crescimento em 20% dos ponderadores PI, PDC e PDD e o agravamento de 5 pp do ponderador de LGD, resultou num crescimento da imparidade estimada de cerca de 5,8% (ou de um crescimento de 1,5% se não for considerado o aumento da LGD).

Para que este cenário ocorra é necessário verificar-se um crescimento sustentável dos ponderadores (PI, PDC e PDD), que é contrário à tendência mais atual. Ainda assim, o impacto não é material sendo acomodável pelos resultados previsíveis para a atividade. Relativamente à LGD a análise é apenas teórica, uma vez que o indicador ainda é admissivelmente conservador. Considerou-se nesta análise um crescimento de 5 pp em vez do 20% uma vez que isso se traduziria numa LGD de 95%.

Divulgações quantitativas:

As divulgações relativas à imparidade constituída, previstas nos modelos dos quadros estabelecidos pela Carta Circular n.º 02/2014/DSP do Banco de Portugal, refletem a estimativa de imparidade efetuada, uma vez que o reporte sobre imparidade da carteira de crédito é efetuado em base individual, não sendo objeto de relevação contabilística.



a) Detalhe das exposições e imparidade constituída

a.1) Totais por segmento

Segmento	Exposição em : 31-12-2016						Imparidade em: 31-12-2016		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Corporate	7.219	7.219	0	0	0	0	18	18	0
Construção e CRE	32.702	21.269	18	1.173	11.432	3.683	5.947	357	5.591
Agricultura	5.448	5.043	63	235	405	47	343	39	303
Comércio	10.390	9.639	0	631	751	70	655	81	574
Indústrias	10.696	9.024	45	143	1.672	108	1.349	90	1.259
Outros	10.688	10.472	0	464	216	0	275	114	162
Particulares Habitação	41.472	40.553	205	785	919	0	838	149	688
Particulares Outros	13.960	12.191	60	736	1.770	152	1.407	74	1.333
Total	132.575	115.410	391	4.167	17.165	4.060	10.832	922	9.910

Uni.: Milhares de Euros

Segmento	Exposição em : 31-12-2017						Imparidade em: 31-12-2017		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Corporate	6.322	6.322	0	0	0	0	59	59	0
Construção e CRE	31.736	21.024	15	539	10.712	4.501	5.152	167	4.985
Agricultura	5.179	4.782	54	222	397	47	361	64	298
Comércio	9.825	9.187	284	558	637	70	608	130	478
Indústrias	13.762	12.255	39	721	1.508	90	1.295	123	1.172
Outros	9.336	8.578	20	205	758	281	689	120	568
Particulares Habitação	41.976	41.032	216	435	944	0	849	141	708
Particulares Outros	13.507	12.014	132	433	1.493	69	1.183	58	1.125
Total	131.643	115.194	760	3.113	16.449	5.058	10.196	862	9.334

Uni.: Milhares de Euros

a.2) Por segmento detalhe

Da Exposição Total em: 31-12-2016								Un.: Milhares de Euros			
Exposição Total	Crédito em cumprimento				Crédito em incumprimento		Imparidade de Total	Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
	Dias de atraso < 30		Dias de atraso entre 30-90		Dias de atraso > 90 dias			Dias de atraso < 30		Dias de atraso entre 30-90	
	Sem indícios*	Com indícios		Sub-total	< 90 **	> 90 dias		< 30	entre 30-90	< 90 **	> 90 dias
Segmento	31-12-2016						31-12-2016				
Corporate	7.219	7.219	0	0	7.219	0	0	18	18	0	0
Construção e CRE	32.702	17.952	3.292	25	21.269	31	11.401	5.947	356	1	24
Agricultura	5.448	4.397	647	0	5.044	30	375	343	39	0	22
Comércio	10.390	8.487	1.152	0	9.639	0	751	655	81	0	0
Indústrias	10.696	7.255	1.770	0	9.025	0	1.672	1.349	90	0	0
Outros	10.688	8.126	2.249	95	10.470	0	216	275	111	3	0
Particulares Habitação	41.472	35.796	4.696	61	40.553	60	859	838	148	1	45
Particulares Outros	13.960	9.718	2.473	0	12.191	0	1.770	1.407	74	0	0
Total	132.575	98.950	16.279	181	115.410	121	17.044	10.832	917	5	91

* Inclui crédito sem atraso

** Crédito com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em risco designadamente a falência, liquidação do devedor, entre outros.



Da Exposição Total em: 31-12-2017

Unid.: Milhares de Euros

Segmento	Exposição Total 31-12-2017	Crédito em cumprimento				Crédito em incumprimento		Imparida- de Total 31-12-2017	Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
		Dias de atraso < 30		Dias de atraso entre 30-90	Sub-total	Dias de atraso			Dias de atraso		Dias de atraso	
		Sem indícios*	Com indícios	< 90 **		> 90 dias	< 30		entre 30-90	< 90 **	> 90 dias	
Corporale	6.322	5.166	1.156	0	6.322	0	0	59	59	0	0	0
Construção e CRE	31.736	18.136	2.817	71	21.024	3.459	7.253	5.152	164	3	1.301	3.684
Agricultura	5.179	3.417	1.364	0	4.781	22	375	361	64	0	17	281
Comércio	9.825	7.224	1.934	28	9.186	0	637	608	129	1	0	478
Indústrias	13.762	10.056	2.159	39	12.254	0	1.508	1.295	121	2	0	1.172
Outros	9.336	6.030	2.396	154	8.580	51	707	689	114	6	36	532
Particulares Habitação	41.976	37.346	3.669	18	41.033	52	892	849	141	0	38	670
Particulares Outros	13.507	10.203	1.771	40	12.014	0	1.493	1.183	57	1	0	1.125
Total	131.643	97.578	17.266	350	115.194	3.584	12.865	10.196	849	13	1.392	7.942

* Inclui crédito sem atraso

** Crédito com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em risco designadamente a falência, liquidação do devedor, entre outros.

b) Detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção

Ano de produção*	Corporate			Construção e CRE			Particulares Habitação			Agricultura		
	N.º de Operações	Montante	Imparidade Constituída	N.º de Operações	Montante	Imparidade Constituída	N.º de Operações	Montante	Imparidade Constituída	N.º de Operações	Montante	Imparidade Constituída
2004 e ant.	0	1	0	58	3.846	1.179	444	9.041	435	12	259	9
2005	0	0	0	16	461	194	51	2.062	81	3	17	0
2006	0	0	0	14	1.073	412	54	2.450	68	0	0	1
2007	0	0	0	21	607	86	55	2.537	91	2	18	14
2008	1	128	0	25	618	302	99	5.188	115	7	107	75
2009	0	0	0	16	538	131	66	3.183	9	4	183	123
2010	1	1.468	4	16	233	138	58	2.662	10	6	102	29
2011	1	351	1	19	1.242	656	37	1.675	9	5	201	4
2012	3	1.340	4	26	525	73	38	1.766	5	5	378	18
2013	1	172	0	25	331	109	44	2.368	6	15	273	34
2014	1	423	1	41	761	86	34	1.443	2	8	148	4
2015	0	0	0	54	9.745	404	37	2.410	6	20	414	31
2016	0	351	14	95	2.875	55	35	1.378	2	32	1.031	4
2017		2.088	35	137	8.881	1.327	74	3.813	10	47	2.048	15
Total	8	6.322	59	563	31.736	5.152	1.126	41.976	849	166	5.179	361

Ano de produção*	Indústrias			Comércio			Outros			Particulares Outros		
	N.º de Operações	Montante	Imparidade Constituída	N.º de Operações	Montante	Imparidade Constituída	N.º de Operações	Montante	Imparidade Constituída	N.º de Operações	Montante	Imparidade Constituída
2004 e ant.	34	1.284	978	34	693	257	14	205	52	99	1.231	701
2005	4	23	19	4	121	27	6	116	17	10	199	129
2006	2	37	0	6	29	2	3	47	0	14	111	11
2007	6	204	125	9	131	3	7	62	1	20	258	5
2008	11	96	9	12	437	32	11	509	5	32	283	20
2009	8	277	3	15	296	9	22	587	317	36	471	149
2010	8	422	8	15	379	155	9	388	20	37	690	37
2011	5	160	0	13	128	23	16	438	32	36	639	15
2012	7	252	12	16	196	12	13	227	8	42	313	40
2013	16	431	26	20	325	2	17	621	2	91	605	6
2014	20	418	13	35	349	6	23	249	2	124	775	38
2015	28	2.542	37	66	1.437	16	46	1.697	58	226	1.635	7
2016	49	1.924	9	102	1.652	8	82	1.722	16	419	2.720	11
2017	102	5.692	56	191	3.652	56	114	2.468	159	397	3.577	14
Total	300	13.762	1.295	538	9.825	608	383	9.336	689	1.583	13.507	1.183



c) Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por segmento, setor, geografia

c.1) Por segmento

Uni.: Milhares de Euros

31-12-2016	Corporate		Construção e CRE		Particulares Habitação		Agricultura		Indústrias	
	Exposição	Imparidade Constituída	Exposição	Imparidade Constituída	Exposição	Imparidade Constituída	Exposição	Imparidade Constituída	Exposição	Imparidade Constituída
Coletiva	7.219	18	23.202	2.363	41.472	838	5.448	343	10.064	870
Individual	0	0	9.500	3.584	0	0	0	0	632	479
Total	7.219	18	32.702	5.947	41.472	838	5.448	343	10.696	1.349

Uni.: Milhares de Euros

31-12-2016	Comércio		Outros		Particulares Outros		Total	
	Exposição	Imparidade Constituída	Exposição	Imparidade Constituída	Exposição	Imparidade Constituída	Exposição	Imparidade Constituída
Coletiva	10.351	616	10.688	275	13.559	1.366	122.003	6.689
Individual	39	39	0	0	401	41	10.572	4.143
Total	10.390	655	10.688	275	13.960	1.407	132.575	10.832

Uni.: Milhares de Euros

31-12-2017	Corporate		Construção e CRE		Particulares Habitação		Agricultura		Indústrias	
	Exposição	Imparidade Constituída	Exposição	Imparidade Constituída	Exposição	Imparidade Constituída	Exposição	Imparidade Constituída	Exposição	Imparidade Constituída
Coletiva	6.322	59	23.295	1.870	41.976	849	5.179	361	13.130	780
Individual	0	0	8.441	3.282	0	0	0	0	632	515
Total	6.322	59	31.736	5.152	41.976	849	5.179	361	13.762	1.295

Uni.: Milhares de Euros

31-12-2017	Comércio		Outros		Particulares Outros		Total	
	Exposição	Imparidade Constituída	Exposição	Imparidade Constituída	Exposição	Imparidade Constituída	Exposição	Imparidade Constituída
Coletiva	9.541	577	9.336	689	13.482	1.158	122.261	6.343
Individual	284	31	0	0	25	25	9.382	3.853
Total	9.825	608	9.336	689	13.507	1.183	131.643	10.196

c.2) Por setor de atividade (CAE + Particulares)

Uni.: Milhares de Euros

31-12-2016	Agricultura		Alojamento, rest. e similares		Atividades Imobiliárias		Comércio e Rep. Auto.		Construção	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Coletiva	5.448	343	1.966	118	11.308	547	13.575	898	6.304	1.234
Individual	0	0	0	0	3.450	1.218	230	230	4.020	1.395
Total	5.448	343	1.966	118	14.758	1.765	13.805	1.128	10.324	2.629

Uni.: Milhares de Euros

31-12-2016	Indústrias		Transportes e armazenagem		Outros		Particulares		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade Constituída
Coletiva	15.892	1.178	1.831	94	10.649	73	55.031	2.204	122.004	6.689
Individual	2.471	1.258	0	0	0	0	400	42	10.571	4.143
Total	18.363	2.436	1.831	94	10.649	73	55.431	2.246	132.575	10.832

Uni.: Milhares de Euros

31-12-2017	Agricultura		Alojamento, rest. e similares		Atividades Imobiliárias		Comércio e Rep. Auto.		Construção	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Coletiva	6.335	406	1.293	54	11.121	529	12.920	797	5.861	817
Individual	0	0	0	0	3.618	1.333	476	222	3.601	1.402
Total	6.335	406	1.293	54	14.739	1.862	13.396	1.019	9.462	2.219



Uni.: Milhares de Euros

31-12-2017	Indústrias		Transportes e armazenagem		Outros		Particulares		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade Constituída
Coletiva	17.704	1.088	1.774	113	9.795	532	55.458	2.007	122.261	6.343
Individual	1.662	871	0	0	0	0	25	25	9.382	3.853
Total	19.366	1.959	1.774	113	9.795	532	55.483	2.032	131.643	10.196

c.3) Por geografia

Portugal		
31-12-2016	Total	
	Exposição	Imparidade
Coletiva	122.004	6.689
Individual	10.571	4.142
Total	132.575	10.832

Uni.: Milhares de Euros

Portugal		
31-12-2017	Total	
	Exposição	Imparidade
Coletiva	122.261	6.343
Individual	9.382	3.853
Total	131.643	10.196

Uni.: Milhares de Euros

d) Detalhe da carteira de reestruturados por medida de reestruturação aplicada

	2016						Montantes em milhares de Euros		
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
- Spread contratado	13	957	205	0	1	0	13	958	205
- Prazo	34	1.028	5	7	344	145	41	1.372	151
- Prazo e carência de capital	17	1.437	24	4	3140	1198	21	4.577	1.222
- Capitalização de juros	2	91	0	1	63	27	3	154	27
- Crédito novo que liquida serviço de dívida existente	23	299	2	15	512	212	38	811	213
- Capital diferido para a última prestação	4	329	2	0	0	0	4	329	2
- Crédito que liquida serviço de dívida existente (outro)	2	26	0	0	0	0	2	26	0
Total	95	4.167	238	27	4.060	1.582	122	8.227	1.820

	2017						Montantes em milhares de Euros		
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
- Spread contratado	13	958	36	2	388	334	15	1.346	370
- Prazo	24	838	26	12	3561	1484	36	4.399	1.510
- Prazo e carência de capital	11	699	43	3	719	190	14	1.418	233
- Capitalização de juros	2	86	2	3	111	84	5	197	85
- Crédito novo que liquida serviço de dívida existente	21	316	11	13	278	205	34	594	216
- Capital diferido para a última prestação	2	172	4	0	0	0	2	172	4
- Crédito que liquida serviço de dívida existente (outro)	2	44	2	1	1	0	3	45	2
Total	75	3.113	124	34	5.058	2.297	109	8.171	2.420

e) Movimentos de entradas e saídas na carteira de crédito reestruturado

	31-12-2016	31-12-2017
Saldo Inicial da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	9.871	8.227
Créditos reestruturados no período	376	4.909
Juros corridos da carteira reestruturada	1	10
Liquidação de créditos reestruturados (Parcial ou Total)	1.399	3.753
Créditos reclassificados de "reestruturados" para "normal"	621	1.223
Outros	0	0
	0	0
Saldo Final da carteira de reestruturados (bruto de Imparidade)	8.227	8.171
	8.227	8.171

Uni: Milhares de Euros



f) Detalhe do justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito dos segmentos Corporate, Construção e Real Estate (CRE) e Habitação

31-12-2016

Justo valor	Corporate				Construção e CRE				Particulares Habitação			
	Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
< 0,5 M€	0	0	0	0	129	11.048	28	808	985	92.430	0	0
>= 0,5 M€ e < 1 M€	2	820	0	0	61	4.975	0	0	5	1.081	0	0
>= 1 M€ e < 5 M€	10	7.390	0	0	63	9.585	0	0	0	0	0	0
>= 5 M€ e < 10 M€	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
>= 10 M€ e < 20 M€	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
>= 20 M€ e < 50 M€	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
>= 50 M€	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	12	8.209	0	0	253	25.607	28	808	990	93.511	0	0

Montantes em milhares de Euros

31-12-2017

Justo valor	Corporate				Construção e CRE				Particulares Habitação			
	Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
< 0,5 M€	12	917	0	0	524	17.634	23	776	1.767	114.479	0	0
>= 0,5 M€ e < 1 M€	5	1.440	0	0	15	3.291	0	0	20	4.731	0	0
>= 1 M€ e < 5 M€	5	6.309	1	1.150	71	4.637	0	0	76	10.946	0	0
>= 5 M€ e < 10 M€	0	0	0	0	1	6.476	0	0	1	6.476	0	0
>= 10 M€ e < 20 M€	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
>= 20 M€ e < 50 M€	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
>= 50 M€	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	22	8.665	1	1.150	611	32.039	23	776	1.864	136.632	0	0

Montantes em milhares de Euros

g) Rácio LTV dos segmentos Corporate, Construção e CRE e Habitação

Segmento/Rácio	31-12-2016			
	Número de imóveis*	Crédito em cumprimento	Crédito em Incumprimento	Imparidade
Corporate	12	7.219	0	38
Sem colateral associado	n.a.	0	0	0
< 60%	5	2.109	0	11
>= 60% e < 80%	5	2.232	0	12
>= 80% e <100%	0	0	0	0
>= 100%	2	2.878	0	15
Construção e CRE	250	21.269	11.432	4.866
Sem colateral associado	n.a.	1.365	3.230	1.186
< 60%	83	1.849	704	295
>= 60% e < 80%	44	685	992	309
>= 80% e <100%	93	2.072	4.068	1.670
>= 100%	30	15.298	2.437	1.405
Habitação	997	40.550	918	578
Sem colateral associado	n.a.	823	12	10
< 60%	675	18.359	476	273
>= 60% e < 80%	197	12.250	117	114
>= 80% e <100%	93	6.637	232	133
>= 100%	32	2.481	81	48

Montantes em milhares de Euros



Segmento/Rácio	31-12-2017			
	Número de imóveis*	Crédito em cumprimento	Crédito em Incumprimento	Imparidade
Corporate	22	6.322	0	59
Sem colateral associado	n.a.	0	0	0
< 60%	20	3.347	0	9
>= 60% e < 80%	0	0	0	0
>= 80% e <100%	0	0	0	0
>= 100%	2	2.975	0	50
Construção e CRE	611	21.024	10.712	5.152
Sem colateral associado	n.a.	48	0	0
< 60%	205	3.021	895	709
>= 60% e < 80%	48	805	898	548
>= 80% e <100%	106	975	1.016	107
>= 100%	252	16.175	7.903	3.788
Habitação	1.231	41.032	944	849
Sem colateral associado	n.a.	11	79	59
< 60%	845	20.241	405	383
>= 60% e < 80%	230	11.790	117	120
>= 80% e <100%	120	7.189	232	194
>= 100%	36	1.801	111	93

Montantes em milhares de Euros

* Registos hipotecários

h) Detalhe do justo valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação, por tipo de ativo e por antiguidade

Ativo	31-12-2016			Ativo	31-12-2017		
	Número de Imóveis	Justo valor do ativo	Valor Contabilístico		Número de Imóveis	Justo valor do ativo	Valor Contabilístico
Terreno	34	970	970	Terreno	33	873	870
Urbano	15	451	451	Urbano	13	353	350
Rural	19	519	519	Rural	20	520	520
Edifícios em desenvolvimento	35	3.532	2.652	Edifícios em desenvolvimento	37	3.397	2.980
Comerciais	0	0	0	Comerciais	0	0	0
Habitação	35	3.532	2.652	Habitação	37	3.397	2.980
Outros	0	0	0	Outros	0	0	0
Edifícios construídos	17	1.562	1.534	Edifícios construídos	16	1.345	1.322
Comerciais	0	72	72	Comerciais	1	60	54
Habitação	13	992	966	Habitação	11	787	771
Outros	4	498	497	Outros	4	498	497
Outros	1	6	6	Outros	1	6	6
Total	87	6.070	5.162	Total	87	5.621	5.178

Montantes em milhares de Euros

Montantes em milhares de Euros

Tempo decorrido desde a da	31-12-2017				Total
	< 1 ano	>= 1 ano e < 2,5 anos	>= 2,5 anos e < 5 anos	>= 5 anos	
Terreno	3	1	6	23	33
Urbano	1	1	3	8	13
Rural	2	0	3	15	20
Edifícios em desenvolvimento	2	0	5	30	37
Comerciais	0	0	0	0	0
Habitação	2	0	5	30	37
Outros	0	0	0	0	0
Edifícios construídos	1	4	5	6	16
Comerciais	1	0	0	0	1
Habitação	0	4	4	3	11
Outros	0	0	1	3	4
Outros	0	0	0	1	1
Total	6	5	16	60	87



i) Distribuição da carteira de crédito por graus de risco internos

31-12-2016

Segmento	GR BAIXO				GR MODERADO			GR ELEVADO		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Agricultura	146	47	213	2.285	130	1.184	1.358	85	0	0
Comércio	411	793	532	4.170	539	1.887	1.213	443	240	162
Construção e CRE	379	1.077	531	6.144	1.207	11.106	5.559	4.379	2.156	164
Corporate	0	0	0	4.882	0	2.337	0	0	0	0
Indústrias	196	567	1.697	3.823	352	1.665	591	1.374	208	223
Outros	376	1.971	913	2.795	790	1.786	1.781	112	56	108
Particulares Habitação	0	24.282	7.909	3.332	4.746	229	881	81	0	12
Particulares Outros	1.564	2.357	1.038	3.949	1.143	1.025	1.662	323	179	720
Total	3.072	31.094	12.833	31.380	8.907	21.219	13.045	6.797	2.839	1.389

Uni: Milhares de Euros

31-12-2017

Segmento	GR BAIXO				GR MODERADO			GR ELEVADO		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Agricultura	124	391	551	908	110	1.454	1.594	47	0	0
Comércio	308	821	648	2.886	554	2.144	1.061	1.086	155	162
Construção e CRE	258	1.747	1.298	5.582	10.159	4.887	5.942	245	1.455	163
Corporate	0	0	0	1.335	2.125	2.862	0	0	0	0
Indústrias	873	654	836	5.184	1.908	1.331	1.382	1.218	43	333
Outros	390	2.402	261	2.133	376	1.173	2.208	152	191	50
Particulares Habitação	0	26.785	7.290	3.173	3.503	250	785	111	44	35
Particulares Outros	1.524	2.521	781	4.151	1.302	1.163	1.028	198	125	714
Total	3.477	35.321	11.665	25.352	20.037	15.264	14.000	3.057	2.013	1.457

Uni: Milhares de Euros

j) Divulgação dos parâmetros de risco associados a modelo de imparidade por segmento

Segmento	31-12-2016			
	PI	PDC	PDD	LGD*
Particulares (Sem Colateral)	5,321%	2,591%	0,009%	75,000%
Particulares (Com Colateral)	5,321%	2,591%	0,009%	75,000%
Empresas (Sem colateral)	6,484%	4,883%	0,016%	75,000%
Empresas (Com colateral)	6,484%	4,883%	0,016%	75,000%

Segmento	31-12-2017			
	PI	PDC	PDD	LGD*
Particulares (Sem Colateral)	4,839%	2,748%	0,030%	75,000%
Particulares (Com Colateral)	4,839%	2,748%	0,030%	75,000%
Empresas (Sem colateral)	6,046%	5,192%	0,049%	75,000%
Empresas (Com colateral)	6,046%	5,192%	0,049%	75,000%

* LGD corresponde ao proxy 75%. Na ausência de dados setoriais ajustados às características da carteira de crédito, foi adotado este ponderador por ser um indicador de referência para a LGD, nomeadamente no que respeita ao cálculo de requisitos de fundos próprios para risco de crédito no método de IRB, estando previsto no artigo 164.º, da Secção 4, Capítulo 3, Título II da Parte III, do Regulamento (UE) n.º 575/2013.

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração



CAPÍTULO V – PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos da lei e dos estatutos, o Conselho Fiscal da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria apresenta o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e emite parecer sobre os documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

O Conselho Fiscal acompanhou, ao longo do ano, a evolução da atividade da Caixa, analisando as peças contabilísticas que, pelo menos trimestralmente, lhe eram apresentadas, solicitando esclarecimentos aos responsáveis dos Serviços e reunindo, regularmente, com a Administração. Recorda-se que um elemento do Conselho Fiscal está presente em cada uma das reuniões formais e ordinárias do Conselho de Administração.

Reuniu, também, com o Revisor Oficial de Contas, certificando-se da independência da sua atividade.

Regista com agrado a pronta colaboração que recebeu por parte dos, acima referidos, interlocutores.

O Conselho Fiscal procedeu ainda à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias e das instruções do Banco de Portugal, não tendo detetado situações de incumprimento.

Examinou os relatórios de Auditoria Interna, de *Compliance*, de Acompanhamento das Deficiências do SCI e de Riscos que lhe foram entregues pelas respetivas funções.

Analisou o Relatório do Sistema do Controlo Interno e o Relatório de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, tendo elaborado os respetivos pareceres que, nos termos do nº 5 do artigo 25º do aviso 5/2008 e da alínea b) do nº. 2 do artigo 2º do aviso 9/2012 foram enviados ao Banco de Portugal.

Nos termos do nº 6 do artigo 115-C do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, elaborou o Relatório de Avaliação à Política de Remuneração. Emitiu, também, parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento para 2018.

Este Conselho analisou, com o detalhe possível, os documentos que a Administração apresenta a esta Assembleia Geral, relativos ao exercício de 2017, nomeadamente o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras (que incluem o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Fluxos de Caixa, as Demonstrações do Rendimento Integral, as Demonstrações de Alterações no Capital Próprio, o Anexo I - Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Anexo II – Mensuração da Imparidade da Carteira de Crédito e Respetivas Divulgações) e a Proposta de Aplicação dos Resultados.

E, a propósito de resultados, parece-nos justo enaltecer o trabalho desenvolvido pela Administração e por todos os colaboradores que, numa conjuntura pouco favorável para o comércio bancário, conseguiram que a Caixa apresente um desempenho muito confortável; cifrando-se os lucros do exercício, após impostos, em 3 022 917€



Em consequência da análise efetuada, o Conselho Fiscal considera que:

- O Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução da atividade da Caixa durante o exercício de 2017, evidenciando os aspetos mais significativos.
- O Balanço e as Demonstrações de resultados, de fluxos de caixa, do rendimento integral, de alterações do capital próprio e os Anexos permitem uma adequada compreensão da situação financeira desta instituição.
- As políticas e os critérios volumétricos são adequados.
- A Proposta de Aplicação dos Resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal dá o seu parecer favorável para que a Assembleia Geral aprove:

- O Relatório de Gestão.
- As Contas do Exercício refletidas nas diversas peças contabilísticas, nomeadamente no Balanço, nos diversos mapas das demonstrações e nos anexos.
- A Proposta de Aplicação dos Resultados.

Leiria, 09 de março de 2018

O Conselho Fiscal

Oliveira de Jesus Soares

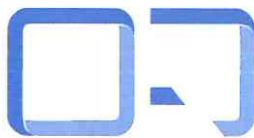
António José de Almeida Sequeira

Luís Heleno Cardoso



CAIXA DE CRÉDITO DE LEIRIA

CAPÍTULO VI – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GREINHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANÇO
MARIA BALBINA CRAVO
OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, C.R.L.** (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 565.597.145 euros e um total de capital próprio de 92.770.318 euros, incluindo um resultado líquido de 3.022.917 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, C.R.L.** em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

ÊNFASE

No exercício de 2017 a Entidade alterou o seu referencial contabilístico aplicável, passando das Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal para as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, conforme divulgado na nota 1 das notas anexas às

1 de 6

demonstrações financeiras. No processo de transição das Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) para as IFRS, a Entidade seguiu os requisitos previstos na IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro. Consequentemente, a informação financeira de 2016, anteriormente apresentada de acordo com as NCA, foi, para efeitos de comparabilidade, reexpressa de acordo com as IFRS.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

As matérias relevantes de auditoria consideradas foram:

- (i) A carteira de crédito (rubrica “Crédito a Clientes”, notas B1 e 19 das notas anexas às demonstrações financeiras), tendo em atenção que a concessão de crédito é o negócio principal da Entidade, com o risco de crédito inerente e, sabendo que as dificuldades dos devedores podem levar a incumprimentos, com impacto na redução dos valores a receber e recurso à execução das garantias existentes, o risco de distorção material relaciona-se diretamente com o julgamento das estimativas utilizadas para a constituição de imparidades.

Para mitigar os riscos de distorção nesta área do crédito e validar o nível de imparidades constituídas foram efetuados diversos procedimentos de auditoria, em base de amostragem, que incluíram levantamentos de controlo interno, testes sobre a existência e a mensuração dos créditos e juros respetivos, a reconciliação da carteira de crédito com a contabilidade, teste ao nível de imparidades reconhecidas e ao processo de cálculo da imparidade;

- (ii) os Ativos por impostos diferidos (rubrica “Ativos por impostos diferidos”, nota 33 das notas anexas às demonstrações financeiras), são reconhecidos em função de diferenças temporárias entre a ótica contabilística e a fiscal, a parte significativa da base de cálculo apura-se na determinação de imparidades não aceites do “Crédito a clientes” e outras estimativas, que envolvem julgamentos diversos, e em que o risco de distorção material se relaciona com esse apuramento da base de cálculo e a expectativa de recuperabilidade, ao que acresce algum risco operacional inerente, dado que a sua determinação é substancialmente manual.

Para mitigar este risco foram feitos procedimentos de auditoria que incluíram testes e recálculos da base de apuramento, bem como a análise da estimativa do imposto sobre o rendimento, e tido em consideração a recuperabilidade ocorrida em períodos anteriores. O montante de Ativos por impostos diferidos reconhecidos encontra-se adequadamente suportado e a recuperabilidade destes ativos, no caso, operada com a reversão de provisões não aceites, afigura-se-nos razoavelmente expetável;

- (iii) os Ativos não correntes detidos para venda (rubrica "Ativos não correntes detidos para venda, nota 21 das notas anexas às demonstrações financeiras), por norma resultantes da execução de garantias nos casos de incumprimento do devedor, área em que o risco de distorção material resulta de existirem julgamentos diversos nas estimativas e avaliações, e de ocorrerem vendas com impactos em ganhos ou perdas. Para mitigar este risco foi analisada a lista de patrimónios detidos, os normativos internos existentes quanto às avaliações (incluindo a independência e qualificação dos avaliadores envolvidos) e ao reconhecimento contabilístico, os suportes dos movimentos mais significativos ocorridos no exercício, e avaliado o montante da imparidade reconhecida, que se considerou adequado.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo um ponto no relatório sobre "Estrutura e práticas de governo societário, e declaração da política de remuneração", nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

SOBRE OS ELEMENTOS ADICIONAIS PREVISTOS NO ARTIGO 10.º DO REGULAMENTO (UE) N.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de associados, realizada em 11 de dezembro de 2009, para um mandato compreendido entre 2010 e 2012.

- Fomos eleitos na assembleia geral de associados, realizada em 21 de dezembro de 2012, para um segundo mandato compreendido entre 2013 e 2015.
- Fomos eleitos na assembleia geral de associados, realizada em 18 de dezembro de 2015, para um terceiro mandato compreendido entre 2016 e 2018.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 23 de março de 2018.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 23 de março de 2018

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n° 1056